

MARIA EDUVIRGE MARANDOLA

**COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO NORTE DO PARANÁ: AS
TRAJETÓRIAS DA VALCOOP E COROL**

**MARINGÁ
2000**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA ECONÔMICA**

MARIA EDUVIRGE MARANDOLA

**COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO NORTE DO PARANÁ: AS
TRAJETÓRIAS DA VALCOOP E COROL**

**MARINGÁ
2000**

MARIA EDUVIRGE MARANDOLA

**COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO NORTE DO PARANÁ: AS
TRAJETÓRIAS DA VALCOOP E COROL**

**Dissertação apresentada ao Curso
de Mestrado em Economia da
Universidade Estadual de Maringá,
como requisito para a obtenção do
título de Mestre, sob a orientação do
Prof. Dr. Antonio Carlos Lugnani.**

**MARINGÁ
2000**

. *"Da multidão dos que creram era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nenhuma das coisas que possuía; tudo, porém lhes era comum."*

(Atos: 4.32.)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, amor, família e amigos.

Ao orientador, Prof. Dr. Antonio Carlos Lugnani, por sua dedicação e apoio durante a realização desta dissertação.

À Universidade Estadual de Maringá, especialmente à coordenação e docentes do curso de Mestrado em Economia. À Maria, secretária do Mestrado, pela atenção e carinho.

Aos amigos do curso que durante toda a jornada dividiram inseguranças e conquistas de forma saudável.

Às Diretorias da VALCOOP e COROL, por terem permitido o livre acesso às informações que deram origem ao estudo de caso. Aos funcionários, que de alguma forma colaboraram, reconheço a importância de todos, pois um trabalho que envolve pesquisa com dados primários obrigatoriamente conta com o apoio de grande número de pessoas. Não poderia deixar de mencionar a Secretária da Diretoria da VALCOOP, Luciane, o Assessor Jurídico, João Garcia, e o Assessor de Diretoria da COROL, Agnaldo, pela atenção, carinho e empenho em conseguir as informações solicitadas.

Ao CESULON – Centro de Estudos Superiores de Londrina, - entidade mantida pelo Instituto Filadélfia de Londrina, pelo estímulo e apoio recebidos.

À minha família,

Carlos, Caio e Gustavo, três grandes presentes de Deus.

Carlos, marido dedicado e incentivador, pela paciência e troca de experiências sobre o cooperativismo.

Caio, a ansiedade para que a mamãe terminasse logo para brincar tranqüilamente no computador.

Gustavo, que na sua inocência de apenas 3 anos, desligou rapidamente o computador muitas vezes, pensando que estivesse ajudando. Foi muito difícil convencê-lo de que essa não era a melhor forma!

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO.....	01
METODOLOGIA.....	08
1 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO.....	13
1.1 Inovação tecnológica: aspectos teóricos.....	13
1.1.1 A abordagem microdinâmica.....	17
1.1.2 A abordagem macrodinâmica.....	21
1.1.3 As capacitações dinâmicas das firmas.....	23
1.2 A concorrência schumpeteriana e o cooperativismo.....	25
1.2.1 O cooperativismo empresarial paranaense.....	29
2 AGRICULTURA, ESTADO E COOPERATIVISMO.....	36
2.1 O papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico.....	36
2.2 A agricultura na década de 70.....	40
2.3 Políticas de crédito rural e os seus reflexos sobre o cooperativismo.....	42
2.4 O Estado e o cooperativismo.....	47
3 COOPERATIVISMO: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS, HISTÓRICOS E IMPORTÂNCIA ATUAL PARA A ECONOMIA PARANAENSE.....	56
3.1 Aspectos históricos e doutrinários elementares do cooperativismo.....	56
3.2 Cooperativismo no Brasil.....	58
3.3 Cooperativismo no Paraná.....	59
3.4 Performance do cooperativismo agropecuário no Paraná.....	63
4 ESTUDO DE CASO: O PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO E CRESCIMENTO DA VALCOOP E COROL.....	71
4.1 Capitalização e crescimento da VALCOOP.....	71
4.1.1 Histórico.....	71
4.1.2 Evolução do ativo imobilizado.....	78
4.1.3 Autocapitalização e endividamento.....	81
4.1.4 A geração das sobras operacionais.....	85
4.1.5 Perfil atual.....	95
4.2 Capitalização e crescimento da COROL.....	98
4.2.1 Histórico.....	98
4.2.2 Evolução do ativo imobilizado.....	100
4.2.3 Autocapitalização e endividamento.....	103
4.2.4 A geração das sobras operacionais.....	109

4.2.5	Perfil atual.....	120
4.3	Trajetórias da VALCOOP e COROL.....	123
	CONCLUSÃO.....	134
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141

LISTA DE TABELAS

		Página
Tabela 2.1	Crédito Rural concedido para custeio, investimento e comercialização no Brasil, 1970/98.....	44
Tabela 2.2	Valores reais do crédito destinado à atividade agrícola do Brasil e do Paraná, taxas reais de juros e valores dos subsídios destinados à atividade agrícola paranaense, 1973/5.....	45
Tabela 3.1	Número de cooperativas, cooperados e empregados por segmento, Brasil, 1999.....	59
Tabela 3.2	Número de cooperativas agropecuárias, número de associados, número de funcionários, Paraná, 1997.....	64
Tabela 3.3	Evolução do percentual da participação das cooperativas na agroindústria do Paraná, 1986/96.....	67
Tabela 3.4	Participação das cooperativas na produção agropecuária do Paraná, em safras selecionadas.....	68
Tabela 4.1	Imobilizado técnico e financeiro real, percentual no total, variação percentual anual, VALCOOP, 1970/98.....	80
Tabela 4.2	Patrimônio líquido real, variação percentual anual, VALCOOP, 1970/98.....	82
Tabela 4.3	Passivo exigível circulante e longo prazo real, variação percentual anual, VALCOOP, 1970/98.....	83
Tabela 4.4	Passivo exigível total e grau de endividamento, VALCOOP, 1970/98.....	84
Tabela 4.5	Participação relativa das receitas operacionais dos principais produtos na receita total, VALCOOP, 1980/98.....	86
Tabela 4.6a	Sobras operacionais líquidas reais por produtos selecionados, VALCOOP, 1982/98.....	88
Tabela 4.6b	Sobras operacionais líquidas reais por produtos selecionados, VALCOOP, 1982/98.....	89
Tabela 4.7	Sobras operacionais e sobras a disposição dos associados nas AGO'S, VALCOOP, 1970/98.....	92
Tabela 4.8	Faturamento Bruto e rentabilidade do capital próprio, VALCOOP, 1980/98.....	93
Tabela 4.9	Imobilizado técnico, financeiro e total, variação percentual no total e anual, COROL, 1970/98.....	102
Tabela 4.10	Patrimônio líquido, capital social integralizado e reservas, variação percentual no total e variação anual, COROL, 1970/98.....	104
Tabela 4.11	Exigível circulante, longo prazo e total percentual no total e variação anual, COROL, 1970/98.....	107
Tabela 4.12	Grau de endividamento circulante, longo prazo e total, COROL, 1970/98.....	108
Tabela 4.13	Participação relativa das receitas operacionais de produtos agrícolas selecionados, na receita total bruta, COROL, 1970/98.....	110
Tabela 4.14	Participação relativa das receitas operacionais brutas de serviços e produtos agroindustrializados selecionados, COROL, 1980/98.....	113

Tabela 4.15a	Sobras operacionais líquidas por produtos agrícolas selecionados e participação percentual na sobra operacional do exercício, COROL, 1983/98.....	114
Tabela 4.15b	Sobras operacionais líquidas por produtos agroindustrializados e serviços prestados selecionados, COROL, 1983/98.....	115
Tabela 4.15c	Sobras operacionais líquidas por produtos agroindustrializados e serviços prestados selecionados, COROL, 1983/98.....	116
Tabela 4.16	Sobras operacionais líquidas e sobras a disposição na AGO's, COROL, 1975/98.....	118
Tabela 4.17	Faturamento Bruto e rentabilidade do capital próprio, COROL, 1970/98.....	119
Tabela 4.18	Taxa geométrica de crescimento do imobilizado, capital próprio e de terceiros, VALCOOP e COROL.....	124
Tabela 4.19	Coefficiente de autocalificação, VALCOOP e COROL, 1970/98.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 3.1 Composição do faturamento das cooperativas agropecuárias do Paraná, 1997.....	65
Gráfico 4.1 Crescimento do imobilizado, VALCOOP e COROL, 1970/98.....	123
Gráfico 4.2 Capital próprio, VALCOOP e COROL, 1970/98.....	125
Gráfico 4.3 Capital de terceiros, VALCOOP e COROL, 1970/98.....	125
Gráfico 4.4 Sobras/prejuízos operacionais líquidos, VALCOOP e COROL, 1977/98.....	127
Gráfico 4.5 Rentabilidade do capital próprio, VALCOOP e COROL, 1970/98.....	128
Gráfico 4.6 Faturamento bruto, VALCOOP e COROL, 1982/98.....	133

RESUMO

Discute as transformações ocorridas no cooperativismo agropecuário paranaense, no período de 1970 a 1998, através de estudo de caso que traça a trajetória de duas cooperativas agropecuárias localizadas na região norte do Estado do Paraná. Essas cooperativas tiveram origem na economia cafeeira e, na década de 70, transformaram-se em cooperativas agropecuárias receptoras de cereais. Uma permaneceu como comercializadora e a outra, além das atividades comerciais, possui atividades agroindustriais. Através do agrupamento de informações contábeis foram demonstrados a capitalização e o crescimento das mesmas. Os resultados encontrados revelaram que essas cooperativas tiveram dois momentos. O primeiro, de 1970 até aproximadamente 1982, marcado por transformações internas profundas: crescimento do imobilizado o que as tornou estruturalmente maiores, crescimento do capital próprio e resultados operacionais positivos. O segundo momento se estendeu de 1983 a 1998 e demonstrou crescimento no imobilizado inexpressivo, esgotamento na capacidade de gerar sobras e dificuldade de se auto-sustentar. O primeiro momento é caracterizado por fartos recursos estatais para a implementação da modernização tecnológica na agricultura. No segundo, ocorreu a retração do crédito, a aprovação da autogestão e a abertura da economia. Os resultados declinantes de ambas, no período 83 a 98, demonstram que, muito embora essas cooperativas tivessem empreendido estratégias internas para viabilizar a auto-sustentação, foram incapazes de manter resultados satisfatórios, na ausência de políticas institucionais dirigidas ao setor.

ABSTRACT

Discusses the transformations occurred in the cattle raising and agricultural cooperatives in Paraná state, in the period from 1970 to 1998, through case study that traces the trajectory of two cattle raising and agricultural cooperatives located in the north area of the State of Paraná. These cooperatives had origin in the coffee plantation economy and, in the decade of 70's, they became cereal receivers cooperatives. One stayed as cereal trader and the other, besides the commercial activities, it possesses also agro-industrial activities. Through the grouping of accounting information the capitalization and the growth of two were demonstrated. The found results revealed that those cooperatives had two moments. The first, from 1970 to approximately 1982, marked by deep internal transformations: growth of the immobilized what turned them structurally larger, growth of the own capital and positive operational results. The second moment extended from 1983 to 1998 and it demonstrated inexpressive growth in the immobilized, exhaustion in the capacity to generate surpluses and difficulty of self-sustaining. The first moment is characterized by abundant government resources for the deployment of the technological modernization in the agriculture. In the second moment, it occurred the shrinking of credit, the approval of the auto-managing and the opening of the economy. The declining results of both cooperatives, in the period 83 to 98, demonstrates that, very auspiciously those cooperatives had undertaken internal strategies to make possible self-sustaining, they were unable to maintain satisfactory results, in the absence of institutional politics.

INTRODUÇÃO

O cooperativismo agropecuário ostentava uma performance fortalecida e em expansão na década de 70, atualmente porém, apresenta-se frágil e com resultados operacionais declinantes. Conforme ressalta OCEPAR (1996), algumas cooperativas agropecuárias se deparam com sérias dificuldades financeiras o que as tornam praticamente inativas.

As cooperativas agropecuárias sofreram intensas transformações nas últimas décadas que, de certa forma, acompanham o que acontece no meio rural brasileiro. Inicialmente, essas transformações ocorreram em direção a um novo perfil operacional para atender a demanda provocada pelos novos produtos oriundos do paradigma tecnológico da revolução verde. Posteriormente, algumas cooperativas ingressaram no mercado agroindustrial e passaram a processar os mais diversos produtos que recebiam.

A agricultura brasileira, a partir de meados da década de 60, sofreu profundas modificações, resultantes de um novo padrão tecnológico que substituiu a agricultura tradicional por agricultura tecnificada, denominado de modernização tecnológica. A implementação da modernização tecnológica foi viabilizada por políticas de crédito rural, através da disponibilização de recursos oficiais fartos e subsidiados, de acordo com FLEISCHFRESSER (1988), PEREIRA (1992, 1995), entre outros.

No Paraná, a modernização tecnológica da agricultura foi marcada, por um lado, pela política de erradicação dos cafezais, principalmente na região norte do Estado e, por outro, pela introdução das culturas temporárias mecanizadas, altamente dependentes de

insumos modernos, segundo FLEISCHFRESSER (1988) e PEREIRA (1992, 1995). Dadas as transformações da base agrícola, as cooperativas de café transformaram-se em cooperativas agropecuárias receptoras de cereais. Conforme OCEPAR (1990), dentro do processo de modernização e na transição dessas cooperativas, órgãos governamentais buscaram reestruturar um novo modelo de cooperativismo mais dinâmico e moderno. Houve criação de cooperativas, bem como redefinição de área de atuação, através da criação de três projetos integrados de cooperativismo, que dividiam o Paraná em três regiões, denominados de: PIC- Projeto Iguazu de Cooperativismo, NORCOOP - Projeto Norte de Cooperativismo e SULCOOP – Projeto Sul de Cooperativismo.

Primeiro, as cooperativas, enquanto comercializadoras, promoveram as inversões necessárias à modificação desse perfil em direção à adaptação aos novos produtos, principalmente a soja e o trigo, que passaram a fazer parte integrante da atividade rural da Região Norte do Estado do Paraná. Posteriormente, ainda aproveitando os incentivos de crédito oficiais, financiamento e juros subsidiados, algumas ingressaram no mercado agroindustrial.

De acordo com IPARDES (1985a), do ponto de vista interno da cooperativa, há uma racionalidade para o ingresso na agroindústria, pois através da agroindustrialização, torna-se possível a colocação de produtos no mercado em melhores condições de valorização e apropriabilidade de maior fatia do excedente, via cadeia produtiva, esperando como resultado aumento na geração de sobras e repartição aos associados. Dessa busca por maior excedente e sua efetiva concretização, surgem conflitos internos, que, conforme MEDEIROS (1995), parecem evidenciar objetivos antagônicos na mesma. Ao ingressar na agroindústria, as cooperativas passaram a fazer parte de um mercado altamente competitivo, dominado por

oligopólios. A dinâmica desse mercado requer constantes investimentos em inovação e diferenciação de produtos e, conseqüentemente, demandam um aporte crescente de capital. Assim, para a reprodução da tecnoestrutura, a agroindústria cooperativa terá que se direcionar para obter lucros crescentes. Mas, as cooperativas, por princípios doutrinários, não têm o lucro como objetivo primeiro.

FLEURY (1983) aponta que as cooperativas se reproduziram no meio capitalista como estruturas híbridas e contraditórias. Nesse sentido, MEDEIROS (1995, 1998), argumenta que a cooperativa, enquanto comercializadora, possui base Rochdaleana e, enquanto agroindústria, compete num "Complexo Agroindustrial Oligopolista" (*agribusiness*) e, a partir dessa estrutura híbrida, surge o que Medeiros denominou de fragilidade estrutural, fato este que limita sua expansão contínua enquanto empresa cooperativa.

Essa fragilidade tornou-se mais intensa no paradigma tecnoeconômico atual com a demanda crescente por novas tecnologias. BAPTISTA (1997) salienta que os ativos da empresa que conferem maior rendimento são o conhecimento e a tecnologia, mas apresentam elevados custos de manutenção e graus limitados de flexibilidade. Diante da concorrência, o objetivo básico da empresa é o de extrair o maior rendimento possível de seus ativos (tangíveis e intangíveis). Nesse processo, a empresa defronta-se com um conjunto de decisões complexas que envolvem opções por determinadas trajetórias que, conseqüentemente, necessitam de mudanças substantivas na composição dos seus ativos. Porém as empresas se orientam a partir de dois tipos de balizamentos estruturais que imprimem uma certa regularidade e previsibilidade. Esses balizamentos são os paradigmas e trajetórias tecnológicas, que definem as oportunidades através das formas de concorrência

dominantes, e o conjunto de instituições que, através de aparatos regulatórios, apresentam as restrições bem como as oportunidades.

A respeito da mudança na composição dos ativos, DELGADO (1983) fez uma análise comparativa entre três cooperativas. Essas cooperativas passaram por grandes inversões e com graus significativos de imobilizações. Para financiamento dessas imobilizações foram necessários montantes elevados de capital. A forma para a obtenção desse capital foi de fundamental importância, pois o capital de terceiros, face às crises econômicas, tornou-se oneroso e deixando as mais dependentes, vulneráveis. Esse estudo demonstrou que a trajetória dessas cooperativas, a partir de sua tomada de decisão, foi fundamental para sua expansão ou endividamento e crise.

Durante a implementação da modernização tecnológica, as cooperativas eram veículos privilegiados e, portanto, a barreira de capital era facilmente transposta, uma vez que o Estado disponibilizava os recursos. Entretanto, conforme apontado por SILVA (1989), a base de sustentação do crédito rural subsidiado diluiu-se, ocorrendo a redução drástica no seu volume. A partir daí, o cooperativismo agropecuário passou a disputar os recursos disponíveis em iguais condições com outras empresas. Constatam-se ainda, as mudanças na relação entre o Estado e o cooperativismo, através da autogestão, que ocorreu com a entrada em vigor da Constituição de 1988. O quadro se agravou, ainda mais, com a abertura da economia.

Nesse novo ambiente, mais competitivo e sem protecionismo, as cooperativas agropecuárias começaram a apresentar resultados operacionais declinantes e sinais de esgotamento da capacidade de se auto-sustentar. Diante desses resultados, esse

segmento começou a reivindicar uma ação estatal de apoio. Como resposta, o governo federal criou o Programa de Revitalização das Cooperativas (RECOOP), que se constitui numa nova modalidade de interferência do Estado, ainda não definida.

Os aspectos históricos apontam que o cooperativismo agropecuário viveu dois momentos distintos nas últimas décadas. Um sob forte interferência estatal e o outro sem a presença do Estado, dois períodos marcados por profundas transformações.

Dentro desse contexto, neste trabalho, tem-se por objetivo geral identificar as transformações do cooperativismo agropecuário através da análise da trajetória de duas cooperativas agropecuárias singulares, localizadas na região norte do Estado do Paraná, no período compreendido entre 1970 a 1998.

Utilizam-se, como base para análise do processo de transformações que sofreu o cooperativismo no Estado do Paraná, os casos da Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda. (VALCOOP) e da Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda. (COROL). Ambas foram fundadas como cooperativas de cafeicultores. Na década de 70, transformaram-se em cooperativas agropecuárias, receptoras de cereais. A VALCOOP permaneceu como comercializadora. A COROL diversificou-se e verticalizou suas atividades e, além da comercialização, atua com processamento agroindustrial. A escolha recaiu sobre essas cooperativas porque estão localizadas na mesma região, tiveram origem na economia cafeeira e pelos caminhos que individualmente lograram trilhar.

Busca-se, à luz do referencial teórico schumpeteriano, e de alguns autores neo-schumpeterianos, evidenciar o processo de transformações ocorrido na VALCOOP e

COROL, sendo que essa linha teórica constitui-se numa das ferramentas que podem ser utilizadas para investigar fenômenos dessa natureza. Aborda o processo de inovações tecnológicas, elemento central do dinamismo do capitalismo moderno, independente do ramo de atividade em que ocorram essas inovações.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho foi dividido em quatro capítulos, além da introdução e conclusão.

O capítulo 1 discute a dinâmica da economia capitalista sob a ótica da teoria schumpeteriana e de alguns autores neo-shumpeterianos e, nessa abordagem, apresenta alguns aspectos sobre o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário no Paraná.

O capítulo 2 busca a relação entre o cooperativismo, a agricultura e o Estado. Descreve as funções da agricultura no processo de desenvolvimento econômico. Enfoca a década de 70, a modernização tecnológica da agricultura, observando suas transformações e, dentro desse contexto, delinea o comportamento do cooperativismo agropecuário, suas mutações e adaptações a esse processo de transformações onde está inserido. Dado o interesse estatal na modernização tecnológica e a interferência do Estado no cooperativismo, resgata alguns aspectos das relações entre o Estado e o cooperativismo no Brasil.

O capítulo 3 trata dos aspectos elementares doutrinários e históricos sobre a importância do cooperativismo enquanto associação de pessoas. Traça um breve histórico do cooperativismo agropecuário no Brasil e no Paraná, com ênfase para o período atual, apresentando dados estatísticos que demonstram sua participação e importância econômica.

Finalmente, o capítulo 4 elabora o estudo de caso para a VALCOOP e a COROL, através do processo de capitalização e crescimento dessas duas cooperativas no período de 1970 a 1998. Para consecução dessa tarefa, este capítulo foi dividido em três partes: a primeira e a segunda relatam, respectivamente, um breve histórico e apresentam indicadores do crescimento e capitalização para cada cooperativa. Os dados foram homogeneizados para a análise comparativa, que está apresentada na terceira e última parte. Essa análise comparativa busca identificar as transformações e a performance dessas cooperativas diante do ambiente de mutações onde estão inseridas.

METODOLOGIA

Para traçar a trajetória da VALCOOP e COROL utilizou-se a análise do processo de capitalização e crescimento, que seguiu os mesmos critérios adotados por DELGADO (1983), BENETTI (1985) e MEDEIROS (1995), todos em empresas cooperativas. Os dados contábeis foram transformados em valores reais e agrupados em três grandes grupos: a) evolução do crescimento; b) autocalcapitalização e endividamento; c) e geração de sobras operacionais.

a) Evolução do crescimento: esse indicador mostra o comportamento dos investimentos em capital fixo e ativos financeiros realizados pelas cooperativas, dado que os investimentos em imobilizações se constituem na variável fundamental para determinar o ritmo e a forma de crescimento das mesmas. Numa linguagem contábil, as rubricas investimentos ou imobilizado financeiro e imobilizado técnico ou operacional são componentes do ativo permanente¹. De acordo com ALMEIDA (1995) o ativo imobilizado se constitui nos bens e direitos destinados à manutenção das atividades da sociedade ou exercidos com essa finalidade (terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, instalações, marcas e patentes, obras em andamento). Sendo que essa conta se refere ao custo de aquisição mais correção monetária e menos depreciação, amortização ou exaustão; os investimentos se referem as participações permanentes no capital social de outras sociedades e outros direitos permanentes que não se destinem à manutenção das atividades da sociedade (investimentos em ações, quotas partes em outras cooperativas, imóveis para aluguel etc.) são considerados pelo custo de aquisição, mais correção monetária e menos

¹ O ativo permanente é composto por investimentos, imobilizado e diferido. O valor desse último está sendo excluído.

provisão para perda, quando a perda estiver comprovada como permanente. Neste trabalho, as contas investimentos e imobilizado foram consideradas dentro dos parâmetros estipulados acima. O imobilizado inclui, portanto a correção monetária tal como ela aparece nos balanços a partir de 1977 até 1995, e subtrai o valor das depreciações. Os investimentos incluem correção monetária e provisão para perda.

a) Autocapitalização e endividamento: demonstra as origens dos recursos que permitiram financiar os investimentos das cooperativas, se os recursos são oriundos da autocapitalização (internos) ou provém de terceiros (endividamento externo). O patrimônio líquido demonstra os recursos pertencentes aos cooperados e está dividido em capital social e reservas. O capital social das cooperativas têm origem nas quotas-partes que os cooperados integralizam ao se associarem às mesmas e as reservas, se dividem em: reservas de capital e reservas de lucros.

As reservas de capital são geralmente formadas por: correções monetárias do patrimônio, reavaliações do ativo, (...) além de outras previstas no Artigo 1982 da Lei nº 6.404. As reservas de lucros são aquelas decorrentes de lucros não distribuídos e que permanecem no patrimônio líquido como reforço do capital, aumentando assim o valor da quota de capital (FRANCO, 1989, p. 79).

Conforme ALMEIDA (1995) o patrimônio líquido será avaliado pelas contrapartidas dos valores registrados no ativo ou apurados na demonstração do resultado do exercício, mais correção monetária.

O capital de terceiros está registrado no passivo circulante e passivo exigível a longo prazo. De acordo com ALMEIDA (1995) compõe o passivo circulante as obrigações que irão vencer no exercício social seguinte (fornecedores, empréstimos, impostos a pagar, encargos sociais recolher etc.) e o passivo exigível a longo prazo representa as obrigações que

irão vencer após o término do exercício social seguinte (fornecedores a longo prazo, empréstimos a longo prazo etc.) Sendo que estas contas serão avaliadas pelo valor das obrigações efetivamente devidas.

c) A geração de sobras operacionais: busca identificar a geração de sobras, por produtos, a importância da parcela retida bem como a rentabilidade do capital próprio dessas cooperativas.

As receitas operacionais da cooperativa, menos as despesas operacionais dão origem aos excedentes, ou o lucro numa linguagem capitalista. Desse lucro extrai-se as reservas de lucros, que conforme define FRANCO (1989), são aquelas decorrentes de lucros não distribuídos e que permanecem no patrimônio líquido como reforço de capital. Buscando identificar quais os produtos e serviços que contribuíram com maior proporção na geração das sobras nas cooperativas em estudo, calculou-se a participação percentual de produtos e serviços na formação das sobras operacionais.

A rentabilidade do capital próprio apresenta o percentual de retorno que o capital investido proporcionou a cada exercício contábil, que no caso da VALCOOP e COROL coincide com o ano civil, e foi calculado através da divisão das sobras operacionais pelo capital próprio, ou o patrimônio líquido.

Torna-se importante salientar, a partir das discussões de ALMEIDA (1996), que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) determina que a correção monetária sobre a perda do poder aquisitivo da moeda deve ser reconhecida, em valores que integram as demonstrações contábeis. Esse princípio já é consagrado nas legislações societária e fiscal

brasileira, mas necessitando de aprimoramentos, pois de acordo com essas legislações a correção monetária incide apenas sobre o patrimônio líquido e o ativo permanente sendo o que o valor líquido da atualização é computado como despesa ou receita na demonstração do resultado do exercício. Para esse autor, as legislações que determinam essas correções deveriam evoluir para uma correção monetária plena abrangendo todas as contas patrimoniais, pois a prática atual cria um viés nos resultados. Entendendo as possíveis distorções oriundas das práticas contábeis atuais, e que merecem ser repensadas, mas que são legalmente aceitas. Os dados dos Balanços Patrimoniais e Demonstrativo do Resultado do Exercício utilizados nessa pesquisa foram tomados dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação.

A partir dos dados contábeis agrupados para a descrição do processo de crescimento e capitalização, dentro da metodologia descrita, foi traçada uma análise comparativa da VALCOOP e COROL, através do cálculo de taxas de crescimento geométrica, baseado em BACHA e ROCHA (1998), através do seguinte modelo de regressão: a taxa de crescimento geométrica é o parâmetro β da regressão: $\ln Y = \alpha + \beta t$, onde \ln é o logaritmo neperiano, Y: a) imobilizado; b) patrimônio líquido; c) capital de terceiros d) faturamento bruto; e t é o tempo, no primeiro período (onde 1970=1, 1972=2.....1982=13) e no segundo período (1983=1, 1984=2.....1998=16).

Cabe advertir que, algumas limitações estão presentes neste trabalho. Uma, refere-se aos dados primários, principalmente na década de 70. Essas cooperativas não eram informatizadas e, portanto, nem todas as séries de dados estavam disponíveis. E ainda, há algumas distorções oriundas das mudanças nas práticas contábeis, principalmente nos planos econômicos.

Os dados primários são oriundos de: 1º) documentos contábeis (balanços patrimoniais e demonstrativo de resultados de exercícios); 2º) relatórios de diretoria; 3º) atas de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; 4º) estatutos sociais. Dessa forma, todas as informações quantitativas e qualitativas que deram origem aos quadros, tabelas e gráficos e às análises efetuadas são originárias dos documentos acima mencionados, salvo quando for citada outra fonte.

1 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E COOPERATIVISMO

Neste capítulo, tem-se por objetivo fazer uma breve revisão sobre inovação tecnológica, utilizando como referencial teórico a abordagem schumpeteriana e de alguns autores neo-schumpeterianos e, dentro dessa ótica, busca-se discutir o desenvolvimento do cooperativismo no Paraná.

1.1. Inovação Tecnológica: aspectos teóricos

A Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter², publicada no início deste século, possibilitou um novo entendimento da dinâmica nas economias capitalistas. Essa obra destaca a transformação que ocorre numa economia, quando se introduz uma inovação de grande relevância, no processo produtivo. A introdução de uma inovação provoca mudanças no comportamento da economia, pois por um lado, destrói-se métodos tradicionais de produção e, por outro, provoca-se mudanças qualitativas na estrutura econômica.

Esse entendimento dinâmico da economia se constituiu numa oposição ao enfoque estacionário, ou seja, o fluxo circular da atividade econômica defendido pelos autores neoclássicos. Sob a ótica de Schumpeter, luta-se continuamente pelo estado de equilíbrio, porém a economia está em constantes mutações, os dados mudam, razão pela qual a estática só pode investigar a nova posição de equilíbrio depois que as mudanças tenham ocorrido.

² Joseph Alois Schumpeter, (1883-1950) publicou a Teoria do Desenvolvimento Econômico originalmente em língua alemã em 1912. No Brasil essa obra foi publicada pela Nova Cultural, "Série os Economistas", (1985).

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. (SCHUMPETER, 1985, p. 47)

As mudanças descontínuas e espontâneas e as perturbações no equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial e não na esfera dos consumidores de produtos finais. Desta forma, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são ensinados a quererem coisas novas. Observa-se, pois, o caráter endógeno das inovações.

Para Schumpeter, são fundamentais as mudanças na vida econômica que não forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se as mudanças ocorrerem como adaptação aos fatos externos não são consideradas desenvolvimento econômico. Portanto, as explicações do fenômeno não devem ser buscadas fora do setor, que estaria sendo arrastado pelas mudanças do mundo a sua volta. Para ele, o crescimento da população e da riqueza, não representa nenhum fenômeno qualitativamente novo, mas apenas mudanças de dados. Isso dá uma idéia clara da diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico.

A partir dessas argumentações de Schumpeter, pode-se concluir que há diferenças substanciais entre o fato econômico e o desenvolvimento econômico. Primeiro, ele quer explicar esse fato econômico que está implícito no desenvolvimento econômico, que arrasta as transformações no processo de produção e de distribuição e que gera desenvolvimento. Segundo, deve-se salientar que acréscimos de quantidades de meios de produção ou mão-de-obra não implicam desenvolvimento econômico, ou seja, só ocorre o

desenvolvimento econômico quando houver uma mudança qualitativa, de origem interna, como consequência das condições anteriores, que geram uma nova condição econômica diferente qualitativamente da anterior e que desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente.

As novas combinações provocam uma ruptura com os modos de produção antigos e estabelecem novas formas de produzir. Pode-se entender aqui produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com métodos diferentes, de forma descontínua. Essa forma descontínua pode ser explicada pelo fato de que se continuar produzindo as novas combinações de forma repetitiva, a economia não está gerando desenvolvimento, mas apenas reproduzindo o processo de produção. As novas combinações se verificam nos seguintes casos:

- a) *Introdução de um novo bem (...) ou de uma nova qualidade de um bem;*
- b) *Introdução de um novo método de produção(...) ou em nova maneira manejar comercialmente uma mercadoria;*
- c) *Abertura de um novo mercado;*
- d) *Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados;*
- e) *Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (...) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1985, p. 49).*

Para Schumpeter, o empresário inovador é o responsável pela transformação ou pelo processo de novas combinações pois, através dessas inovações, ele consegue auferir lucros extraordinários e conseqüentemente colocar-se em vantagem. No entanto, o empresário inovador schumpeteriano não pode ser confundido com o capitalista, ou qualquer outro indivíduo que exerça atividades de gerenciamento. Inovador é o responsável direto pela inovação, ou pelo empreendimento; é aquele que imprime uma essência pessoal traduzida na internalização da idéia inovadora ao processo de produção.

Dessa forma, torna-se possível compreender que todo o processo de progresso técnico, além de adquirir uma multiplicidade de formas, é um fenômeno endógeno por natureza, ou seja, as raízes de suas ondas encontram-se dentro da própria estrutura do sistema econômico. A presença de agentes que visam lucros, torna essencialmente endógeno o aparecimento de inovações, que constituem o mecanismo de alterar as condições do ambiente econômico, tornando cruciais as decisões capitalistas de investir.

A busca pelo lucro via inovação torna-se o elemento fundamental na transformação da situação estática para o processo de dinâmica econômica. A introdução de uma inovação, desde que absorvida pelo mercado, implica em um novo dinamismo para a economia. Os lucros oriundos dessa inovação intensificam a competição capitalista à medida que atraem imitadores. No primeiro momento, elevam-se as taxas de investimento, nível de emprego e crescimento da economia; no segundo momento, a oportunidade de realização de altos lucros na área associada à inovação é reduzida pelo aumento de oferta que ocorre nesse momento. Muito embora possa ser projetado o equilíbrio, isso não chega a ocorrer, pois o processo é descontínuo. Dessa maneira, o desenvolvimento econômico sob a ótica de Schumpeter é dinâmico e transformador, principalmente pelo caráter assimétrico das inovações. As mudanças tecnológicas que revolucionam incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, criando elementos novos e destruindo o antigo, constitui o de processo de *destruição criadora* SCHUMPETER (1961).

CRUZ (1988) ao descrever o dinamismo da abordagem schumpeteriana afirma que, o processo econômico, no seu elemento mais essencial, ou seja a transformação, evolução e desenvolvimento, pode ser visualizado funcionando em forma de saltos violentos, desarmoniosamente, desequilibradamente. Essa afirmação, rompe definitivamente com a

idéia estática do sistema econômico, defendida pelos neoclássicos, ressaltando, ainda, que competição não se limita a preços, como afirmavam aqueles autores. Para Schumpeter a competição se dá no tempo, com o surgimento, crescimento, maturação e declínio de empresas e setores.

Sem dúvida, o maior legado de Schumpeter foi o entendimento do processo dinâmico da economia capitalista. Os aprofundamentos na teoria schumpeteriana deram origem aos neo-schumpeterianos, que geraram novas alternativas para o tratamento da inovação e do progresso técnico. Essas análises se processam no campo microdinâmico e macrodinâmico e serão discutidas a seguir.

1.1.1 – A abordagem microdinâmica

A análise dinâmica do processo de mudança tecnológica foi objeto de estudo de autores neo-schumpeterianos, denominados evolucionistas; tem-se, nesse sentido, os trabalhos de NELSON e WINTER (1982)³, citado por POSSAS (1989) e KUPFER (1996), que se inspiraram no mecanismo de evolução das espécies, via mutações genéticas, no processo de seleção ambiental, comportamentos. Ou seja, as firmas atuam no mercado numa luta pela sobrevivência análoga à concorrência biológica, cujas atitudes são definidas através da capacidade de melhorar a rentabilidade. O processo de evolução seria desenvolvido em cada firma de acordo com a sua capacidade para enfrentar as adversidades do meio ambiente.

³ NELSON, R.R. e WINTER, S.G., *An Evolutionary Theory of economic change*. Cambridge: MSS. Harvard University Press, 1982.

A conduta de cada firma configuraria sua rotina⁴ ou *gene*. As rotinas podem ser entendidas como um conjunto de técnicas ou processos organizacionais que caracterizam o modo como as mercadorias e serviços são produzidos. Em cada empresa, a capacidade de crescimento se daria de acordo com o tipo de *gene* dominante e, a partir daí, se configurariam as possibilidades da mesma na adaptação das novas circunstâncias e na produção das mutações necessárias. Portanto, as rotinas acumuladas por uma firma e seus recursos humanos seriam a sua "herança genética" e da experiência passada, baseada no aprendizado e na competência, bem como nas soluções encontradas pelos indivíduos e pela firma, que esta "escreve" sua história e acumula novas rotinas, acumulando mais capacitação para enfrentar fatores adversos.

As rotinas são racionais e imprescindíveis porque envolvem cautela em condições desconhecidas ou na ausência de informações adequadas. *Mas, a rotina não é sinônimo de comportamento repetitivo, estável e permanente* CÂMARA (1993, p. 23). Nesse sentido, via aprendizado ou imitação, a firma herda rotinas, todavia, em situações adversas de mercado, pode alterar os comportamentos convencionais, assumindo uma trajetória diferente, inovadora, dando origem, portanto, às mutações. Uma busca incessante que gera e difunde inovações define as metas e conjuntos de procedimentos estratégicos que possibilitam os meios para atingir os objetivos da firma.

As estratégias conforme FREEMAN (1982)⁵ citado por CAMARA (1993) e SHIKIDA e BACHA (1998), são classificadas em: ofensiva, defensiva, imitativa, dependente,

⁴ KATZ (1995) tece uma série de críticas sobre as comparações de Nelson e Winter, de que no ambiente econômico as empresas adotam comportamento habitual, que dessa forma cumpriria um papel equiparável aos genes na biologia.

⁵ FREEMAN, C. *The Economics of Industrial Innovation*, Cambridge. Mit Press, 1982.

oportunista e tradicional. Dependendo da estratégia adotada a firma terá maior ou menor competitividade pois, conforme destaca FREEMAN (1984), as indústrias mais intensivas em P&D são geralmente aquelas que mais rapidamente crescem.

Portanto, dependendo do tipo de estratégia tecnológica adotada, algumas firmas obterão maior proveito das oportunidades técnicas do que outras. Dessa forma, evidencia-se que a concorrência schumpeteriana tende a produzir vencedores e perdedores. O fato de algumas tirarem mais proveito do que outras conduz a um aumento no grau de concentração do mercado, que irá se intensificando à medida em que esse processo avança, pois o crescimento conferirá vantagens aos vencedores, ao passo que o declínio produzirá obsolência técnica e mais declínio aos perdedores.

No entanto, como ressalta KUPFER (1996), o ambiente externo também exerce determinações, muito embora parciais, porém relevantes. Esse autor destaca a importância do paradigma tecnológico e das trajetórias tecnológicas, associadas a esse paradigma, como elemento de orientação para a tomada de decisão das firmas. O paradigma tecnológico, na acepção de DOSI(1982)⁶, citado por (KUPFER, 1996, p. 356)⁷ é definido como: *Um pacote de procedimentos que orientam a investigação sobre um problema tecnológico, definindo o contexto, os objetivos a serem alcançados, os recursos a serem utilizados, enfim um padrão de solução de problemas técnico-econômicos selecionados.*

⁶ DOSI, G. *Technical change and industrial transformation*, New York. St. Martin' Press. 1982.

⁷ KUPFER (1996, p. 356), ressalta que DOSI (1982) elaborou o conceito de paradigma tecnológico à partir do conceito de paradigma científico de KUHN, T., *The structure of scientific revolutions*. Chicago. University, 1962, *definido como um conjunto de princípios que formam uma metodologia para resolver problemas semelhantes que se apresentam.*

Portanto, o paradigma define um campo delimitado de conhecimentos necessários para a produção de grupos de produtos e processos particulares e possui as seguintes características:

1. *Presença de tarefas tecnológicas genéricas;*
2. *uso de tecnologias materiais selecionadas;*
3. *exploração de propriedades naturais particulares de natureza físico-química; e existência de dimensões econômicas e tecnológicas, a partir das quais se define o progresso tecnológico, através da resolução de problemas específicos aos paradigmas (comparação entre custos e atributos dos produtos). (GADELHA, 1994, p. 61).*

Os paradigmas tecnológicos definem as oportunidades tecnológicas para inovações posteriores e, ao mesmo tempo, os procedimentos básicos que vão permitir a exploração dessas novidades; portanto, os paradigmas dirigem os esforços de pesquisa em determinadas direções mais do que em outras. As direções tomadas serão denominadas de trajetórias tecnológicas. Dessa forma, observa-se que uma trajetória tecnológica vai designar o progresso dos conhecimentos tecnológicos em função das arbitragens técnicas e econômicas, que são definidas pelos paradigmas. Enquanto o paradigma dá uma noção de conjunto geral e define as oportunidades tecnológicas, as trajetórias podem ser definidas como subconjuntos, ou seja, a escolha mais precisa dentro do conjunto.

Uma trajetória, independente qual seja ela, irá explorar todas as possibilidades do paradigma até a exaustão de todas as potencialidades; portanto, para se adotar uma nova trajetória totalmente diferente até chegar aos limites extremos de um paradigma, será necessária a definição de um novo paradigma, que, por sua vez, dependerá do progresso da ciência e do conhecimento científico.

1.1.2- A abordagem macrodinâmica

Na abordagem neo-schumpeteriana macrodinâmica, destacam-se os estudos de PÉREZ (1992), que buscam evidenciar a forma de reprodução, e evolução do capitalismo no processo de desenvolvimento econômico, via formas de organização da produção, normas de acumulação, tipo de intervenção estatal, evolução da produtividade sistêmica e do excedente.

Essa autora elabora o conceito de paradigma tecnoeconômico, no mesmo sentido das expressões utilizadas por KHUN (1962) e DOSI (1982), definido como:

Um paradigma tecnoeconômico representa um modelo vetor do progresso tecnológico comercial durante vários decênios. É um modelo de sentido comum para identificar e desenvolver produtos e processos produtivos economicamente rentáveis, partindo de uma gama de produtos tecnologicamente viáveis (PÉREZ, 1992, p. 26).

Sua análise tem como ponto de partida os períodos de rápido crescimento da economia. Esses períodos seriam impulsionados por um conjunto de novas tecnologias, juntamente com o aparato institucional, que fomentam políticas de desenvolvimento. Como corolário desse processo, destacam-se as novas tecnologias, que caracterizam um novo paradigma.

Ao analisar a relação entre o crescimento econômico e as mudanças tecnológicas, Pérez ressalta que muitas inovações incrementais, algumas radicais, foram introduzidas na economia, a partir da década de 70 como, por exemplo, a microeletrônica e a biotecnologia, sem que, no entanto, o crescimento econômico tenha acompanhado esse ritmo. Como explicação para esse fato, salienta que houve um desajuste entre o novo

potencial tecnológico e o arcabouço sócio-institucional, tanto na esfera nacional como na internacional.

Diante disso, constata-se que a introdução de um novo paradigma deve ser precedida de mudanças estruturais na indústria, bem como na qualificação da mão de obra; portanto, são momentos de transição na economia e leva tempo entre o delineamento do paradigma e a adequação do modelo de crescimento. A lentidão se deve ao fato de pessoas, empresas e instituições não absorverem as inovações técnicas de maneira uniforme.

DIAS (1989),⁸ citado por (LUGNANI, 1995, p. 37) busca, a partir das acepções de Pérez, a lógica do processo de desenvolvimento capitalista via inovações até alcançar um novo padrão de desenvolvimento, e resume da seguinte forma:

Cada período, iniciado com a comercialização e difusão do 'grupo' de tecnologias definidos de uma época, conteria uma estrutura de custos relativos, cuja dinâmica é captada, ao longo, pelos empresários que empiricamente chegam a estruturar um tipo de organização ótima e produção. Esse estilo, paradigma ou padrão tecnológico representa a forma mais racional e eficiente de aproveitamento da estrutura de custo real permitida pelo conhecimento tecnológico existente. O estabelecimento de um estilo ou paradigma tecnológico decorre, portanto da introdução de uma constelação de inovações, tanto técnicas como gerenciais, que permitem atingir um nível geral de produtividade dos fatores de produção claramente superior ao que era "normal" com o estilo tecnológico anterior. Uma mudança inusitada nos níveis de produtividade só é possível a partir de uma revolução tecnológica que irá permitir depois o estabelecimento de novo estilo tecnológico. (grifo no original)

Portanto, o paradigma tecnológico uma vez delineado abrange, empresas e países, definindo o processo de crescimento econômico, por longo tempo e só será substituído por outro, após o seu esgotamento. Porém, Pérez enfatiza de que é necessário que ocorra

⁸ DIAS, Viviane V. Mudanças Estruturais na Economia Internacional. In: *Economia e Desenvolvimento*, nº 5. IPEA/CEPAL, Brasília, 1989.

transformações sócio-institucionais para a constituição de um novo padrão de desenvolvimento, a partir das novas tecnologias que caracterizam um novo paradigma.

1.1.3– As capacitações dinâmicas das firmas

A partir das discussões dos autores neo-schumpeterianos, BAPTISTA (1997) estuda o ambiente onde ocorrem as mutações à luz das incertezas causadas pelo processo dinâmico dessa concorrência. Essa autora, toma uma unidade de produção, a firma proposta por GUIMARÃES (1981),⁹ e discorre sobre como esta toma as suas decisões, quanto a investimentos, diversificação, entrada ou saída em mercados, estratégias tecnológicas dentre outros. Essas decisões são complexas e de difícil reversibilidade, pois envolvem mudanças substantivas em seus ativos, porém são imprescindíveis para o seu crescimento ou sobrevivência. Muito embora o ambiente em que as firmas tomam as suas decisões seja de incerteza, existem dois tipos de balizamentos estruturais: a) os paradigmas e as trajetórias tecnológicas; b) o conjunto de instituições, que podem ser divididas em macro-instituições e micro-instituições¹⁰.

BAPTISTA (1997) ressalta que, além disso, *a herança genética da firma*, que se entende aqui os já discutidos genes na acepção de Nelson e Winter, também são elementos fundamentais ao revelar, de forma única, a competência nuclear de cada unidade de produção, que se traduz pelo seu potencial de explorar oportunidades e gerar novas

⁹Para GUIMARÃES (1981, p. 25)), *a firma é um locus de acumulação de capital. Podendo-se afirmar que os lucros são necessários para o crescimento da firma e que o crescimento é necessário para a manutenção dos lucros.*

¹⁰ BAPTISTA, (1997, p. 1240) define como macro-instituições, *o conjunto de agências públicas, seus padrões de interação com os organismos públicos e que de forma mais geral definem os direitos de propriedade. As micro-instituições são definidas como todas as formas institucionalizadas de interação entre agentes – não mediadas diretamente pelo mercado, que se verificam no âmbito privado*

oportunidades, bem como de empreender um processo contínuo de aprendizado. Essas competências nucleares podem ser resumidas da seguinte forma:

QUADRO 1.1 - Competências nucleares da firma.

<i>DIMENSÕES DAS CAPACITAÇÕES</i>	<i>TIPOS DE COMPETÊNCIAS</i>
ORGANIZACIONAIS E ECONÔMICAS	<ul style="list-style-type: none"> • ALOCATIVAS • TRANSACIONAIS • ADMINISTRATIVAS
TÉCNICAS	<ul style="list-style-type: none"> • DESENVOLVIMENTO/PROJETO (PRODUTO/PROCESSO) • EFICIÊNCIA PRODUTIVA • APRENDIZADO

Fonte: BAPTISTA 1997, p. 1247

As competências nucleares organizacional e econômica podem ser descritas como: 1) Decisão alocativa: a decisão do que produzir e a que preço; 2) Decisão transacional: quando produzir, isoladamente ou em parceria; 3) Competência administrativa: como conceber as estruturas organizacionais e as políticas capazes de propiciar um desempenho eficiente. Por outro lado, as capacitações técnicas envolvem o desenvolvimento e projeto de novos produtos e processos e a habilidade de operar as instalações produtivas eficientemente.

Além da dimensão técnica, as competências nucleares apresentam a dimensão organizacional e econômica, e envolvem um componente tácito extremamente relevante, apresentando dessa forma uma especificidade de difícil imitação. Portanto, o aspecto produtivo se constitui num elemento parcial da capacitação subordinado hierarquicamente como apresentado no quadro 1.1., das competências organizacionais e econômicas. Cabe salientar a importância que assumem as competências administrativas,

pois estas são fundamentais na tomada de decisão quando se traça um curso de ação na unidade produtora, e nesse ambiente composto por experiências passadas e novas atitudes presentes, o aprendizado pode se constituir num fator estratégico e crucial para o desempenho da firma a longo prazo, na medida em que propicia a geração e aperfeiçoamento das capacitações individuais.

Essas considerações são fundamentais na busca de ferramentas a serem utilizadas para explicar o processo dinâmico de unidades produtoras e, a partir daí, traçar um paralelo com as empresas cooperativas, tendo em vista o caráter dinâmico que estas assumiram, no contexto capitalista. Porém, foram apresentadas as capacitações dinâmicas, tendo como referencial a firma proposta por GUIMARÃES (1981). Todavia, não se tem a pretensão de buscar um denominador comum entre a firma de Guimarães e a empresa cooperativa, quando se conhece a natureza ambígua que existe entre ambas. Mas, uma reflexão acerca das inovações e da incerteza na tomada de decisão em unidades capitalistas poderão servir de parâmetros para a análise das empresas cooperativas, dado o ambiente comum onde ambas se inserem.

1.2 – A concorrência schumpeteriana e o cooperativismo

Dentre os fatores apontados como responsáveis pelo processo dinâmico experimentado por muitas cooperativas do Norte do Paraná, partir dos anos 70, destacam-se os reflexos da revolução verde, que substituiu a cafeicultura por culturas mecanizadas. Essa inovação tecnológica difundida na agricultura ficou conhecida como modernização tecnológica.

MEDEIROS (1995) afirma ser possível fazer um elo entre a modernização da agricultura do Norte do Paraná e a inovação tecnológica nas afirmações de Schumpeter sobre a alteração e deslocamento do estado de equilíbrio existente num mercado. No Paraná, esse processo alcançou grandes dimensões, com transformações econômicas, políticas e sociais profundas. Alguns aspectos da modernização tecnológica na agricultura e a sua relação com o cooperativismo serão tratados no capítulo II dessa dissertação.

Paralelamente às transformações ocorridas na agricultura, o cooperativismo paranaense passou por uma reestruturação econômica e filosófica, tendo como agente desencadeador o trabalho conjunto dos órgãos com atividades cooperativistas, destacando-se a ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná/Associação e Orientação das Cooperativas do Estado do (Paraná OCEPAR/ASSOCEP), com o apoio do Banco do Brasil e BRDE¹¹, resultando num novo modelo de cooperativismo embasado pela Lei nº 5764 de 1971¹². A partir dessa legislação, o processo de acumulação de sobras, tão importante para sustentar o crescimento das cooperativas, amparava-se em instrumento legal.

De acordo com IPARDES (1985b), os princípios doutrinários que definiam a natureza não lucrativa das cooperativas foram modificados a partir do Congresso de Viena,

¹¹ *O apoio desses Órgãos foi decisivo para o desenvolvimento das cooperativas no Estado.* RICKEN (1990,p. 156)

¹² Conforme IPARDES (1985b, p. 12), essa lei, aprovada em 1971, que regulava o funcionamento das cooperativas no Brasil, determinava que, *no mínimo 10% das sobras líquidas fossem incorporadas ao Fundo de Reserva e no mínimo 5% ao Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES, além da criação de outros fundos a critério da assembléia geral.*

em 1966, quando a Aliança Cooperativa Internacional - ACI¹³ - passou a aceitar que parte das sobras fosse capitalizada para o desenvolvimento dos serviços aos cooperados.

O destino das sobras, bem como a sua geração, se constituem em questões muito delicadas no ambiente cooperativista, pois muito embora a legislação tenha passado a admitir a sua existência e absorção pela cooperativa, isso não deixa de se constituir num elemento frágil da relação cooperativa - cooperado. Se as sobras forem expressivas, podem evidenciar expropriação, se forem insignificantes, não permitem a expansão da cooperativa num ambiente que requer cada vez mais investimentos.

No sistema capitalista, o lucro funciona como mola propulsora das inovações e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico, constituindo-se, dessa forma, na acumulação primitiva Schumpeteriana. O lucro, portanto, é uma função endógena e torna-se fundamental num ambiente competitivo.

A partir dessa concepção da importância das sobras/lucros nas sociedades cooperativas surgiram muitas discussões sobre como se processa o crescimento desse tipo de unidade de produção nas economias capitalistas. Segundo IPARDES (1985b), o ciclo de crescimento das cooperativas se dá com a existência de sobras que, capitalizadas e somadas às possíveis integralizações de capital dos cooperados e de taxas de retenções, formam o capital próprio das cooperativas. Esse capital próprio, somado aos recursos externos (bancos estatais,

¹³ A Aliança Cooperativa Internacional é o órgão de representação do cooperativismo mundial, foi fundada em 1895, e tem sede em Genebra. (OCB, 1997). Atualmente a ACI é a maior representação não governamental do mundo, tem como filiados representações cooperativas de 101 países num total de 770 milhões de associados. OCB, (1999a)

ou privados ou ainda de terceiros), constitui o volume de capital disponível, conforme mostra a Figura 1.1.

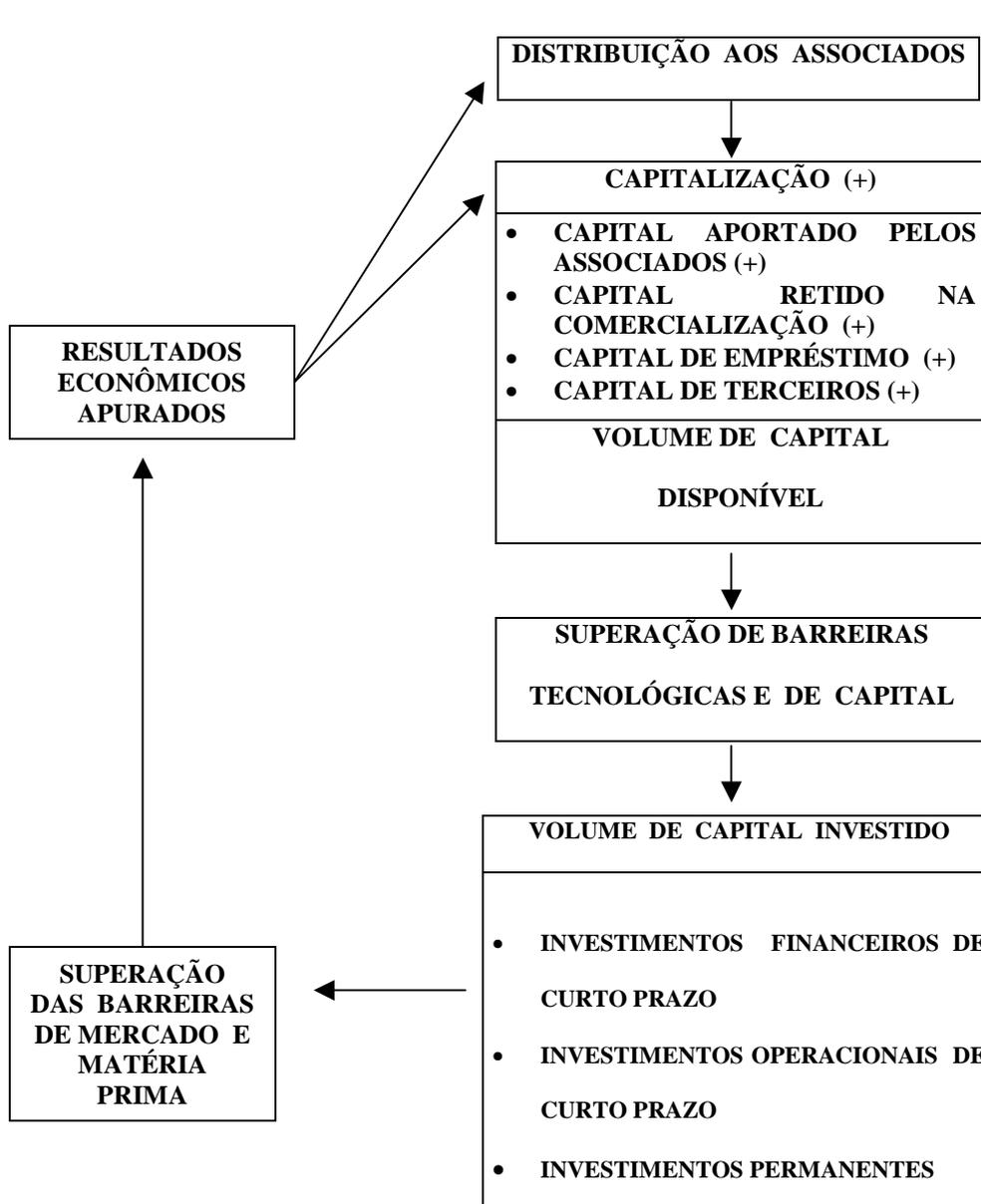


FIGURA 1.1 - Ciclo de crescimento das cooperativas.

FONTE: IPARDES (1985b, p. 14).

Enquanto as cooperativas eram basicamente de natureza comercial e contavam com recursos fartos de capital de terceiros, representados basicamente pelo volume de créditos subsidiados oriundos da ação do Estado, esse ciclo se reproduziu. Porém, quando se agroindustrializaram o ciclo de reprodução, começaram a evidenciar pontos de estrangulamento. As novas atividades empreendidas passaram a demandar um aporte de capital crescente. Por um lado, as agroindústrias cooperativas passaram a concorrer com grupos oligopolistas. Por outro, houve a diminuição do crédito estatal. Esses fatores deixaram as cooperativas vulneráveis.

1.2.1 - O cooperativismo empresarial paranaense

Como complemento da reestruturação econômica e filosófica do cooperativismo, amparada pela Lei 5764 de 1971, outro fator que contribuiu para o crescimento do cooperativismo no Estado do Paraná, a partir da década de 70, foi a implantação do "Projeto Integrado de Desenvolvimento"¹⁴. Esse projeto tinha como objetivo principal o fortalecimento do cooperativismo paranaense via reorganização das cooperativas existentes e constituição de novas cooperativas.¹⁵

*Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o **espírito empresarial** (grifo nosso) (OCEPAR, 1990, p. 7).*

¹⁴ Os projetos dividiam o Paraná em três regiões e foram intitulados de Projeto Iguazu de Cooperativismo – PIC, Projeto Norte de Cooperativismo - NORCOOP, e Projeto Sul de Cooperativismo - SULCOOP OCEPAR, (1990, P. 7).

¹⁵ Seguiram-se, nessa fase, várias etapas da definição das áreas de atuação, à estrutura das unidades, assistência técnica, organização e agroindustrialização. A divisão efetuada nos projetos de integração permanece até os dias atuais RICKEN (1990).

Denominou-se cooperativismo empresarial o dimensionamento de modernização organizacional, expansão e especialização econômica que as cooperativas assumiram diante do mercado competitivo. Essas novas características técnicas que as cooperativas passaram a apresentar se aproximavam muito de características de empresas capitalistas.

Através dessa nova concepção de cooperativismo empresarial fica implícito um novo caráter comportamental atribuído às cooperativas, sugerindo um papel mais ativo. Mas, essas estruturas, apesar de exibirem complexidades de empresas capitalistas, possuem especificidades inerentes as suas bases de sociedades de pessoas, de processo decisório dependente e de raízes ligadas a traços culturais que impedem a compreensão desse fenômeno de transformações, originando daí as dificuldades de agir como estruturas empresariais capitalistas, e que de fato não o são.

A respeito do cooperativismo empresarial, SCHNEIDER (1991) relata que, no Rio Grande do Sul, o seu surgimento ocorreu a partir dos anos 50, também fomentado por políticas do Estado, que buscavam, via cooperativismo, um novo padrão de acumulação capitalista. Ressalta-se que as cooperativas representavam uma série de vantagens em relação à outras empresas, e exatamente em razão dessas vantagens é que o Estado viabilizou políticas para o seu desenvolvimento. Dentre as vantagens que as cooperativas apresentavam, destacam-se: reduziriam os custos operacionais e os gastos de circulação da produção; facultariam a comercialização de grãos; oportunizariam a difusão e a incorporação de tecnologias avançadas e garantiriam maior produtividade física e econômica da lavoura.

Pela natureza e a forma de organização do cooperativismo, bem como sua estreita interação com a base agrícola, sugere-se que não há diferenças entre as vantagens de um Estado para outro. Portanto, não somente para o Rio Grande do Sul, mas também para o Estado do Paraná, as conseqüências do cooperativismo empresarial se revelaram a partir das contradições internas e do reflexo da forma de configuração que o cooperativismo rural teve que assumir no contexto capitalista.¹⁶

Um estudo realizado acerca da evolução dos aspectos quantitativo/econômicos e da transformação qualitativa, aspectos doutrinários, no cooperativismo paranaense aponta para essa mudança:

Quanto ao aspecto quantitativo, as cooperativas reforçaram sua participação na produção agrícola do Estado do Paraná /.../ Todavia a maior expressão do movimento está centrada no crescimento do número de associados, razão de ser do sistema cooperativista, que no período 1976/87 /.../ cresceu a uma taxa anual de 11,92%. /.../ Esta evolução quantitativa, entretanto, não correspondeu à uma transformação qualitativa /.../ A doutrina cooperativista está sendo substituída por uma doutrina capitalista, onde o lucro é o objetivo primeiro. Quando isso ocorre, o aspecto econômico se sobrepõe ao social, violando o objetivo de harmonizar as dimensões econômica social e cultural do processo de desenvolvimento inerente ao cooperativismo. (MARANDOLA e RODRIGUES, 1990, p. 119).

Dada a competição existente no segmento agroindustrial, conforme já discutido, e partindo dessas transformações, de acordo com a concepção schumpeteriana de mudança de estado de equilíbrio existente, as cooperativas que se transformaram estruturalmente, passaram a evidenciar o caráter comercial que assumiram como forma de

¹⁶ A esse respeito o estudo de FLEURY (1983), discute o cooperativismo a partir de algumas determinações que sobre esse movimento se projetam, provocadas pela interação cooperativa-mercado-Estado, pela especificidade de seu objetivo e modelo organizacional e pelas relações entre diferentes categorias de produtores, no contexto de cooperativa.

enfrentar a concorrência. À medida em que se buscava o fortalecimento via acumulação de "sobras" (lucro para empresa capitalista), mais se distanciava de seus princípios doutrinários.

Ao relatar o processo de ingresso das cooperativas na atividade agro-industrial, IPARDES (1985a) ressalta que, do ponto de vista interno da cooperativa, há uma racionalidade para esse ingresso, baseada na própria racionalidade de sua formação, ou seja condições para concorrer. A atividade agroindustrial somente se justifica pela pretensão de colocação de produtos no mercado em melhores condições de valorização e apropriabilidade de uma maior fatia do excedente, via cadeia produtiva; portanto, espera-se como resultado desse processo o aumento da geração de sobras e **sua repartição aos associados**.

Dessa busca por maior excedente, via agroindustrialização, e sua efetiva concretização, surgem conflitos internos que parecem evidenciar objetivos antagônicos na estrutura cooperativa. Ao ingressar no mercado agroindustrial, a cooperativa passa a concorrer com estruturas oligopólicas. Nesse confronto concorrencial, as sobras que se destinariam aos associados se constituem em fator primordial de acumulação para crescimento e novos investimentos, em escalas cada vez mais crescentes. Diante disso, parecem se diluir os aspectos filosóficos do cooperativismo, prevalecendo a busca pela acumulação.

MEDEIROS (1995) e (1998) observa que algumas cooperativas agrícolas, que buscaram a agroindustrialização, são de natureza híbrida e apresentam fragilidade estrutural pois, se enquanto receptoras de produtos agrícolas e comercialização, possuem base Rochdaleana, enquanto cooperativas agroindustriais, competem num mercado em bases capitalistas de um oligopólio, o que evidencia que os dois lados do processo decisório parecem ter objetivos opostos.

As discussões sobre a absorção do ideal da concorrência schumpeteriana por algumas cooperativas, remete a reflexões sobre os conflitos e fragilidades que enfrentam essas cooperativas dinâmicas, modernas. No entanto, a concorrência capitalista é implacável: "inovar ou morrer". Portanto, nesse contexto, sugere-se que não há espaço para as cooperativas agropecuárias tradicionais.

Porém, cabe ressaltar que as transformações ocorridas no cooperativismo paranaense, a partir dos anos 70, foram reflexo do processo de modernização tecnológica da agricultura e estiveram estreitamente ligada à ação do Estado. A ação do Estado e a inserção do cooperativismo na modernização tecnológica da agricultura serão discutidas no capítulo seguinte.

A partir do referencial teórico discutido neste capítulo, resalta-se os seguintes aspectos :

a) Schumpeter possibilitou um novo entendimento do processo dinâmico nas economias capitalistas ao destacar a importância das inovações tecnológicas para o desenvolvimento econômico. Essa busca por inovação se justifica pela obtenção do lucro, pelo desejo de colocar-se em vantagem, porém a inovação atrai imitadores, conseqüentemente, diminui a lucratividade, intensifica a competição capitalista cada vez mais intensivamente.

b) As inovações são as responsáveis pelas mudanças que ocasionam desequilíbrios nas economias e, dessa forma, Schumpeter rompeu com o equilíbrio defendido

pelos autores neoclássicos. O empresário inovador é o responsável pela busca da inovação, cujo alvo é o lucro oriundo da mesma.

c) A abordagem neo-schumpeteriana destaca um mecanismo evolutivo nas firmas, numa busca interna pela sobrevivência. Essa busca se traduziria numa capacidade para enfrentar adversidades e, conseqüentemente, levaria a um acúmulo cada vez maior de capacitação. A capacitação ou competências se apresentam nas dimensões organizacionais e econômicas; e técnicas, sendo esta hierarquicamente subordinada à primeira.

d) De acordo com a vertente neo-schumpeteriana macrodinâmica, o ambiente externo também exerce determinações relevantes. As firmas, diante das incertezas, orientam-se pelos paradigmas e trajetórias tecnológicas e também de variáveis institucionais.

e) A abordagem do aspecto endógeno das firmas se reveste de extrema importância nesta análise ao considerar que as empresas cooperativas diferem das empresas capitalistas, pois possuem uma especificidade única, tendo em vista a própria forma em que são organizadas, a como se dá o processo decisório e até, do que se sugere chamar, os interesses dicotômicos existentes nessas organizações. Dada essa especificidade, a base decisória do cooperativismo tende a ser mais tradicional do que a de outras empresas e, portanto, menos inovadora, o que as coloca em desvantagem num ambiente competitivo.

f) A tecnologia, tanto a de produto como a de processo, se destaca ao conferir vantagens únicas para as firmas e, principalmente, a tecnologia de processo se demonstra superior à primeira por apresentar um componente tácito e específico. Porém, o conhecimento e a tecnologia são os ativos de custos mais elevados para as firmas. Assim, as

cooperativas, dada sua limitação no processo de acumulação, tendem a possuir menores proporções desses ativos, o que as limita no processo concorrencial.

g) Muito embora tenha ocorrido mudanças na legislação cooperativista, como por exemplo as retenções de parte dos lucros, isso não dilui as grandes fragilidades que ocorrem nesse tipo de sociedade, principalmente aquelas que possuem estruturas agroindustriais e que, conseqüentemente, concorrem com grupos oligopolistas. A acumulação torna-se um elemento fundamental para o seu crescimento ou até mesmo de sobrevivência.

h) Conforme demonstrado no ciclo de crescimento das cooperativas, o capital próprio mais o capital de terceiros somam-se para constituir o aporte de capital que será investido; porém, dado ao aspecto concorrencial, sua demanda se torna crescente. O primeiro sofre várias limitações ligadas aos aspectos endógenos dos princípios doutrinários do cooperativismo; o segundo cria dependência e expõe a cooperativa a riscos, quando tomado sem um projeto de planejamento a longo prazo.

2. AGRICULTURA, ESTADO E COOPERATIVISMO

Neste capítulo relata-se, brevemente, a evolução da agricultura no Brasil nos últimos anos, especialmente na década de 70 e 80, observando suas transformações, sobretudo a modernização tecnológica. Dentro desse contexto, busca delinear o comportamento do cooperativismo agropecuário, suas mutações e adaptações a esse processo de transformações onde está inserido.

2.1- O papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico

Dentre as muitas abordagens sobre a agricultura e o desenvolvimento econômico destaca-se, a partir dos anos 60, o enfoque sobre as funções básicas da agricultura, desenvolvido por JOHNSTON e MELLOR (1962)¹⁷, citado por (CASTRO, 1969 p. 93 e SOUZA, 1999 p. 268). Para esses autores, essas funções estão divididas em cinco e são distribuídas em vários planos: a) *geração e permanente ampliação de um excedente de alimentos e matérias-primas*; b) *liberação de mão-de-obra*; c) *criação de mercado*; d) *transferência de capitais* e e) *geração de divisas com exportação*.

CASTRO (1969) fez uma ordenação histórica das funções da agricultura no processo de desenvolvimento da economia brasileira e destacou que, muito embora a mesma tenha desempenhado suas funções com grande peso, não lhe coube a promoção do desenvolvimento; o seu papel foi passivo.

¹⁷JOHNSTON, Bruce F., MELLOR, J.W. El papel de la agricultura en el desarrollo económico. *El Trimestre Económico*, primeiro trimestre, 1962.

Porém, na fase inicial do processo de desenvolvimento econômico, conforme JOHNSTON e MELLOR (1962), citado por (CARVALHO, 1998, p. 548) o setor agrícola assume grandes dimensões, sendo em muitos casos, *a única atividade importante como fonte fornecedora de capital*. A agricultura se torna a principal fonte na formação da renda, representando, às vezes, cerca de 40 a 60% da renda total, de forma que *uma taxa adequada de desenvolvimento não poderá ser obtida sem a contribuição fundamental da agricultura para a formação de capital necessário não só ao seu próprio desenvolvimento, mas também ao dos demais setores da economia*.

De fato, uma busca em nossas raízes histórico-econômicas mostra a representatividade do setor agrícola durante, principalmente, os ciclos da cana-de-açúcar e do café, na formação da renda. PRADO JUNIOR (1981) destaca a expressividade desses produtos na pauta de exportações, principalmente o café que, durante decênios, constituiu-se numa fonte geradora de divisas de extrema importância para a economia brasileira.

Com a crise externa e duradoura que teve início na década de 30, o modelo primário exportador que caracterizava a economia brasileira até aquele momento foi redirecionado paralelamente às mudanças políticas oriundas da Revolução de 1930. Mas, foi somente a partir de 1937 que se buscou promover a diversificação da economia e a redução da dependência em relação ao exterior, com nova estratégia via desenvolvimento manufatureiro. O setor cafeeiro, gerador de divisas e, conseqüentemente, dominante politicamente, passou a aceitar as inúmeras políticas que representavam as *transferências de recursos ao governo e a segmentos do setor privado sobre os quais se apoiava a estratégia da industrialização por substituição de importações*. (MUELLER, 1988, p. 248)

De acordo com BARROS (1982), um novo enfoque das funções da agricultura foi desenvolvido em face das transformações da economia brasileira oriundas da industrialização e urbanização. A agricultura passou a contribuir para a renda global com parcela menos expressiva em relação aos demais setores. Esse fator alterou significativamente o interesse da política macroeconômica, evidenciando também o papel subordinado da agricultura no processo de desenvolvimento.

MULLER (1988), ao analisar a formulação de políticas públicas no Brasil, ressalta esse papel passivo atribuído à agricultura, destacando dois segmentos na esfera governamental, um denominado "área econômica do governo" e outro "setor público agrícola". O setor público agrícola atua com o segmento ligado diretamente com a agricultura, e a área econômica do governo é representada pelos condutores de políticas econômicas, esta subordina a anterior de forma que:

Para a área econômica do governo, a agricultura é mero instrumento na estratégia de desenvolvimento ou na administração das crises que atingem a economia do país. Ela só se interessa por políticas agrícolas em duas circunstâncias: quando surgem crises agrícolas e torna-se necessário conceber medidas para contorná-las; ou quando determinadas políticas agrícolas interferem no atingimento de metas que consideram mais importantes (MUELLER (1988, p. 243).

TIMMER (1992)¹⁸, citado por (SOUZA 1999, p. 269), afirma que as intervenções do governo se tornam necessárias para que a agricultura ocupe um papel decisivo no desenvolvimento, e que há funções adicionais e complementares do setor agrícola nesse processo, que são:

¹⁸ TIMMER, C. P. Agriculture and economic development revisited. *Agricultural Systems*, v.40, 1992.

- a) *influir positivamente nas decisões de investimento dos setores agrícolas, por meio da estabilidade dos preços dos alimentos;*
- b) *aumentar a produtividade do capital e do trabalho do resto da economia e, assim, a taxa de crescimento global, ao gerar excedentes exportáveis e ao reduzir a inflação;*
- c) *contribuir com o efeito aprendizagem do governo, gerador de economias externas;*
- d) *contribuir para reduzir a pobreza, mediante a reforma agrária e a elevação da produtividade da terra e do trabalho;*
- e) *proteger o meio ambiente, tal como o espaço verde e a concentração de gases na atmosfera (efeito estufa).*

A intervenção governamental em maior grau no setor agrícola, segundo TIMMER (1992) apud SOUZA (1999), justifica-se na estabilidade dos preços dos alimentos e geração de excedentes exportáveis, pois essas duas funções são, na verdade, um desdobramento da função clássica da agricultura que é a produção de alimentos.¹⁹ Quanto à formação dos preços, dada as falhas do mercado, a intervenção do governo tem conotação de bem público e justifica-se por aumentar a eficiência da economia e melhorar a distribuição da renda e o bem-estar da população mais pobre.²⁰

Porém, no Brasil, o setor agrícola, conforme já discutido, não ocupou maior espaço a ponto de deter políticas específicas de longo prazo. Sempre as políticas voltadas para esse setor foram passageiras. Primeiro as atenções estavam voltadas para o setor pelas estratégias de crescimento; posteriormente, pela modernização urbano-industrial e, a partir da década de 60, pelo seu papel na estabilização da economia.

¹⁹ SOUZA (1999, p. 269) ressalta que, *os governos dos países desenvolvidos têm interferido intensamente na agricultura, tanto pelo forte 'lobby' dos agricultores, como para obter a estabilização dos preços de alimentos básicos, atingir a auto-suficiência na produção doméstica de algum bem e implantar infra-estrutura no meio rural, para aumentar a produção.*

²⁰ Entendendo que, por outro lado, quando o governo fixa os preços mínimos muito baixos certamente irá desestimular os produtores.

2.2 – A agricultura na década de 70

A atenção do poder público a partir da década de 60, conforme BARROS (1982), voltou-se para o setor agrícola, buscando, através do desempenho desse setor, a estabilização da economia, ou seja, corrigir o desequilíbrio interno (inflação) e o desequilíbrio externo (balanço de pagamentos). Para atingir esses objetivos o Estado, via instrumentos institucionais, apostou no desempenho do setor primário.²¹

Como resposta às políticas voltadas para a agricultura, constatam-se profundas transformações no setor agrícola, principalmente na década de 70. A essas transformações denominou-se modernização tecnológica. Como característica principal observou-se a utilização intensiva no uso de capital, com mudanças na base técnica de produção no campo, principalmente na região centro-sul do país, dada as características mais propícias dessa região para a expansão das culturas que estavam vinculadas às novas técnicas, a soja e o trigo.

De acordo com PEREIRA (1992), soja e trigo se constituíam no carro-chefe da modernização do centro-sul do país e, fundamentalmente, do Estado do Paraná. Esse interesse específico por soja e trigo ficou evidente através da concentração do montante de crédito agrícola destinado para esses produtos, cerca de 60%. Após a consolidação desse processo, conforme PEREIRA (1995), o Estado buscou, também via políticas institucionais, dar fomento ao setor agroindustrial, cujo objetivo era criar um vínculo entre a agricultura e a indústria. Pretendia-se, dessa forma, resolver duas questões fundamentais para a viabilização

²¹ Conforme BARROS (1982) desempenho, porém subordinado, objetivando o equilíbrio interno e externo, não existiu uma política agrícola com objetivos prioritários no próprio setor, como por exemplo: renda e emprego.

do padrão de acumulação em vigor: criação e ampliação de mercado para as indústrias do setor moderno, ou seja, as indústrias a montante do setor agropecuário, e geração de divisas, com a exportação dos produtos processados com maior agregação de valor.

Impulsionada pelas políticas institucionais e pela expansão da soja, ocorreu a expansão das cooperativas agropecuárias. As cooperativas agropecuárias desempenharam um papel muito importante no processo de modernização da agricultura paranaense e contribuíram para a transformação da estrutura produtiva do Estado. Essa expansão das cooperativas, além da difusão das novas tecnologias e da formação de infra-estrutura para recebimento, secagem, limpeza, armazenamento e comercialização dos grãos, deu-se também em direção a uma maior participação na agroindústria²² alimentar, tanto nos grupos mais tradicionais como, por exemplo, beneficiamento de café, cereais e produtos afins, como nos mais modernos, fabricação de produtos de laticínios, abate de animais e óleos vegetais em bruto. A participação das cooperativas na agroindústria do Estado do Paraná será apresentada no capítulo III

O interesse estatal para consolidação do processo de modernização tecnológica na agricultura, conforme já relatado, traduzia-se através de políticas institucionais de crédito e tecnológica. A política tecnológica foi evidenciada através dos centros de pesquisa estatal, basicamente a partir da década de 70, e a política de crédito através do montante deste recurso que foi disponibilizado para aquisição de fertilizantes, inseticidas, herbicidas, tratores, dentre outros que se tornaram necessários para a implantação das novas técnicas.

²² LAUSCHENER (1993, p. 52) define agroindústria no sentido restrito como: *unidade que, por um lado, transforma, para utilização intermediária ou final, o produto agropecuário e seus subprodutos não manufaturados; e que, por outro lado, adquire diretamente do produtor rural o mínimo de 25% do valor total.*

BARROS (1982) ressalta que o programa de crédito rural subsidiado, que foi disponibilizado para atender aos objetivos da modernização tecnológica, tornou-se o maior do mundo não-desenvolvido.

2.3 - Políticas de crédito rural e os seus reflexos sobre o cooperativismo

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantado em 1965, constituiu-se num órgão determinante do processo de modernização da agricultura nacional, especialmente da região-centro sul, através da política de crédito rural. O crédito rural possibilitou a transformação da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, o aumento da produtividade do setor, a consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e a integração dos capitais agrários à orbita de valorização do capital financeiro LIEBHARDT (1982) e SILVA (1989).

Conforme LEITE (1999), a política de crédito rural no Brasil pode ser dividida em dois períodos: o primeiro de 1965 até 1985 e o segundo de 1985 a 1996. O primeiro período caracteriza-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários, com forte presença do Tesouro Nacional como fonte originária dos recursos e atuação do Banco do Brasil, como agente intermediário. Nesse primeiro período, constata-se que até os anos 80 a concessão de créditos e subsídios é muito farta. A partir daí até 1985 ocorre uma preocupação em reduzir os recursos transferidos, através da indexação dos empréstimos. No segundo período, as facilidades se reduzem, bem como ocorre uma limitação nos volumes concedidos.

A Tabela 2.1 apresenta o montante do crédito rural para custeio, investimento e comercialização no período de 1970 a 1996, em que se observa que a maior parcela dos recursos, ao longo do período apresentado, concentrou-se no crédito de custeio, ao passo que investimento e comercialização dividiram o restante. No intervalo de 1970/85 houve um aumento da oferta de crédito total de 123%. Neste intervalo, a participação média dos créditos de custeio foi de 51.9%, seguida por 23.6% para investimento e finalmente, comercialização com 24,1%. Se forem observados os subperíodos de 1970/79, há um expressivo aumento do crédito total de 323.18%, enquanto que 1980/85 apresenta retração de (-46,91%).

No intervalo entre 1986 a 1996 ocorreu uma retração na oferta de recursos de 65.9%. No intervalo de 1986/87, em virtude do plano cruzado, a oferta foi positiva de 49.1% , porém, no subperíodo seguinte, constatou-se uma contração de 21.2%. Nesse intervalo, a prioridade do crédito concentrou-se nas atividades de custeio com 66.7% do total, enquanto que o investimento participou com 17,4% e comercialização com 15,8%.

A respeito do volume de crédito destinado às atividades agrícolas do Estado do Paraná, PEREIRA e LUGNANI (1991) demonstram que esse Estado participou com 20% do total para o Brasil. Esses autores comparam o montante de crédito com o valor da produção agrícola do Estado por um período de 12 anos, de 1973 a 1985. Concluem que, em oito anos, o valor da participação do montante de crédito no valor da produção foi superior a 70% e, em três, acima de 100%, indicando, portanto, desperdícios e distorções, que também são reforçados pelo percentual de agricultores que teve acesso ao crédito nesse Estado, que representou apenas 20% do total dos produtores. O maior volume de crédito estava

concentrado nos produtos soja e trigo, os mais importantes do processo de modernização do centro-sul (Tabela 2.2).

TABELA 2.1-Crédito rural concedido para custeio, investimento e comercialização no Brasil, 1970/96.

(em milhões de US\$)*

<i>Período</i>	<i>Custeio (a)</i>	<i>a/d (%)</i>	<i>Investimento (b)</i>	<i>b/d (%)</i>	<i>Comercialização (c)</i>	<i>c/d (%)</i>	<i>Total (d)</i>	<i>Varição Anual Crédito Total (%)</i>
1970	3.709,19	44.93	2.270,26	27.50	2.270,26	27.50	8.255.49	-
1971	4.226,17	44.30	2.776,11	29.10	2.537.61	26.60	9.539.88	15.56
1972	4.926,46	41.74	3.894,90	33.00	2.974.29	25.20	11.802,74	23.72
1973	7.088,09	42.45	5.526,87	33.10	4.090.89	24.50	16.697.50	41.47
1974	9.307,92	45.09	6.213,54	30.10	5.140.10	24.90	20.642.98	23.63
1975	13.137,80	43.65	9.420,69	31.30	7.524.51	25.00	30.098.05	45.80
1976	13.029,31	42.25	10.053,39	32.60	7.771.33	25.20	30.838.61	2.46
1977	13.048,23	47.39	6.690,69	24.30	7.792.04	28.30	27.533.71	(10.72)
1978	13.319,86	47.58	7.026,66	25.10	7.642.54	27.30	27.994.66	1.67
1979	17.562,62	50.34	8.722,00	25.00	8.617.34	24.70	34.888.00	24.62
1980	18.894,40	56.63	6.205,82	18.60	8.241.07	24.70	33.364.64	(4.37)
1981	16.981,52	58.68	4.427,70	15.30	7.524.19	26.00	28.939.20	(13.26)
1982	18.008,15	64.26	3.699,15	13.20	6.333.40	22.60	28.023.88	(3.16)
1983	13.147,47	62.15	3.575,10	16.90	4.421.27	20.90	21.154.41	(24.51)
1984	9.092,73	70.37	1.550,56	12.00	2.274.15	17.60	12.921.32	(38.92)
1985	13.100,86	71.10	2.388,00	12.96	2.935.26	15.93	18.425.96	42.60
1986	15.370,28	55.94	8.806,17	32.05	3.299.91	12.01	27.476.36	49.12
1987	15.196,42	70.16	3.703,80	17.10	2.761.61	12.75	21.659.67	(21.17)
1988	10.396,31	68.02	2.448,53	16.02	2.439.36	15.96	15.284.20	(29.43)
1989	11.161,74	79.98	1.466,74	10.51	1.325.79	9.50	13.955.66	(8.69)
1990	5.969,12	74.86	873,92	10.96	1.130.67	14.18	7.973.71	(42.86)
1991	6.763,92	82.22	699,26	8.50	764.25	9.29	8.226.61	3.17
1992	5.746,56	63.00	1.090,02	11.95	2.284.03	25.04	9.121.52	10.88
1993	4.355,35	55.60	1.610,54	20.56	1.868.26	23.85	7.833.37	(14.12)
1994	5.933,67	52.43	2.072,20	18.31	3.311.45	29.26	11.317.32	44.48
1995	4.438,73	61.96	1.553,13	21.68	1.172.01	16.36	7.163.87	(36.70)
1996	4.374,12	69.86	1.500,83	23.97	386.32	6.17	6.261.27	(12.60)

Fonte: LEITE (1999, p. 16).

(*) Valores correntes reajustados para R\$, a preços de 1996, com base na média anual do IGP-DI e convertidos para US\$, pela taxa de câmbio comercial média de 1996.

SILVA (1989) destaca que, após 1979, a base política de sustentação do crédito rural subsidiado se diluiu. De um lado, houve a elevação das taxas inflacionárias que provocaram o aumento dos subsídios implícitos nas taxas nominais prefixadas. Por outro ocorreu uma redução drástica do volume de depósitos nos bancos comerciais que se constituíam na fonte básica de recursos do crédito rural.

TABELA 2.2 –Valores reais do crédito destinado à atividade agrícola do Brasil e do Paraná, taxas reais de juros e valores dos subsídios destinados atividade agrícola paranaense, 1973/85.

(em Milhões de Cr\$ 1985)*

ANOS	Créd. Rural à Ativ. Agrícola		Taxa real de Juros	Subsídios Atividade Agrícola Paraná	Valor Produção Agrícola Paraná(B)	A/B
	Brasil	Paraná (A)				
1973	32.843,2	6.790,1	-2.9	196,0	-	-
1974	41.753,7	8.903,8	-17.6	1.567,1	15.659,7	56.9
1975	59.613,2	12.975,7	-14.4	1.868,4	16.897,2	76.8
1976	61.806,7	13.038,2	-24.3	3.168,3	12.878,4	101.2
1977	60.192,7	12.208,6	-19.9	2.492,5	18.258,2	66.9
1978	57.538,2	10.633,7	-18.3	1.946,0	12.452,3	85.4
1979	71.259,7	13.581,5	-33.4	4.536,2	12.978,8	104.6
1980	76.186,3	13.101,8	-42.9	5.620,7	15.369,6	85.2
1981	69.461,1	12.242,9	-28.0	3.428,0	15.747,8	77.7
1982	67.214,7	12.052,2	-30.0	3.615,7	11.717,0	102.9
1983	51.248,4	8.839,8	-23.0	2.033,2	12.004,0	73.6
1984	32.204,1	6.217,4	-5.0	310,9	13.917,8	44.6
1985	47.347,3	8.720,4	-2.0	174,4	17.570,2	49.6

Fonte: PEREIRA e LUGNANI (1991, p. 362)

(*) Valores corrigidos a preços de 1985

As cooperativas desempenharam um importante papel no repasse do crédito rural, pois captavam esses recursos, principalmente do Banco do Brasil. Conforme LIEBHARDT (1982), dos empréstimos rurais concedidos às cooperativas, no período de 1971 a 1980, 75,5% foram efetuados pelo Banco do Brasil e os 25,5% restantes pelos Bancos Comerciais, sendo que o custeio e a comercialização representaram 86%, em média.

O financiamento público não foi somente relevante para o custeio e comercialização, mas, também, para o setor agroindustrial, e era escoado de forma mais eficiente através de Bancos estatais. BELIK (1994)²³ citado por LEITE (1999) discute a importância desse financiamento público na consolidação do setor agroindustrial, especialmente após a década de 60. Havia, também, um conjunto de fundos e programas dirigidos ao setor agroindustrial. Destacam-se o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria

²³ BELIK, W. *Um estudo sobre o financiamento da política agroindustrial no Brasil (1965-1987)*. Campinas: IE/UNICAMP, 1994. (Texto para Discussão, 35).

(FUNAGRI), que contribuiu de forma considerável ao aumentar a oferta de crédito ao setor agroindustrial no período 1969 a 1977, o Programa de apoio à Agroindústria do Setor Sucro-Alcooleiro (PROASAL) e o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). *O PROÁLCOOL tornou-se, nos anos 80, o principal programa da conta FUNAGRI, absorvendo cerca de 40% dos recursos do fundo (ou 85% da parcela destinada à agroindústria), entre 1980 e 1985* LEITE (1999, p. 17).

Outro instrumento utilizado pelo Estado na modernização tecnológica foi a política de garantia de preços mínimos (PGPM). Porém, como argumentam PEREIRA e LUGNANI (1991), essa política apresentou um viés quanto aos seus objetivos e sua efetivação prática, pois, teoricamente, foi implantada para reduzir as incertezas de preços através de mecanismos de compras de excedentes e da concessão de créditos para estocagem na entressafra, mecanismos estes que serviriam para influir na decisão de plantio, objetivando orientar a produção. Os preços mínimos eram estipulados relativamente elevados após safras tímidas e reduzidos após safras abundantes, o que reforçava o comportamento do mercado. Portanto, os preços mínimos, ao invés de corrigir a distorção cíclica dos preços, acentuaram mais esse comportamento. Por outro lado, os preços mínimos abaixo dos custos médios de produção, basicamente até o ano de 1981, mostraram-se incapazes de influenciar o plantio e, conseqüentemente, orientar a produção. Algumas mudanças introduzidas eliminaram a obrigatoriedade de venda dos produtos ao governo pelo preço mínimo e, portanto, a partir daí *os recursos subsidiados, associados a esta política, passaram gradativamente a ser utilizados como linha de capital de giro por parte das cooperativas e indústrias processadoras e exportadoras, beneficiando, fundamentalmente, os produtos de maior integração comercial* PEREIRA e LUGNANI, (1991, p. 365).

O exposto evidencia que o interesse estatal na modernização da agricultura estava fundamentado no desempenho que esse setor poderia representar via montante dos produtos largamente aceitos no mercado internacional e, dessa forma, transformar-se em fonte geradora de divisas, ao mesmo tempo em que se constituiria em estabilidade interna de preços. Os meios para atingir tal transformação estavam alicerçados no crédito rural e nos centros de pesquisas estatais e a abrangência dessa estratégia, ou seja, o alcance da base produtiva se daria, de forma mais satisfatória, via cooperativismo.

2.4 - O Estado e o cooperativismo

Desde o surgimento das primeiras cooperativas brasileiras a relação entre o Estado e o Cooperativismo tem se mostrado contraditória. Em alguns momentos, essa relação foi marcada por um intervencionismo exagerado, que evidenciava que o Estado utilizava o movimento cooperativista para implementação de suas políticas de desenvolvimento, e em outros com total ausência de interesse.

SCHENEIDER (1991) relata que, nas primeiras décadas de desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, desde 1891, quando se constituíram as primeiras cooperativas de consumo, o Estado assumiu uma postura liberal interferindo pouco no movimento cooperativista. A Legislação vigente²⁴ conferia às cooperativas uma grande autonomia. Essa legislação não definia as cooperativas como uma estrutura jurídica própria, mas as situava no quadro mais amplo das associações.

²⁴ O Decreto nº 979 de 1903, que inseriu o Cooperativismo no contexto legal Brasileiro OCB (1997), e a Lei 1.637 de 1907, atribuíam às cooperativas grande autonomia SCHENEIDER (1991).

De acordo com SCHENEIDER (1991), foi somente a partir de 1932²⁵ que as cooperativas se consolidaram juridicamente; foram definidas como sociedade de pessoas e não de capital, independentemente do tipo, e com forma jurídica "sui generis", inseridas como empresa e como sociedade na filosofia da cooperativa pioneira de Rochdale. O Estado, através da legislação específica, conferiu ampla autonomia às cooperativas. Porém, essa autonomia durou pouco, pois o regime político vigente no país era de natureza centralizadora. Dessa forma, a partir do Estado Novo, em 1937, a liberdade de organização e funcionamento do cooperativismo passou a ser fiscalizada pelos Ministérios da Fazenda, Trabalho, Indústria e Comércio. Evidencia-se que o Estado utilizou as cooperativas como instrumento para implementação de suas políticas, pois por um lado penalizou as cooperativas de consumo e crédito e, por outro, estimulou as cooperativas agrícolas. Fato idêntico ocorreu a partir de 1955, no Governo Juscelino Kubitschek.²⁶

Porém, nenhuma das interferências anteriores provocou tantas transformações quanto à ação estatal em direção ao cooperativismo no processo de modernização tecnológica da agricultura, que coincide com o regime militar de 1964 a 1985. Conforme já relatado, o Estado buscava, nesse momento, a estabilidade da economia através do desempenho da agricultura.

As cooperativas receptoras de trigo e soja, dado os estímulos governamentais de créditos fáceis, juros abaixo do índice de inflação, políticas de preços e de exportações, tornaram-se, rapidamente, o segmento mais moderno, dinâmico e poderoso das

²⁵ Decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932 SCHENEIDER (1991).

²⁶ SCHENEIDER (1991) relata que o Estado diversificou a economia rural, após a crise de 1929, via cooperativas e que, após 1955, novamente buscou no cooperativismo a garantia da auto-suficiência da produção de trigo na região sul do Brasil.

cooperativas brasileiras. Nessas cooperativas foram implantadas complexas estruturas administrativas e, além das atividades primárias, muitas empreenderam atividades de beneficiamento industrial. Dessa forma, muitas cooperativas se tornaram detentoras de modernas instalações industriais, ampla rede de silos e armazéns.

Paralela à ação de incentivos creditícios, foi implantada uma legislação simultaneamente liberal, paternalista e moderadamente intervencionista, que vigorou a partir de 1971²⁷, PINHO (1974). Por um lado, eliminou muitas proibições, mas por outro, manteve muitos órgãos de controle sobre o cooperativismo, fator esse alvo de muitas críticas, por provocar um afastamento da tradição doutrinária. A criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)²⁸ e a obrigatoriedade de registro das cooperativas nessa entidade, bem como a contribuição cooperativista, evidenciaram esse fato. Na esfera Estadual foi criada uma Organização Estadual de Cooperativas (OCE)²⁹. A alegação para a criação dessas entidades baseava-se numa unicidade do sistema cooperativista .

As cooperativas agropecuárias, após significativa expansão, principalmente na década de 70, desde aquelas que se mantiveram com estruturas tradicionais até as que exibiam modernas e complexas estruturas agroindustriais, após meados da década de 80, passaram a evidenciar graus significativos de endividamento, esgotamento na capacidade de gerar sobras e, conseqüentemente, limitadas possibilidades de manter as mesmas taxas de crescimento apresentadas. Data de meados dos anos 80 uma retração dos instrumentos

²⁷ Lei n. 5764/71, de 16 de dezembro de 1971.

²⁸ *A OCB foi criada em 16 de dezembro de 1971, para atuar como representante legal do sistema cooperativista nacional e como órgão técnico-consultivo do governo, congregando as entidades estaduais constituídas com a mesma natureza* OCB (1997, p. 4).

²⁹ No Paraná, essa organização denomina-se Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR).

institucionais de incentivos à agricultura brasileira, caracterizada por uma redução drástica no crédito disponível e aumentos nas taxas de juros.

A OCB (1999b) argumenta que os planos econômicos provocaram aumentos no endividamento das cooperativas, pois, por um lado, as dívidas agrícolas foram corrigidas, por outro, os preços dos produtos agrícolas ficaram congelados. Para a OCB a criação do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP) constituiu-se no reconhecimento da forma negativa com que os planos econômicos atingiram as cooperativas agropecuárias, pois das 1408 cooperativas agropecuárias existentes no Brasil, no ano de 1998, 600 se candidataram a esse programa. No Paraná, das 66 cooperativas agropecuárias, em 1988, 40 tiveram cartas consultas aprovadas pelo mesmo.

Porém, esse programa evidencia uma nova modalidade de interferência estatal, ainda não definida, cujos desfechos se constituem em pontos não visíveis. Um detalhe que cabe ser destacado é o livre acesso de técnicos do Governo Federal na fiscalização de tudo o foi estabelecido no projeto de solicitação do recurso, que sugere ferir a autogestão conquistada na Constituição de 1988. A volta da fiscalização evidencia um retrocesso à década de 70, quando o INCRA acompanhava e direcionava o cooperativismo.

MIRANDA (1998) relata que houve uma tendência geral ao endividamento nas empresas brasileiras. Uma pesquisa indicou que as 100 maiores sociedades anônimas apresentavam, em 1994, um grau de endividamento de 0,60,³⁰ e esse patamar é considerado

³⁰ Numa linguagem contábil os índices acima apresentam a seguinte leitura: para cada 1,00 de capital próprio as sociedades anônimas brasileira possuíam 0,60 de capital de terceiros.

confortável. Porém, subiu de 0,80 para 0,98, de 1997 para 1998, respectivamente. Todavia, para as empresas cooperativas o aumento foi mais significativo de 0,96 em 1996 passou para 1,23 em 1997. (O dado de 1997 refere-se à mediana obtida de uma amostra de 100 cooperativas). Esse autor argumenta que o endividamento do setor rural brasileiro, quando comparado ao nível do endividamento desse mesmo setor em países desenvolvidos, torna-se baixo, porém, torna-se muito elevado quando confrontado com os instrumentos de política agrícola de que dispõem o setor rural daqueles países.

Outra questão, além do endividamento, merece ser destacada: a mudança na relação Estado e cooperativismo, a partir do final do anos 80, através da autogestão, com a aprovação da nova Constituição brasileira. a Constituição em vigor,³¹ conforme OCB (1999b), registrou vários avanços para o cooperativismo brasileiro, destacando-se a autonomia das cooperativas, fator que aumentou a responsabilidade do sistema no tocante à autogestão e ao autocontrole. Portanto, a partir desse momento, o cooperativismo passou a depender mais da sua organização interna, da coesão e participação do quadro associativo, e das ações integradas, do que dos controles e incentivos governamentais. Essa autonomia conquistada é semelhante à que usufruem as cooperativas dos países desenvolvidos. KOSLOVSKI (1991) descreve a autogestão³² como o processo de gerenciamento próprio e o autocontrole que as cooperativas assumiram após a promulgação dessa Constituição, ressaltando que as mesmas deixaram de permanecer sob a tutela do governo e passaram a ser monitoradas pelas organizações estaduais (OCEs), federações e centrais de cooperativas.

³¹ *A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, no art. 5, inc. XVIII, veda a interferência estatal no cooperativismo. Portanto as funções do Estado se restringem às áreas de incentivos gerais, fomento estímulo, não podendo mais interferir na vontade autogestionária das cooperativas. Todavia poderá fornecer-lhes estímulos através de incentivos fiscais OCB (1999c).*

³² *O Programa de autogestão das cooperativas foi implantado no Paraná em 1991, sob a coordenação da OCEPAR, que definiu como campos do programa: orientação e acompanhamento na constituição e registro das cooperativas; acompanhamento do desenvolvimento das cooperativas; educação cooperativista; comunicação cooperativista; organização do quadro social OCB (1999b).*

Porém, atualmente, o cooperativismo brasileiro encontra-se *num vácuo jurídico devido à ausência de uma legislação clara e moderna que venha a aperfeiçoar a antiga legislação, com as modificações efetuadas por ocasião do processo constituinte de 1988, ainda não regulamentadas* BIALOSKORSKI NETO (1998, p. 16).

A partir do exposto neste capítulo, enfatiza-se os seguintes aspectos:

a) A agricultura ocupou um papel passivo no processo de desenvolvimento da economia brasileira, contando com políticas passageiras o que provocou algumas distorções. A maior distorção constatada foi a partir de meados da década de 60, quando um elevado volume de crédito foi disponibilizado para viabilizar a modernização tecnológica da agricultura. Os desperdícios no volume desses recursos criaram um viés gerando uma situação irreal na agricultura. O montante de crédito teve uma relação direta com as cooperativas, pois coube às mesmas o repasse das tecnologias de produção, a comercialização dos insumos, o recebimento, armazenamento e a comercialização de parte substancial da produção. Por outro lado, os recursos da PGPM também contribuíram para reforçar essa situação irreal, pois, a partir da mudança que desobrigou a venda de produtos pelo preço mínimo ao governo, as cooperativas e indústrias processadoras passaram a utilizar parte do montante desse crédito como fonte alternativa para financiamento de seus estoques de comercialização, gerando internamente uma situação confortável, porém artificial.

b) Consolidando a modernização tecnológica, o Estado fomentou a criação de agroindústrias, também destinando recursos abundantes e subsidiados, principalmente via bancos estatais, buscando dessa, forma, a exportação de produtos com maior agregação de

valor. Muitas cooperativas tomaram esses recursos e passaram a industrializar os mais diversos produtos que recebiam.

c) As cooperativas desempenharam um papel relevante na modernização tecnológica, por guardarem uma relação estreita com a base agrícola e serem, portanto, canais de difusão das tecnologias que faziam parte desse pacote, constituindo-se num agente eficaz desse processo. Ao fomentar a implementação da modernização tecnológica na agricultura, paralelamente às mudanças na legislação cooperativista, o Estado visualizou a concretização de seus objetivos de forma mais satisfatória via cooperativismo agropecuário.

d) Evidencia-se que, em diversos momentos, o Estado buscou, através do cooperativismo, atingir o meio rural para implementação de mudanças que eram de seu interesse. Na década de 30, através da busca da diversificação da produção até então alicerçada na monocultura cafeeira. Também em meados da década de 50, quando fomentou o surgimento das cooperativas tritícolas, principalmente no Rio Grande do Sul, e de forma intensa na década de 70 na modernização tecnológica, com a criação Sistema Nacional de Crédito Rural, que atuou como um instrumento determinante das transformações, principalmente pelo volumes destinados para essa finalidade com reflexos internos nas cooperativas.

e) Constata-se que, até o início dos anos 80, o crédito foi abundante e subsidiado. Porém, com as alterações introduzidas, principalmente após 1982, oriundas do ajustamento da economia brasileira, os recursos destinados à agricultura se tornaram mais escassos e o segmento agrícola passou a viver momentos de maior realismo, com impactos

significativos na renda dos produtores e na produção. Por extensão, as cooperativas agropecuárias passaram a sentir também os reflexos dessa retração.

f) A década de 80 trouxe situações opostas à década anterior para o cooperativismo agropecuário. Por um lado, ocorreu a retração do crédito agrícola, por outro, a entrada em vigor da autogestão, aprovada na Constituição de 1988. As cooperativas acostumadas a viver sob a tutela do Estado passaram a gerir o seu próprio destino.

g) O cooperativismo agropecuário brasileiro, a partir do final dos anos 80, apresenta-se fragilizado e com graus de endividamento superiores aos outros setores da economia. As cooperativas detentoras de agroindústrias esbarram no poder da concorrência oligopólica que domina esse setor. E, como fator agravante, data desse período a abertura da economia.

h) Buscando diluir as insatisfações do segmento cooperativista agropecuário, o Estado criou o RECOOP, programa para revitalização das cooperativas agropecuárias, que disponibiliza recursos para essas associações.

3 - COOPERATIVISMO: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS, HISTÓRICOS E IMPORTÂNCIA ATUAL PARA ECONOMIA PARANAENSE

O propósito deste capítulo é o de abordar os principais aspectos sobre as origens do cooperativismo, seu surgimento no Brasil e no Paraná, bem como a sua importância atual para a economia paranaense.

3.1 - Aspectos históricos e doutrinários elementares do cooperativismo

O cooperativismo³³, em moldes modernos, teve origem em Rochdale, pequena cidade situada nas cercanias de Manchester, Inglaterra, por iniciativa de 28 tecelões. Esses tecelões estavam atravessando dificuldades financeiras, ameaçados de serem substituídos pelas máquinas a vapor, e passaram a estudar uma forma de associação que pudesse melhorar a condição de vida de todos, através de outra alternativa de trabalho e sobrevivência, tendo traçado o seguinte plano de ação:

1. *Fundação de um armazém para fornecimento de alimentos e vestuários aos cooperados;*
2. *Construção ou compra de boas casas para os cooperados;*
3. *Montagem de uma linha de produção que garantisse trabalho aos cooperados sem emprego ou com salários irrisórios;*
4. *Compra e arrendamento de terrenos para cultivo, pelos desempregados, para posterior divisão da terra em propriedades individuais;*
5. *Destinação de parte das sobras à criação de um estabelecimento para a instrução e o desenvolvimento moral dos cooperados;*
6. *Dentro das possibilidades, organização do trabalho e da educação, além de ajuda a outros grupos, visando a fundação de novas cooperativas (OCB, 1999a, p. 2).*

³³ Segundo OCB (1999a, p. 1), Robert Owen (1771- 1858), nascido na Inglaterra, foi considerado um dos mais importantes precursores do movimento cooperativista, denominado também de o pai do Cooperativismo, pois dedicou sua vida e investiu os seus bens para criar uma forma de substituir a competição e a ganância pela cooperação.

Como conseqüência, foi fundada a *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda.* em 24 de outubro de 1844, sendo essa a primeira cooperativa³⁴ que se conhece e que se transformou num marco histórico do sistema. Inicialmente essa nova forma de organização foi motivo de deboche pelos comerciantes vizinhos, porém, para a surpresa geral, a união dos cooperados cresceu *e no final do primeiro ano de atividades, a cooperativa aumentou seu capital de 28 para 180 libras. Em 1855 ela já contava com 1.400 cooperados* (OCB, 1999a, p. 2). Posteriormente, de maneira simultânea, o cooperativismo se espalhou pelos cinco continentes, bem como em quase todos os setores da economia, tanto que, atualmente, é reconhecido e aceito em todos os países do mundo.

As normas³⁵ ou regras elaboradas pelos Pioneiros de Rochdale vêm inspirando a atividade cooperativista do mundo inteiro. Essas normas ou regras sofreram modificações em 1854 pelos Pioneiros e, posteriormente, pelos cooperados presentes nos Congressos da ACI em 1937, Paris, e em 1966, Viena, tendo resultado na seguinte redação:

1. *Adesão livre - também conhecida como princípio da porta aberta, e que possibilita o ingresso ou a retirada do cooperado, voluntariamente, sem coerção ou discriminação por motivos políticos, religiosos, étnicos ou sociais;*
2. *Gestão democrática – ou administração dos próprios cooperados, através de delegados eleitos, por tempo determinado, em assembleias gerais, nas quais cada associado tem direito a um voto apenas, sem nenhuma relação com sua participação no capital social;*
3. *Distribuição das sobras líquidas a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados 'pro rata' das operações que cada um realizou com a cooperativa;*
4. *Taxa limitada de juros ao capital social – ou pagamento de juros módicos ao capital, considerado este apenas como fator de produção;*

³⁴ *Sociedade de pessoas, constituída para prestar serviços aos cooperados-usuários-empresários, distinguindo-se das demais sociedades por não ter finalidade lucrativa e apresentar/defender a igualdade de direitos e de obrigações dos cooperados* PINHO (1974, p. 21).

³⁵ *São impropriamente denominadas 'Princípios', já que não representam postulados morais de que derivam as regras fixadas pelo costume cooperativo, mas as próprias regras ou normas de funcionamento da cooperativa* PINHO (1974, p. 23).

5. *Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral;*
6. *Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional (PINHO, 1974, p. 23).*

A pequena mercearia que foi inaugurada pelos pioneiros constituiu-se no primeiro resultado prático da soma de esforços e de recursos. Desta forma, o homem do século passado descobriu a fonte principal da sociedade humana, uma interação da ajuda própria e mútua extremamente relevante para a evolução humana. A principal busca do cooperativismo consistia na mudança social, que deveria ocorrer para harmonização das dimensões econômica, social e cultural do processo de desenvolvimento, independente das condições estruturais.

Porém, nos países capitalistas, as cooperativas, ao longo de sua evolução, ao invés de se tornarem agentes capazes de corrigir e transformar a estrutura econômica e social, passaram a evidenciar endogenamente ideais capitalistas³⁶.

Conforme FLEURY (1983), o cooperativismo se reproduziu no seio do capitalismo, como instituição de natureza "híbrida", contraditória, guardando nesse processo sua especificidade, possuindo vários determinantes projetados no interior da cooperativa, e que tornam sua totalidade complexa e específica. Dentre essas determinações, destaca-se a relação cooperativa com o mercado numa economia capitalista que, para assegurar alguma competitividade, passa a assumir certos padrões de concorrência.

³⁶ KAUTSKY (1972) apud FLEURY, (1983, p. 143), afirma que a cooperativa de produção agrícola é uma etapa na direção do capitalismo e não do socialismo. Essa afirmação, que também reflete o pensamento de outros estudiosos marxistas, evidencia que as cooperativas agrícolas se tornariam grandes empresas, ou desapareceriam.

De fato, a absorção de ideais capitalistas, ou ainda, a forma de sobrevivência, constitui-se num dos fatores polêmicos e amplamente discutidos na literatura sobre cooperativismo.

3.2 - O cooperativismo no Brasil

As primeiras cooperativas em moldes rochdaleanos, implantadas no Brasil, foram cooperativas de consumo e surgiram após 1890 em vários Estados³⁷. A primeira cooperativa agrícola foi fundada em 1892, por imigrantes italianos. Essas primeiras cooperativas seguiram o modelo das cooperativas européias, pois foram implantadas em ambiente cultural de imigrantes europeus.³⁸

Essas primeiras cooperativas implantadas no Brasil, tinham como objetivo a comercialização em comum dos produtos oriundos de seus cooperados para, dessa forma, ampliar a margem de lucro, através da eliminação dos intermediários.

O cooperativismo brasileiro cresceu e se expandiu de forma expressiva. Somente no período de 1990 a 1998 o número de cooperativas aumentou 69,56% enquanto que o número de cooperados cresceu 65,09%. As cooperativas brasileiras atuam em muitos setores da economia, conforme pode ser visualizado na Tabela 3.1, sendo que o segmento mais expressivo é o agropecuário, contando, atualmente, com 1.408 cooperativas, 1.028.378 cooperados e 108.370 funcionários. Em âmbito nacional, há 5.102 cooperativas com

³⁷ SCHENEIDER (1991) destaca que em 1891 foi fundada uma cooperativa de consumo em Limiera, SP., em 1894 no Rio de Janeiro, em 1895, em Camaragibe Pernambuco e em 1897 em Campinas, São Paulo.

³⁸ Constata-se que há uma lacuna de dados e informações sobre o cooperativismo no Brasil, que para SCHENEIDER (1991), se estende de 1913 a 1929.

4.428.925 associados, gerando 150.185 empregos. Muito embora o número de cooperativas e cooperados em outras áreas seja significativo, ressalta-se a expressividade do cooperativismo agropecuário em âmbito nacional. ALVES (2000) salienta que as cooperativas agropecuárias brasileiras são responsáveis por 30% da produção nacional, destacando-se os seguintes produtos: trigo 62,19%, algodão 38,91%, soja 29,40%, café 27,97%, e aveia 39,21%, dentre outros que, em volume total alcançam 6% do Produto Interno Bruto.

TABELA 3.1 – Número de cooperativas, cooperados e empregados por segmento, Brasil, 1999.

<i>Segmento</i>	<i>Número de Cooperativas</i>	<i>Número de Cooperados</i>	<i>Número de Empregados</i>
Agropecuário	1.408	1.028.378	108.370
Consumo	193	1.412.664	8.017
Crédito	890	825.911	5.800
Educacional	193	65.818	2.330
Energia e telecomunicação	187	523.179	5.161
Habitacional	202	46.216	1.226
Saúde	585	288.929	15.443
Especial escolar	4	1.964	6
Trabalho	1.334	227.467	5.057
Mineração	15	4.027	24
Produção	91	4.372	35
Total	5.102	4.428.925	151.469

Fonte: OCB (2000).

3.3 – O Cooperativismo no Paraná

O surgimento do cooperativismo no Paraná está ligado aos esforços do engenheiro agrônomo ucraniano Valentim P. Cuts. Esse pioneiro do movimento cooperativista em nosso Estado chegou ao Brasil em 1912 e, graças ao seu trabalho, foram fundadas 14 sociedades cooperativas no Paraná no período entre 1918/1930.³⁹ A cooperativa

³⁹ IPARDES (1974) destaca que uma das cooperativas pioneiras em nosso Estado foi fundada em 1920, por Cuts, denominada de Sociedade Cooperativista de Consumo Svitlo (que significa luz, em ucraniano).

sob registro n. 1, nesse Estado, foi a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Limitada, registrada em 19 de maio de 1942, pois foi somente a partir do Decreto-Lei n. 581, de 1938, que o registro das cooperativas se tornou obrigatório IPARDES (1974).

As primeiras cooperativas implantadas no Paraná foram denominadas de cooperativas de consumo⁴⁰ e exerciam atividades de interesse dos colonos daquela época, tais como comercialização de produtos diretamente aos mercados consumidores, suprimento de artigos de que os colonos necessitavam por preços inferiores aos praticados em estabelecimentos não-cooperativos.

Foi exatamente em razão da dificuldade que os colonos imigrantes encontravam em relação à aquisição dos bens de que necessitavam e à comercialização dos produtos que colhiam que se mobilizaram para formar as cooperativas. A esse respeito, ressalta TAVARES (1985) que o surto cooperativo ocorre quando os produtores encontram dificuldades, com estagnação de alguma cultura vital ou decadência da mesma. Esse autor relata a experiência dos diversos ciclos⁴¹ pelos quais passou a economia paranaense e enfatiza que os ciclos da erva-mate do final do século passado até 1930, do café dos anos 30 até o início da década de 70, e dos cereais, que se iniciou após a decadência do café, estão estreitamente relacionados com o movimento cooperativista.

Da mesma forma que o surgimento da primeira cooperativa em moldes modernos na Inglaterra, em 1844, foi marcado pela união de interesses comuns como forma

⁴⁰De acordo com IPARDES, (1974. p. 45) *os múltiplos objetivos dessas sociedades evidenciam, a um só tempo, as reais necessidades dos colonos, as vicissitudes do processo de implantação das colônias e as falhas da política de imigração daquela época.*

⁴¹ *O ciclo da mineração, fase de ocupação do sul do Estado, ciclo da madeira, década de 10 em diante, erva-mate, até 1930, e café início em 1930 até início dos anos 70,* TAVARES, (1985).

de fortalecimento, o que ocorreu em nosso Estado não foi diferente. Os produtores nos diversos momentos de dificuldades, nos ciclos destacados por Tavares, sentiram que a única forma para defender seus interesses e se tornarem fortes era a aglutinação de forças e ideais.

Todavia, fatos novos contribuíram para formação das "cooperativas de cafeicultores", conforme relatado por TAVARES (1985). Sua formação não fugiu ao tradicional fato da dificuldade em que se encontravam os produtores de café, pois a elevação da produção cafeeira no Paraná⁴² ocorreu no momento em que os preços estavam decrescendo no mercado internacional e com reflexos de uma política cambial de transferência de capital ao setor industrial. Todavia, o que chama a atenção na formação das cooperativas de cafeicultores são os estímulos oferecidos pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) através da agilidade e diminuição dos mecanismos burocráticos que possibilitavam a exportação do café oriundo das cooperativas. Conforme discutido por LIMA (1974, p. 41), *o pano de fundo para explicação do surgimento das cooperativas de cafeicultores reside numa relação de interesses mútuo entre cafeicultores, comércio e governo.* (grifo nosso). A OCB (1999a, p. 1) destaca que esse foi um dos momentos marcantes para o cooperativismo, precisamente na década de 60, quando no Paraná havia 33 cooperativas, pois *o IBC incentivou a criação das cooperativas de cafeicultores, como forma de superação das dificuldades do setor.*

As dificuldades do setor cafeeiro, naquele momento, provavelmente como da forma já discutida, levariam ao agrupamento de indivíduos em torno dos interesses comuns, ou seja, à formação de cooperativas. A economia cafeeira se concentrava nas mãos de produtores que sempre se consideraram auto-suficientes e que, portanto, somente por

⁴² No período entre 1959 a 1960 a produção cafeeira paranaense superou a produção do Estado de São Paulo, que durante muito tempo foi o maior produtor brasileiro. O Paraná na safra 62/63 produziu 62,8% da produção nacional, TAVARES, (1985).

iniciativa própria talvez não tivessem se agrupado para a formação dessas cooperativas. O que se pretende ressaltar é que a interferência estatal foi decisiva para a formação ou intensificação desse tipo de associação.

Conforme já relatado, o que ocorreu na formação das cooperativas tritícolas do Rio Grande do Sul foi muito parecido com a formação das cooperativas de cafeicultores. O Estado utilizou mecanismos de estímulo para viabilizar a formação dessas cooperativas. O IBC fomentou a formação das cooperativas de cafeicultores e isso foi de fundamental importância sobretudo no Estado do Paraná. No Rio Grande do Sul, a cultura do trigo expandiu-se, e, por extensão, as cooperativas tritícolas, em resposta também ao fomento do Estado, pois usufruía dos subsídios quem estivesse filiado às cooperativas.⁴³

Após meados da década de 60, no Paraná, ocorreu o declínio da cultura cafeeira e a expansão da produção de cereais. As cooperativas existentes vão deixando de ser "cooperativas de cafeicultores" para ser cooperativas agropecuárias, paralelamente com criação, fusão e incorporação, através da implantação dos projetos integrados. Ocorrendo aumentos significativo no número de cooperativas.

O que ocorreu nesse momento, quando um número expressivo de cooperativas foram criadas, foi completamente diferente dos movimentos anteriores, pois o surgimento dessas cooperativas receptoras de cereais não esteve ligado a nenhuma dificuldade de agricultores, porque as culturas que faziam parte do "pacote tecnológico" estavam começando a ser introduzidas. Porém, para que ocorresse a adoção das novas culturas, era

⁴³BENETTI (1985, p. 165) ressalta que *as cooperativas gaúchas cresceram graças aos recursos fornecidos pelo Estado através de doações e empréstimos bancários oficiais.*

necessária a implantação de infra-estrutura completamente diferenciada da até então existente que, no caso do norte do Paraná, era específica para café. Se o processo de modernização tecnológica impôs a compra e utilização de insumos e implementos modernos, é exatamente nesse momento que o cooperativismo surge como um meio de viabilizar ao produtor a aquisição desses insumos e implementos por preços mais acessíveis através da compra em comum. Era necessária, também, a difusão das novas formas de cultivo, que até então, para a maioria dos agricultores, era desconhecida, tornando importante a presença de um agente que fosse capaz de executar essa tarefa.

Para LIMA (1974), a fundação de cooperativas se constituiu numa opção favorável para executar as tarefas de difusão das tecnologias, repasse dos insumos, recebimento, secagem e armazenamento dos produtos que faziam parte da modernização tecnológica da agricultura.

Dentro desse contexto ocorreu a expansão das cooperativas agropecuárias no Paraná a partir da década de 70, alicerçadas pelo governo para executar importantes tarefas no processo de modernização tecnológica da agricultura.

3.4. Performance atual do cooperativismo agropecuário no Paraná

Conforme OCB (2000), no estado do Paraná, o segmento cooperativista mais desenvolvido é o agropecuário, que responde por 55% do PIB da agricultura, formado, principalmente, por pequenos e médios produtores (área até 50 ha), representando 74,83% do total de associados. As cooperativas detêm uma infra-estrutura básica de armazenamento da

produção, representando, atualmente, capacidade estática de 42% e a granel 46% da capacidade total do Estado. 35% dos produtores desse Estado são associados a cooperativas. Em âmbito geral, são 197 cooperativas em diversas áreas com 215.474 associados e cerca de 35.000 funcionários.

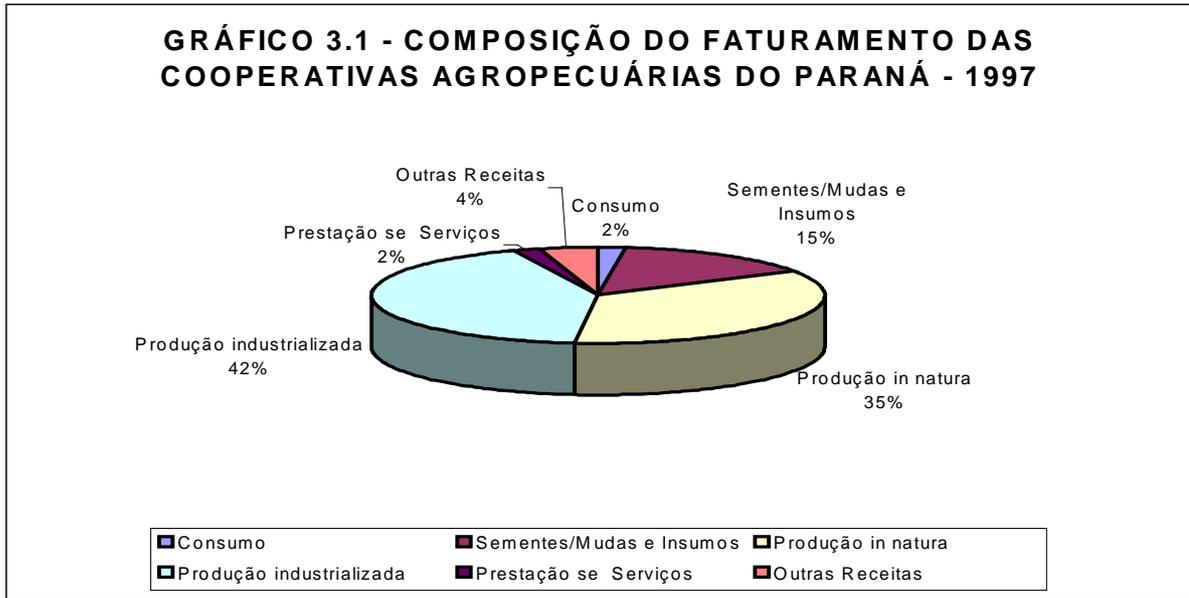
Como demonstra a Tabela 3.2, o cooperativismo agropecuário paranaense é muito expressivo. São 64 cooperativas singulares que atendem 110.637 associados e 8 centrais com 72 associadas, gerando 27.010 empregos, com faturamento de R\$ 4.785.470.251,00, distribuídos por diversos setores EMATER/Pr./OCEPAR (1998), OCB (2000).

TABELA 3.2 – Número de cooperativas agropecuárias, número de associados, número de funcionários, Paraná, 1997.

SEGMENTO	NÚMERO DE COOPERATIVAS ⁽¹⁾	NÚMERO DE ASSOCIADOS ⁽¹⁾	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS ⁽²⁾
Agropecuário- singulares	64	110.637	21.574
Agropecuário-centrais	08	72	5.436
TOTAL	72	110.709	27.010

Fonte: OCB (2000) ⁽¹⁾, EMATER/Pr. OCEPAR (1998) ⁽²⁾.

As cooperativas agropecuárias do Paraná apresentaram a seguinte composição no faturamento em 1997: produção industrializada 42%, produção *in natura* 35% sementes/mudas/insumos 15%, outras receitas 4%, prestação de serviços 2% e consumo 2%, conforme demonstrado no Gráfico 3.1.



Fonte: Tabela EMATER/Pr. OCEPAR, 1998.

Analisando a participação dos produtos industrializados na composição do faturamento total das cooperativas agropecuárias, observa-se que esse segmento, conforme a EMATER/Pr./OCEPAR (1998), apresentou a seguinte evolução: em 1985 a produção industrializada representava 35%, enquanto que em 1997 passou a representar 42%, portanto, com aumento de 7%.

Para complementar esta análise apresenta-se a Tabela 3.3 que demonstra a evolução da participação das cooperativas na agroindústria do Paraná. Ressalta-se que as cooperativas paranaenses detêm parte significativa da agroindústria existente no Estado, sendo que os setores mais expressivos são: leite em pó, 100%, usina de beneficiamento, 86,3%, derivados lácteos, 52%, queijos, 75%; no setor carnes destacam-se suínos, 25,5%, aves, 21,0%; beneficiamento de algodão, 70%; na fiação: algodão, 55,2% e seda, 28,2%; álcool, 32,8%; malte, 100%; esmagamento de soja, 21,7%, esmagamento de caroço de algodão, 21,3% e café beneficiado, 59,5%. Quanto à evolução no período de 1986 a 1996, os dados reforçam a análise anterior, cujo aumento apresentado foi de 7% no âmbito geral. A

análise da Tabela 3.3 evidencia que, muito embora alguns dados possam parecer expressivos, com crescimento acentuado, cabe ressaltar o seu patamar inexpressivo anterior. Uma análise mais atenta evidencia o declínio de alguns setores tais como, caroço de algodão 50%, álcool 13.68% e rações 12.90%, dentre outros.

Merece destaque o aumento da participação das cooperativas no recebimento da produção agropecuária do Estado do Paraná, conforme demonstrado na Tabela 3.4, que apresenta a participação das cooperativas na produção estadual para as safras 75/76, 81/82, 84/85 e 97/98. Observam-se o crescimento expressivo e a representatividade das cooperativas em cada uma das safras apresentadas. Na safra 75/76, as cooperativas receberam 23% do total da produção do Estado, sendo o trigo o produto mais representativo com 67%, seguido por leite *in natura*, 54%, e soja, 33%. Na safra 81/82, as cooperativas aumentaram o recebimento para 38% da produção estadual, destacando-se trigo, 79%, e soja, 57%. Para a safra 84/85, observa-se novo aumento da participação do cooperativismo para 43% da produção total, com destaque para trigo, 79%, seguido por soja, 63%, e algodão, 56%. Finalmente, na safra 97/98, as cooperativas receberam 50% do total, sendo que o trigo representou 78% e a soja 64%. Cabe destacar que, a participação do cooperativismo no recebimento da produção paranaense vem aumentando à cada safra. No montante recebido pelas mesmas, os produtos soja e trigo, os mais importantes da modernização centro-sul, foram os mais expressivos.

TABELA 3.3 – Evolução do percentual da participação das cooperativas na agroindústria do Paraná, 1986/96.

<i>SEGMENTO AGROINDUSTRIAL</i>	<i>PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS (%)</i> <i>1986</i>	<i>PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS (%)</i> <i>1996</i>	<i>EVOLUÇÃO PERÍODO (%)</i>
Rações	37,2	32,4	(12.90)
Leite			
- Usina de beneficiamento (Pasteurizado)	92,0	86,3	(6.19)
- Derivados láteos	55,5	52,0	(6.31)
- Leite em pó	100,0	100,0	0
- Queijos	*	75,0	75,0
Carnes			
- Suínos	25,0	25,5	2.0
- Aves	15,4	21,0	36.36
- Bovinos	1,0	3,3	230,0
Beneficiamento			
- Algodão	**	70,0	70,0
Fiações			
- Algodão	48,3	55,2	14.28
- Seda	26,6	28,2	6.09
Álcool	38,0	32,8	(13.68)
Malte	*	100,0	100
- Trigo	0,46	10,0	2.073
Milho	***	2,5	2.5
Mandioca			
- Farinha	*	3,5	3.5
- Fécula	*	32,6	32,6
Oleaginosas			
- Esmagamento de soja	18,84	21,7	15.18
- Esmagamento de caroço de algodão	43,14	21,3	(50.63)
- Refino	*	16,5	16.5
Açúcar	*	4,7	4.7
Arroz	*	5,0	5.0
Café Beneficiado	*	59,5	59.5
. Torrefação	*	10,0	10

Fonte: OCEPAR (1986) Sindicato e OCEPAR (1997) .

* Dados não disponíveis.

** Para 1986 Beneficiamento de algodão: - nº de conjuntos 43,54%, nº de descaroadores 43,14e nº de serras 43,26%.

*** Para 1986, milho: - degerminação, extração de óleo 50% e moagem 11%.

TABELA 3.4 - Participação das cooperativas na produção agropecuária do Paraná em safras selecionadas.

<i>Produto</i>	<i>(safra 75/76) (1)Participação (%) das cooperativas</i>	<i>(safra 81/82) (1)Participação (%) das cooperativas</i>	<i>(safra 84/85) (1)Participação (%) das cooperativas</i>	<i>(safra/97/98 (2)Participação (%) das cooperativas</i>
Algodão	07	40	56	80
Arroz	06	17	19	15
Feijão	05	37	29	7
Café em coco	11	40	39	56
Cana-de-açúcar	26	18	29	17
Cevada	**	47	52	75
Milho	03	31	28	38
Soja	33	57	63	64
Trigo	67	79	85	78
Leite Comercializado				
. In natura (*)	54	32	34	70
. Pasteurizado e longa vida	**	**	**	79
Aves (Produção de carne) (*)	**	**	**	24
Suínos (produção de carne) (*)	**	23	39	27
Total	23	38	43	50

Fonte: ACARPA/OCEPAR (1987) e EMATER/Pr. OCEPAR (1998)

* Produção fiscalizada.

** dados não disponíveis.

(1) Dados reelaborados, pela autora, para as safras 75/76, 81/82 e 84/85.

(2) Não foi incluído no total a produção de cana-de-açúcar.

A partir das discussões sobre o cooperativismo destaca-se:

a) Data do século passado o surgimento do cooperativismo, em moldes modernos. Seu principal objetivo consiste na mudança social que deve ocorrer para harmonização das dimensões econômica, social e cultural, independente das condições estruturais. Porém, no meio capitalista, as cooperativas evoluíram como estruturas híbridas, contraditórias e apresentam-se frágeis diante da concorrência, principalmente na década atual.

b) No Brasil, atualmente, o segmento cooperativista mais representativo é o agropecuário, responsável por 30% da produção nacional o que representa 6% do Produto Interno Bruto, gerando 108.370 empregos diretos.

c) A fundação das primeiras cooperativas paranaenses ocorreu a partir de 1918, por imigrantes ucranianos, que atravessavam dificuldades e visualizaram, nesse tipo de associação, uma proteção aos interesses comuns. Esse comportamento reforça a idéia quanto ao surgimento do movimento cooperativista, ou seja, de que ele sempre ocorre quando os indivíduos se unem em torno de interesses comuns.

d) Fatos novos contribuíram para o surgimento do cooperativismo de cafeicultores, além do interesse comum pela união de forças. O Estado se empenhou na intensificação da formação dessas cooperativas através de estímulos oferecidos pelo IBC.

e) A partir de meados da década de 60, verifica-se o surgimento das cooperativas agropecuárias em todo o Estado do Paraná, sendo que na região norte estas substituíram as cooperativas de cafeicultores.

f) No Estado do Paraná as cooperativas foram as responsáveis pela mudança na estrutura produtiva. A substituição das culturas tradicionais ocorreu de forma intensa, dadas as condições favoráveis de clima e solo desse Estado para as culturas que se constituíam nas mais importantes da modernização no centro-sul: a soja e trigo. Esses dois produtos foram representativos no montante recebido pelas mesmas. A soja representou, em média, 54% e o trigo 77% em safras selecionadas.

g) Atualmente, as cooperativas agropecuárias paranaenses são responsáveis por 55% do PIB da agricultura, detêm 46% da capacidade de armazenamento do Estado e 35% dos produtores desse Estado estão associados às mesmas. As cooperativas detêm significativa representatividade na agroindústria do Estado, com destaque para leite em pó, leite pasteurizado, queijos 100%, 86,3% e 75%, respectivamente. No segmento de oleaginosas, destaca-se o esmagamento de soja com 21.7%. O trigo representa 10%.

4 – ESTUDO DE CASO: O PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO E CRESCIMENTO DA VALCOOP E COROL

Este capítulo aborda o processo de capitalização e crescimento da VALCOOP e COROL, no período compreendido entre 1970 a 1998, e está dividido em três partes. A primeira e a segunda relatam, respectivamente, um breve histórico e apresentam os indicadores da capitalização e crescimento dessas cooperativas; a terceira traça uma análise comparativa entre ambas, objetivando evidenciar a trajetória que individualmente cada uma percorreu no período em estudo.

4.1 – Capitalização e crescimento da VALCOOP

4.1.1 - Histórico

A VALCOOP - Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda. foi fundada em 31.10.56, por um grupo composto por 39 cafeicultores, motivados pelo sucesso da Cooperativa Paulista Mogiana, sob a liderança do Sr. Álvaro Godoy⁴⁴. Recebeu, inicialmente, a denominação de Cooperativa Mista Agropecuária e Industrial do Norte do Paraná Ltda. Porém, o projeto não prosperou e, em Assembléia Geral Extraordinária - AGE de 25.01.59, buscou-se novos rumos, pois naquele momento havia possibilidades das cooperativas exportarem café. Conforme ata dessa Assembléia, havia uma grande oportunidade para a expansão da cooperativa⁴⁵. O seu primeiro Estatuto Social – E.S. foi criado e juntamente com

⁴⁴ O Sr. Álvaro Godoy, muito embora fosse o líder do movimento que fundou a VALCOOP, por razões administrativas, não assumiu a Presidência, ficando a mesma a cargo do Sr. Raul Mignoni.

⁴⁵ Nessa AGE o Sr. Raul Mignoni renunciou e o Sr. Álvaro Godoy foi eleito tendo permanecido como Diretor da Cooperativa até 1972. Era um autêntico cafeicultor com elevado espírito cooperativista. Olavo Godoy, seu irmão, relata que, apesar de doente, com dificuldades para locomover-se sozinho, sempre visitava a cooperativa até praticamente o final de sua vida VALCOOP, (1992).

a instalação da diretoria em 08.08.59. Com a criação do primeiro Estatuto, a razão social foi alterada para Cooperativa Londrinense de Cafeicultores Ltda. (CLCL), bem como ficou estabelecido que poderiam fazer parte da mesma todas as pessoas legalmente capazes, que possuíssem propriedades agrícolas que produzissem café ou que explorassem a cultura do mesmo, dentro da área de ação da cooperativa.

Porém, a partir do ano de 1968, frente ao desestímulo do IBC e aos reflexos da política de erradicação dos cafezais, a cooperativa passou a aceitar a entrada de produtores de outras culturas, tais como: algodoeiros, pecuaristas, cerealistas, dentre outros. Uma nova fase pareceu surgir com a introdução de produtores mais diversificados; houve entusiasmo inclusive para a instalação de uma usina de beneficiamento de algodão, pois o algodão parecia promissor. A instalação da usina, ocorreu em 31.05.69. Observa-se que o café que, era a cultura principal nessa região, passa a perder importância relativa. A safra de algodão 71/72 não possibilitou a movimentação dessa usina, dado que o volume de produção disponível não era economicamente viável, e, em 1972, a cooperativa se desfez da mesma. Para agravar mais a crise, os cafezais que restavam sofriam pelos efeitos da geada e ataque da ferrugem. A cooperativa mergulhou numa crise profunda, alienou a maior parte de seus bens patrimoniais para uma empresa comercial exportadora, passando a alugar os armazéns de terceiros, cujos escritórios foram também cedidos. Esta situação se estendeu até fins de 1974, quando iniciou a compra dos armazéns que havia vendido.

No final de 1974, a cooperativa construiu o primeiro armazém graneleiro com capacidade estática de 12.000 toneladas. A necessidade de ampliação da capacidade armazenadora, para diversificação de recebimento de produtos, já era sentida desde 1969, pois estavam despontando produtos mais atrativos que o café, como a soja e o trigo. Ainda no ano

de 1974, reformulou-se o estatuto social, para adaptar-se à Lei 5.764/71, e a cooperativa passou a denominar-se Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda., com a sigla "VALCOOP", se transformando-se numa cooperativa de recebimento de cereais com área de ação abrangendo os municípios de Londrina, Assaí, Cambé, Iporã, Jataizinho, Marilândia do Sul, Ortigueira, São Jerônimo da Serra e Sertãozinho. Ao final desse ano, intensificou a compra de todo o restante do patrimônio que havia alienado.

Nos anos setenta, a agricultura paranaense é marcada pelas transformações do processo de modernização tecnológica. E o que ocorreu na área de atuação da cooperativa é apenas um reflexo daquilo que ocorreu no Estado. A lavoura cafeeira foi substituída pela lavoura de soja.

Em meio a esse cenário de mudanças, a cooperativa também promoveu mudanças internas. **Muito embora tardiamente**, foram criados setor de crédito e repasse, lojas de insumos, comitês educativos, bem como reestruturou-se o setor financeiro, e, com auxílio do **Banco do Brasil**, investiu-se na ampliação da estrutura de recebimento tendo chegado a atuar com 18 entrepostos. Essa foi uma fase próspera, pois a VALCOOP cresceu e se modernizou, adquiriu uma unidade de beneficiamento de algodão; construiu quatro unidades de recebimento de grãos e criou a Cooperativa de Crédito Rural Vale do Tibagi Ltda., (CREDIVAL), a primeira cooperativa de crédito do Paraná. Porém, logo começou a emergir uma crise oriunda da incapacidade de autofinanciamento, apresentando-se descapitalizada.

A Diretoria da cooperativa iniciou uma política austera composta por reestruturação geral, eliminando entrepostos ociosos e cooperados que não participavam assiduamente, bem como iniciou uma reforma administrativa. Essas medidas, paralelamente à

contratação de recursos oriundos da Circular 761⁴⁶, possibilitaram a estabilidade da cooperativa.

De acordo com VALCOOP (1992), através de relatos do Sr. Castanheira, nessa época fazia-se muitos investimentos e havia uma política de subsídios abundantes para a agricultura. Então, a Diretoria estabeleceu uma estratégia, a cooperativa precisava crescer, e, realmente, vinha crescendo numa tentativa de se modernizar, de se adequar à nova realidade agrícola. Só que, para isso, havia necessidade de se estruturar em termos de patrimônio e equipamentos para atender a demanda futura. Porém, a política agrícola mudou. Encontrou a diretoria da cooperativa despreparada para enfrentar essa nova situação. No momento de subsídios fartos, com financiamentos de longo prazo e juros extremamente baixos, a cooperativa era um instrumento para uma política agrícola de subsídios; era a organização que permitia comprar bastante adubo, calcário, insumos de modo geral; permitia construir grandes armazéns que se pagava em 10 anos com juros extremamente baixos, etc. Mas, os recursos foram se escasseando e ela continuou a investir diante de uma demanda crescente de seus cooperados e, com o fim do subsídio, contraiu empréstimos em dólar. Esse mecanismo foi denominado, *operação 63, que se fazia com os Bancos de Desenvolvimento Econômico /.../ então se endividou muito, não gerou o suficiente e não deu conta de pagar os empréstimos, e eram dívidas grande chegavam a absorver 80% do patrimônio da cooperativa.* VALCOOP, (1992, p. 32)

Os relatos argumentam que não era somente a VALCOOP que estava endividada, mas também muitas outras cooperativas. Porém, a VALCOOP foi a primeira a assumir publicamente a gravidade da situação, sendo que a partir daí muitas outras fizeram o mesmo. Então, começou uma movimentação com repercussão Estadual.

⁴⁶ A circular 761 destinava recursos a juros altamente subsidiados, a longo prazo, às cooperativas.

*E foi aí que apareceu uma 'Carta Circular 761' que foi o resultado dessa movimentação, porque parte do que estava ocorrendo era culpa da transformação da política agrícola. Portanto cabia ao governo acudir as cooperativas devido a sua capacidade instalada, pela sua condição de agregar pessoas, por sua condição de organizadora da agricultura brasileira. E se todas aquelas cooperativas em crise fechassem quem iria receber a produção principalmente de trigo, **monopólio do governo**, quem iria financiar máquinas e implementos, quem iria fornecer insumos. Então através da Circular 761, pela qual o governo assumia a Operação 63, transformava as dívidas para cooperativa pagar, a juros módicos em prazos de 5 a 10 anos, sob o aval dos agricultores, através da NPR - Nota promissória Rural ou NCR - Nota de Crédito Rural, foi uma operação tranqüila com bons resultados, a VALCOOP se estabilizou em função da 761 (VALCOOP, 1992, p. 32-33), (grifo nosso).*

Além da renegociação das dívidas, internamente, o Conselho de Administração adotou muitos procedimentos como medida para a recuperação da sociedade, sendo que muitas delas foram imposição do BACEN – Banco Central, para a concessão do benefício de que tratava a Circular 761. Conforme VALCOOP, Relatório anual de atividades (1984), as principais medidas internas adotadas foram: a) reforma administrativa, visando a racionalização dos recursos humanos e materiais; b) venda e arrendamento de entrepostos, que não apresentassem bons resultados; c) convênio externo com sessões de Desenvolvimento Organizacional, junto a diferentes escalões do quadro de funcionários: Diretoria Executiva, Assessorias e Gerências, Entrepostos e associados; d) mudança no processo de comercialização; e) redução dos custos em todos os níveis; f) elevação da taxa de retenção para aumento de capital do cooperado na sociedade, de 1% para 2% do valor bruto da produção entregue; g) adoção da política de comercialização de insumos via Cooperativa Central do Paraná – COCAP, em consignação, durante o período de reabilitação, até que se tivesse capital próprio para poder realizar compras mais favoráveis. Esta estratégia, evitou aumentar o endividamento da cooperativa, por extensão, dos associados e, além disso, foi de grande importância em direção a sua estabilidade.

Sanado o problema da capitalização, a cooperativa seguiu se expandindo e, em 1987, foram concluídas as obras do armazém graneleiro e da unidade da fábrica de ração. A AGE de 28.11.87 autorizou a ampliação das unidades de recebimento de grãos, do município de Sertanópolis e, também do distrito de Tamarana, com financiamentos a longo prazo. Nesse ano é constituída a, Transportadora de Cargas Rodoviárias Ltda. (TRANSVALCOOP), sociedade não cooperativista, com participação societária da VALCOOP em 99,98% e 0,02% de cooperados, que declinavam de possíveis lucros a favor da VALCOOP, pois de acordo com a Lei 5.764/71, todos os lucros apurados com a transportadora deveriam ser incorporados ao fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES, beneficiando todos os cooperados da VALCOOP. O objetivo da implantação da transportadora foi o de agilizar o transporte de cargas na cooperativa.

A 51ª AGE, ocorrida em 16.07.88, autorizou a cooperativa a adquirir, juntamente com outras cooperativas, a unidade de produção de sementes de algodão da CAFÉ DO PARANÁ, no município de Ibiporã, bem como a participar de uma Central para gerir aquela unidade, com a denominação de Cooperativa Central de Algodão Ltda. – COCEAL.

Na safra 89/90, a cooperativa ficou fragilizada e, conforme descreve VALCOOP, Relatório anual de atividades, (1990), houve perda do poder de troca em consequência de pacote econômico ligado ao plano de estabilização econômica, que como efeito imediato provocava uma redução real nos preços dos produtos agrícolas. Por outro lado, ocorreram geadas que afetaram a produção do trigo, que passava ao sistema de livre mercado, depois de muitos anos como monopólio do governo. Nesse mesmo ano, a Cooperativa buscou novas alternativas mais estáveis; diversificou suas atividades, implantando um supermercado junto à sede da cooperativa e, em 1991, outro supermercado, no Entreposto de Tamarana. O

faturamento do supermercado representou 1,4%, do faturamento bruto em 1992, sendo que, em 1993 e 1994 representou 2,8% e 2,4%, respectivamente, com lucratividade nesses exercícios. A partir de 1994 até 1997, porém o supermercado apresentou prejuízo, sendo desativado no último.

A Assembléia Geral Ordinária (AGO) realizada em 02.03.91 aprovou a adesão da VALCOOP junto ao programa de autogestão. A partir desse momento, para a montagem do programa, a VALCOOP passou a destinar para a OCEPAR, anualmente, 0,1% incidente sobre a somatória do capital integralizado mais fundos de reservas, (exceto valores de reavaliação do ativo permanente). Dentro desse programa, a execução do autocontrole passou a ser feita em conjunto pelo Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Auditoria Externa.

Ainda no ano de 1991, a VALCOOP lançou no mercado a sua linha de sal mineralizado e fertilizantes. No ano seguinte, muitas reformas foram efetuadas, em vários secadores, instalações, balanças, melhorias no fluxo de carga e descarga em algumas unidades, ampliação da área de estocagem nos supermercados. E, ainda, a cooperativa passou a participar no consórcio de soja da Exportadora de Cooperativas Brasileiras (EXIMCOOP),⁴⁷ com sede em São Paulo. Até o final de 1994 a cooperativa continuou buscando a expansão, adquirindo equipamentos para a secagem e limpeza dos grãos, aumentou a capacidade armazenadora, informatizou vários entrepostos. Mesmo assim, ela começou a evidenciar sinais de esgotamento de sua capacidade de auto-sustentação e, ao final desse exercício, apresentou resultado negativo no balanço anual. Também resultados deficitários são observados nos exercícios de 1995, 1996, 1997, 1998.

⁴⁷ A EXIMCOOP exportou no ano de 1999, principalmente para os países da Europa e Ásia, a quantia de 1.968.000 toneladas de soja e importou produtos do complexo soja e fertilizantes EXIMCOOP (2000).

4.1.2 – Evolução do ativo imobilizado

Por meio do comportamento das imobilizações, torna-se possível a visualização do montante dos investimentos realizados pela cooperativa, para aumento da capacidade instalada e produtiva, tais como: imóveis, máquinas, equipamentos e demais instalações comerciais e industriais, compreendidos na rubrica imobilizado; e participações em outras cooperativas, ou empresas não cooperativas, bem como no mercado financeiro, compõe a rubrica investimentos.

A Tabela 4.1 apresenta a evolução das imobilizações da VALCOOP no período compreendido entre 1970 a 1998. Através de uma análise paralela entre os dados desta tabela com os relatos das atas das AGOs, torna-se possível compreender o comportamento negativo das imobilizações de 1970 a 1975, bem como o crescimento de 854,73% no ano de 1976. No exercício de 1970, as receitas foram suficientes somente para cobrir as despesas; isso, somado às perdas dos exercícios de 1967, 1968, 1969, deixou a cooperativa vulnerável. Nesse período, os produtos de maior peso na composição das receitas eram o café e o algodão. No ano de 1970 não foi comercializada nenhuma saca de café, em razão dos preços baixos que eram praticados pelo mercado, sendo que toda produção permaneceu estocada na cooperativa. A não comercialização do café, aliada ao volume recebido de algodão, que foi muito abaixo do esperado, em razão de condições climáticas, pragas nas lavouras e desvio de produção para terceiros, fez com que o volume comercializado naquele ano proporcionasse resultado negativo. Os exercícios posteriores apresentaram lucratividade, porém, dada a vulnerabilidade em que a cooperativa se encontrava, foi forçada a vender grande parte de seus bens patrimoniais. Esse é um período

crítico para a VALCOOP, que se estende de 1970 a 1975, com a venda da maior parte de seu patrimônio, inclusive a sede.

Em 1976 a VALCOOP começou a se recuperar e conseguiu reaver todo o patrimônio que havia vendido e, além disso, adquiriu novas áreas de terras em Londrina e Tamarana, contendo diversas edificações, como escritórios, armazém convencional e armazém graneleiro; adquiriu, também, máquinas e equipamentos, móveis, utensílios e veículos. O reflexo desse crescimento pode ser constatado através do aumento de 854,73% do imobilizado total naquele ano.

Em 1978, registrou-se novamente uma expansão significativa de 131,60% de aumento no imobilizado total, reflexo da implantação de seu primeiro entreposto e da construção de uma unidade graneleira com capacidade para 100.000 sacas, destinada à produção de sementes de soja e trigo. Posteriormente, verifica-se oscilações de menores proporções, pois a cooperativa permaneceu como receptora de grãos, tendo, para isso, ampliado sua capacidade de recebimento e criado vários entrepostos, porém nenhum investimento de maiores proporções ocorreu. No entanto, cabe destacar dentre as atividades de recebimento da produção agrícola, o crescimento da capacidade de armazenamento no ano de 1981, de 113%, refletindo no imobilizado com aumento de 53,76%, sendo que o período de maior crescimento foi de 1976 a 1982. Conforme mostra a nota da Tabela 4.1, no ano de 1995 houve reavaliação patrimonial com aumento do imobilizado em 228%, que pode, portanto, ter subestimado o período anterior. Uma observação mais atenta das imobilizações da VALCOOP, aponta uma pequena evolução após o ano de 1982, refletindo poucas alterações da capacidade instalada e produtiva. Esse fato está ligado ao seu perfil de

cooperativa comercial, razão pela qual não ocorreu, portanto, maior demanda por aumento de capacidade instalada.

TABELA 4.1 - Imobilizado técnico e financeiro real, percentual no total, variação percentual anual, VALCOOP, 1970/98.

(em R\$)*

<i>ANO</i>	<i>IMOBILIZADO TÉCNICO</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>IMOBILIZADO FINANCEIRO</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>IMOBILIZADO TOTAL</i>	<i>Δ% ANUAL</i>
1970	2.039.853,05	71,41	816.610,97	28,59	2.856.464,02	-
1971	1.725.333,40	71,57	685.035,66	28,43	2.410.369,06	(15,62)
1972	2.235.170,92	99,57	9.649,38	0,43	2.244.820,30	(6,87)
1973	1.920.501,88	99,43	11.026,08	0,57	1.931.527,96	(13,96)
1974	788.522,12	98,88	8.915,76	1,12	797.437,88	(58,71)
1975	381.994,58	98,23	6.893,46	1,77	388.888,04	(51,23)
1976	3.652.011,39	98,36	60.833,53	1,64	3.712.844,92	854,73
1977	4.212.795,24	98,83	49.631,91	1,16	4.262.427,15	14,80
1978	9.715.199,83	98,41	156.496,44	1,59	9.871.696,27	131,60
1979	10.604.258,91	96,31	406.238,12	3,69	11.010.497,02	11,54
1980	9.131.329,96	96,38	342.689,66	3,62	9.474.019,62	(13,95)
1981	14.044.518,99	96,41	522.903,86	3,59	14.567.422,85	53,76
1982	17.495.833,66	95,57	809.255,15	4,43	18.305.088,80	25,66
1983	15.220.251,20	94,59	869.765,60	5,41	16.090.016,80	(12,10)
1984	14.541.261,87	93,42	1.023.682,48	6,58	15.564.944,35	(3,26)
1985	13.057.101,94	92,85	1.004.779,79	7,14	14.061.881,73	(9,65)
1986	12.114.388,53	97,60	297.473,47	2,40	12.411.862,00	(11,73)
1987	13.480.770,64	81,32	3.096.064,75	18,68	16.576.835,39	33,56
1988	14.641.898,64	96,09	595.748,50	3,91	15.237.647,14	(8,08)
1989	14.481.375,72	93,06	1.079.934,25	6,94	15.561.309,97	2,12
1990	6.721.696,08	90,39	714.484,24	9,61	7.436.180,32	(52,21)
1991	10.878.217,73	92,74	851.085,46	7,25	11.729.303,19	57,73
1992	9.361.879,39	91,38	882.729,01	8,62	10.244.608,40	(12,66)
1993	11.089.091,35	88,04	1.506.856,81	11,96	12.595.948,16	22,95
1994	7.630.845,61	89,41	903.734,05	10,59	8.534.579,66	(32,24)
1995 ⁽¹⁾	26.932.747,73	96,05	1.107.261,81	3,95	28.040.009,54	228,54
1996	24.865.284,24	96,44	917.307,23	3,56	25.782.591,47	(8,05)
1997	22.780.755,48	96,98	708.568,80	3,02	23.489.324,28	(8,89)
1998	22.467.377,08	95,89	962.174,84	4,11	23.429.551,92	(0,25)

Fonte: Dados Brutos - Balanço patrimonial 1970/1998, VALCOOP.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro de 1999 = 100.

⁽¹⁾ Feito reavaliação patrimonial nesse ano.

4.1.3 – Autocapitalização e endividamento

Torna-se muito importante a análise das origens dos recursos financeiros dos investimentos realizados pela VALCOOP. Os fundos para investimento de qualquer empresa provêm de recursos internos, fruto de suas atividades produtivas, comerciais, financeira, prestação de serviços, ou de recursos externos, empréstimos que ela contrai junto a instituições públicas ou privadas. Os recursos próprios de uma cooperativa têm origem no capital integralizado pelos seus associados e nos fundos de reserva, estatutários ou não, que representam retenções das sobras geradas em cada exercício e não distribuídas aos associados, e formam o seu patrimônio líquido. A formação do capital social de cada sociedade cooperativa está prevista em seus estatutos e a forma de ingresso na cooperativa se dá mediante a subscrição e integralização das quotas-partes⁴⁸. Sobre a parte integralizada do capital a cooperativa distribui juros de até 6% a.a. Para efeito de aumento do capital, serão retidos do líquido da produção dos associados entregue à cooperativa até 3%.

O patrimônio líquido, capital social e reservas da VALCOOP, em valores reais, no período de 1970 a 1998, estão apresentados na Tabela 4.2. O capital social apresenta poucas oscilações até 1979, porém, a partir desse ano, comporta-se de maneira desequilibrada, registrando aumentos e quedas significativas. As reservas apresentam-se inferiores a 80% até 1977; depois aumenta e, em média, representam 91% do patrimônio líquido até 1996, quando passa a decrescer, indicando a absorção dos resultados negativos dos últimos exercícios.

⁴⁸ O Estatuto Social da VALCOOP prevê que o valor unitário da quota parte é equivalente a R\$ 1,00 (ou seja R\$ 1,00 sobre cada hectare de área cadastrada junto a cooperativa). Cada associado não poderá subscrever menos de 10 (dez) quotas partes, nem mais de 1/3 do capital social da cooperativa. A quota parte é indivisível, intransferível a não associados nem poderá ser comercializada ou fornecida como garantia em qualquer transação. VALCOOP, Estatuto Social, (1999)

Como consequência das oscilações apresentadas pelo capital social e reservas, o patrimônio líquido apresenta quedas e altas durante todo o período analisado.

TABELA 4.2 - Patrimônio líquido real, variação percentual anual, VALCOOP, 1970/98.

(em R\$)*

<i>ANO</i>	<i>CAPITAL SOCIAL</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>RESERVAS</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>	<i>Δ% ANUAL</i>
1970	403.233,12	26,38	1.125.466,31	73,62	1.528.699,43	0,0
1971	340.993,40	25,56	992.916,54	74,44	1.333.909,94	12,74
1972	303.162,92	25,85	869.489,28	74,15	1.172.652,20	(12,08)
1973	230.441,30	21,77	828.003,94	78,23	1.058.445,24	(9,74)
1974	173.249,49	14,41	1.029.211,06	85,59	1.202.460,55	13,61
1975	364.623,55	24,48	1.124.808,69	75,52	1.489.432,24	23,86
1976	775.311,56	17,06	3.770.352,11	82,94	4.545.663,67	205,19
1977	758.909,96	20,34	2.971.256,69	79,65	3.730.166,65	(17,94)
1978	686.146,09	8,33	7.549.848,75	91,67	8.235.994,84	120,79
1979	593.609,45	7,30	7.536.413,62	92,70	8.130.023,07	(1,29)
1980	1.679.251,04	23,21	5.554.952,19	76,79	7.234.203,23	(12,38)
1981	1.407.504,12	10,99	11.399.072,51	89,01	12.806.576,63	77,03
1982	998.372,84	16,97	4.885.983,32	83,03	5.884.356,16	(54,05)
1983	811.203,84	8,29	8.977.299,66	91,71	9.788.503,50	66,35
1984	735.601,40	3,93	17.964.755,58	96,07	18.700.356,98	91,04
1985	2.054.722,22	11,42	15.945.151,74	88,58	17.999.873,96	(3,74)
1986	1.399.565,28	8,23	15.601.049,48	91,77	17.000.614,76	(5,55)
1987	508.296,09	3,45	14.216.280,24	96,55	14.724.576,33	(13,39)
1988	307.239,32	2,19	13.735.937,73	97,81	14.043.177,05	(4,63)
1989	184.629,10	1,16	15.763.156,81	98,84	15.947.785,91	13,56
1990	410.396,50	4,02	9.795.687,69	95,98	10.206.084,20	(36,00)
1991	605.805,15	4,59	12.593.117,54	95,41	13.198.922,69	29,32
1992	495.032,71	4,26	11.108.151,90	95,74	11.603.184,61	(12,09)
1993	433.914,43	3,06	13.726.832,55	96,94	14.160.746,98	22,04
1994	650.432,44	22,24	12.273.958,42	77,76	12.924.390,86	(8,73)
1995	2.271.682,14	8,84	23.428.088,99	91,16	25.699.771,13	98,85
1996	10.532.354,16	39,94	15.840.849,38	60,06	26.373.203,54	2,62
1997	11.154.116,64	46,46	12.849.867,06	53,53	24.003.983,70	(8,98)
1998	12.646.372,81	82,70	2.645.223,73	17,30	15.291.596,54	(36,29)

Fonte: Dados Brutos - Balanço patrimonial 1970/1998, VALCOOP.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro de 1999 = 100.

Os recursos externos ou capital de terceiros tem origem em empréstimos junto a instituições bancárias privadas ou públicas. A Tabela 4.3 apresenta os valores reais do exigível circulante, longo prazo e total, no período de 1970 a 1998. O período de maior

crescimento da cooperativa, de 1976 a 1982, foi também o de maior endividamento. O exigível total aumentou em média 32,94% ao ano, sendo que 75,94%, em média, dos empréstimos da cooperativa nesse período foram financiados no curto prazo.

TABELA 4.3 - Passivo exigível circulante e longo prazo real, variação percentual anual, VALCOOP, 1970/98.

(Em R\$)*

<i>ANO</i>	<i>EXIGÍVEL CIRCULANTE</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>EXIGÍVEL TOTAL</i>	<i>% NO TOTAL</i>
1970	4.426.271,79	66,86	2.193.823,23	33,14	6.620.095,02	-
1971	3.187.303,11	59,54	2.165.636,91	40,46	5.352.940,02	(19,14)
1972	6.515.977,02	67,42	3.148.920,95	32,58	9.664.897,97	80,55
1973	4.459.693,74	69,31	1.974.385,07	30,69	6.434.078,81	(33,43)
1973	6.945.097,06	89,53	812.237,70	10,47	7.757.334,76	20,57
1975	11.924.920,07	88,71	1.517.353,91	11,29	13.442.273,98	73,28
1976	14.683.667,67	78,98	3.906.109,86	21,01	18.589.777,53	38,29
1977	9.329.035,29	54,52	7.781.101,12	45,48	17.110.136,41	(7,96)
1978	4.401.119,21	38,70	6.969.864,82	61,30	11.370.984,03	33,54
1979	13.797.747,45	73,42	4.996.997,79	26,58	18.794.745,24	65,29
1980	21.719.216,14	93,46	1.520.384,39	6,54	23.239.600,53	23,65
1981	35.825.735,86	97,38	961.894,59	2,62	36.787.630,45	58,30
1982	41.581.427,87	95,91	1.774.898,29	4,09	43.356.326,16	17,85
1983	9.529.698,51	48,27	10.212.783,11	51,73	19.742.481,62	(54,46)
1984	6.302.246,02	43,78	8.094.117,62	56,22	14.396.363,64	(27,08)
1985	2.806.953,35	51,94	2.597.619,72	48,06	5.404.573,07	(62,46)
1986	11.296.139,17	95,86	487.414,68	4,14	11.783.553,85	118,03
1987	7.314.870,96	81,20	1.693.110,46	18,80	9.007.981,42	(23,55)
1988	10.282.485,75	67,45	4.962.516,27	32,55	15.245.002,02	69,24
1989	13.339.459,13	77,67	3.833.789,02	22,32	17.173.248,15	12,65
1990	21.545.133,08	93,70	1.446.549,14	6,30	22.991.682,22	33,88
1991	26.003.499,63	96,81	855.568,70	3,19	26.859.068,33	16,82
1992	28.661.065,10	98,03	575.212,39	1,97	29.236.277,50	8,85
1993	49.597.874,87	97,62	1.209.274,99	2,38	50.807.149,86	73,78
1994	20.736.591,62	97,42	548.059,99	2,58	21.284.651,61	(58,11)
1995	18.104.956,63	69,61	7.904.987,20	30,39	26.009.943,83	22,20
1996	13.582.840,71	64,59	7.445.035,42	35,41	21.027.876,13	(19,15)
1997	18.040.826,26	74,33	6.228.593,26	25,67	24.269.419,52	15,41
1998	26.574.980,41	86,17	4.263.547,13	13,83	30.838.527,54	27,07

Fonte: Dados Brutos - Balanço patrimonial 1970/1998, VALCOOP.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro de 1999 = 100

A Tabela 4.4 apresenta o grau de endividamento circulante, longo prazo e total da VALCOOP no período compreendido entre 1970/1998. Destaca-se o peso do capital de terceiros de 1970 a 1977, pois para cada unidade monetária própria a cooperativa possuía

5,92, de capital de terceiros, em média, nesse período. Essa relação diminuiu nos anos seguintes e voltou a se tornar expressiva em 1982, representando para cada unidade de capital próprio a existência de 7,37 de capital de terceiros. A partir de 1984 até 1987 o grau de endividamento diminuiu e o capital próprio passou a superar o capital de terceiros, porém, a partir de 1988, o endividamento aumentou e manteve essa tendência até 1998.

TABELA 4.4 - Passivo exigível total e grau de endividamento, VALCOOP 1970/1998.

(em R\$)*

ANO	EXIGÍVEL CIRCULANTE (A)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (B)	EXIGÍVEL TOTAL C=A+B	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (D)	GRAU DE ENDIVIDAMENTO		
					C.P. (A/D)	L.P. (B/D)	TOTAL (C/D)
1970	4.426.271,79	2.193.823,23	6.620.095,02	1.528.699,43	2,90	1,43	4,33
1971	3.187.303,11	2.165.636,91	5.352.940,44	1.333.909,94	2,39	1,62	4,01
1972	6.515.977,02	3.148.920,95	9.664.897,97	1.172.652,20	5,56	2,68	8,24
1973	4.459.693,74	1.974.385,07	6.434.078,81	1.058.445,24	4,21	1,86	6,07
1974	6.945.097,06	812.237,70	7.757.334,76	1.202.460,55	5,77	0,68	6,45
1975	11.924.920,07	1.517.353,91	13.442.273,98	1.489.432,24	8,00	1,02	9,02
1976	14.683.667,67	3.906.109,86	18.589.777,53	4.545.663,67	3,23	0,86	4,09
1977	9.329.035,29	7.781.101,12	17.110.136,41	3.730.166,65	2,50	2,08	4,58
1978	4.401.119,21	6.969.864,82	11.370.984,03	8.235.994,84	0,53	0,84	1,37
1979	13.797.747,45	4.996.997,79	18.794.745,24	8.130.023,07	1,70	0,61	2,31
1980	21.719.216,14	1.520.384,39	23.239.600,53	7.234.203,23	3,00	0,21	3,21
1981	35.825.735,86	961.894,59	36.787.630,45	12.806.576,63	2,80	0,07	2,87
1982	42.181.427,87	1.174.898,29	43.356.326,16	5.884.356,16	7,17	0,20	7,37
1983	9.529.698,51	10.212.783,11	19.742.481,62	9.788.503,50	0,97	1,04	2,01
1984	6.302.246,02	8.094.117,62	14.396.363,64	18.700.356,98	0,33	0,43	0,76
1985	2.806.953,35	2.597.619,72	5.404.573,07	17.999.873,96	0,16	0,14	0,30
1986	11.296.139,17	487.414,68	11.783.553,85	17.000.614,76	0,66	0,03	0,69
1987	7.314.870,96	1.693.110,46	9.007.981,42	14.724.576,33	0,50	0,11	0,61
1988	10.282.485,75	4.962.516,27	15.245.002,02	14.043.177,05	0,73	0,35	1,08
1989	13.339.459,13	3.833.789,02	17.173.248,15	15.947.785,91	0,84	0,24	1,08
1990	21.545.133,08	1.446.549,14	22.991.682,22	10.206.084,20	2,11	0,14	2,25
1991	26.003.499,63	855.568,70	26.859.068,33	13.198.922,69	1,97	0,06	2,03
1992	28.661.065,10	575.212,39	29.236.277,50	11.603.184,61	2,47	0,05	2,52
1993	49.597.874,87	1.209.274,99	50.807.149,86	14.160.746,98	3,51	0,08	3,59
1994	20.736.591,62	548.059,99	21.284.651,61	12.924.390,86	1,60	0,05	1,65
1995	18.104.956,63	7.904.987,20	26.009.943,83	25.699.771,13	0,70	0,31	1,01
1996	13.582.840,71	7.445.035,42	21.027.876,13	26.373.203,54	0,52	0,28	0,80
1997	18.040.826,26	6.228.593,26	24.269.419,52	24.003.983,70	0,75	0,26	1,01
1998	26.574.980,41	4.263.547,13	30.838.527,54	15.291.596,54	1,74	0,28	2,02

Fonte: VALCOOP - Balanço patrimonial 1970/1998.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100

4.1.4 - A geração de sobras operacionais

As sobras operacionais de uma cooperativa representam o resultado econômico ou o lucro obtido através de suas atividades comerciais e serviços. Pode-se interpretá-las como a diferença entre as receitas operacionais e despesas operacionais, oriundas de vários produtos e serviços. Destaca-se, nesta análise, somente os produtos mais representativos. Os balanços anteriores não apresentavam separadamente os resultados por produtos, por essa razão a série difere do período total da pesquisa. Inicialmente será apresentada a participação relativa de cada produto na receita total e, posteriormente, as sobras operacionais oriundas desses produtos.

A Tabela 4.5 apresenta a participação relativa de produtos agrícolas selecionados na receita total no período de 1980 a 1998. Constata-se que um dos produtos de maior peso relativo foi o trigo, representando, em média, 26,80%, seguido da soja, milho algodão e café, com 15,66%, 10%, 9,93% e 4,54%, respectivamente. Observa-se que os produtos agrícolas selecionados participaram, em média, com 64% da receita total, cabendo destaque aos produtos mais importantes da modernização centro-sul, soja e trigo. Porém, uma análise mais detalhada é o que nos interessa, ou seja, saber quais, efetivamente, foram os produtos que tiveram a maior participação relativa na geração de sobras.

TABELA 4.5 – Participação relativa das receitas operacionais dos principais produtos na receita total , VALCOOP, 1980/98.

(em %)

ANO	RECEITA TOTAL						
	CAFÉ	ALGODÃO	SOJA	TRIGO	MILHO	TOTAL	OUTROS ⁽¹⁾
1980	10,71	*	7,91	45,92	4,61	69,15	30,85
1981	7,52	14,82	19,67	24,57	17,81	84,39	15,61
1982	7,69	21,25	13,41	17,08	17,58	77,01	22,99
1983	*	*	19,00	*	18,00	37,00	63,00
1984	9,70	10,77	4,91	21,78	11,46	58,62	41,38
1985	5,29	16,05	2,95	51,95	8,22	84,46	15,54
1986	5,08	9,80	4,61	49,89	7,15	76,53	23,47
1987	3,75	6,19	3,81	45,05	12,34	71,14	28,86
1988	4,13	15,12	6,86	47,00	4,03	77,14	22,86
1989	2,74	10,98	8,37	43,86	2,80	68,75	31,25
1990	3,00	21,86	17,10	8,30	4,25	54,51	45,49
1991	3,35	15,99	16,56	20,86	5,84	62,60	37,40
1992	2,56	13,83	12,67	15,46	9,04	53,56	46,44
1993	2,38	2,50	11,33	13,28	8,54	38,03	61,97
1994	1,86	4,70	25,70	15,42	10,47	58,15	41,85
1995	3,76	3,74	22,70	15,58	19,05	64,83	35,17
1996	1,79	0,50	30,14	14,89	15,66	62,98	37,02
1997	4,19	0,20	37,05	14,54	22,09	78,07	21,93
1998	2,24	0,60	32,92	16,98	0,60	53,34	46,66

Fonte: Dados Brutos – Demonstrativo do resultado do exercício 1980/1998, VALCOOP.

* Dados não disponíveis.

(1) Outros produtos que fizeram parte da receita total da VALCOOP na série em estudo, tais como: feijão, arroz, mel e derivados, produção de sementes supermercado, repasse de insumos

Para analisar as sobras operacionais apresenta-se as Tabelas 4.6a e 4.6b onde observa-se a participação relativa nas sobras operacionais dos produtos mais representativos para a cooperativa, ou seja, soja, trigo, milho, algodão e café, no período 1982 a 1998. As sobras operacionais da VALCOOP, tal como as demais variáveis analisadas até aqui, apresentam comportamentos instáveis. As sobras evidenciam que, em alguns momentos, houve prejuízos significativos, e em outros, lucros também de proporções significativas. Numa análise distinta entre os produtos que proporcionaram esses resultados cabe destacar o trigo, que foi o produto com maior participação relativa na geração das sobras, com resultados positivos por 9 anos consecutivos, de 1985 a 1993, contribuindo, em média, com 72% para as sobras operacionais líquidas. A soja também apresentou resultados relevantes, com contribuição média de 11% no período 85/93. O algodão apresenta-se instável, com sobras e prejuízos. O café, que foi o primeiro produto a ser recebido pela cooperativa e, conseqüentemente, durante muito tempo o único responsável pela geração de sobras, foi perdendo importância relativa ao longo do período até assumir comportamento negativo. Além do algodão, chama-se atenção para a instabilidade apresentada pelo milho, com contribuições positivas e negativas. Finalmente, observa-se, a partir de 1994, o esgotamento da cooperativa, que não consegue mais gerar sobras e, portanto, todos os produtos apresentam resultados negativos.

TABELA 4.6a - Sobras operacionais líquidas reais por produtos selecionados, VALCOOP, 1982/98.

(Em R\$)

<i>ANO</i>	<i>TRIGO</i>	<i>%</i>	<i>ALGODÃO</i>	<i>%</i>	<i>SOJA</i>	<i>%</i>
1982	(2.097.253,01)	*	147.869,77	*	(845.863,15)	*
1983	**	**	**	**	**	**
1984	(296.539,42)	*	(108.107,70)	*	(92.829,14)	*
1985	245.695,59	20,79	113.590,75	9,61	53.997,56	4,57
1986	50.134,38	5,24	98.501,08	10,29	42.954,22	4,49
1987	126.895,33	26,56	85.159,57	17,82	51.944,88	10,87
1988	332.736,09	*	(720.837,58)	*	12.889,78	*
1989	53.061,77	26,27	47.806,96	23,67	11.542,70	5,71
1990	725.195,34	25,67	579.426,93	20,51	4.207,58	0,15
1991	60.888,14	14,59	96.490,93	23,12	46.266,99	11,08
1992	322.361,49	27,32	272.083,68	23,06	188.453,76	15,97
1993	1.582.146,29	89,56	(949.830,40)	*	818.228,00	46,32
1994	(1.411.642,32)	*	(541.807,60)	*	(883.261,29)	*
1995	(1.305.150,57)	*	(8.892,00)	*	(1.187.699,02)	*
1996	(485.396,69)	*	(217.986,00)	*	(385.567,60)	*
1997	(1.446.092,06)	*	(38.383,03)	*	(227.977,65)	*
1998	(510.005,04)	*	(27.862,29)	*	(794.183,49)	*

Fonte: Dados Brutos – Demonstrativo do Resultado do Exercício, VALCOOP, 1982/1998.

(1) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro 1999 = 100.

(*) Prejuízo operacional.

(**) Dados não disponíveis.

A 4.6.b - Sobras operacionais líquidas reais por produtos selecionados, VALCOOP, 1982/98.

(Em R\$)

ANO	CAFÉ	%	MILHO	%	TOTAL	OUTROS	SOBRAS⁽²⁾ OPERACIONAIS
1982	(1.322.752,46)	*	(1.478.200,28)	*	*	*	(7.248.634,65)
1983	**	**	**	**	-	-	(7.987.388,52)
1984	(42.224,66)	*	(75.515,84)	*	*	370,34	130.799,63
1985	22.660,91	1,92	70.309,92	5,95	42,84	57,16	1.181.569,28
1986	(23.427,86)	*	71.889,55	7,51	25,08	74,92	957.324,36
1987	6.114,17	1,28	83.376,59	17,45	73,98	26,02	477.683,01
1988	33.166,15	*	234.379,13	*	*	*	(76.709,58)
1989	42.766,73	21,17	5.604,85	2,77	79,59	20,41	201.953,37
1990	17.896,18	0,63	(220.586,01)	*	39,15	60,85	2.824.515,17
1991	6.726,45	1,61	8.967,49	2,15	52,55	47,45	417.242,92
1992	19.135,98	1,62	154.973,30	13,13	81,40	18,90	1.179.819,68
1993	10.394,08	0,59	134.025,16	7,59	90,29	9,71	1.766.447,69
1994	(5.986,04)	*	(434.930,65)	*	*	*	(4.051.933,63)
1995	(99.090,82)	*	(1.586.783,37)	*	*	*	(5.101.273,46)
1996	(7.725,40)	*	(384.011,51)	*	*	*	(2.407.447,35)
1997	(88.041,43)	*	(941.847,87)	*	*	*	(3.970.821,06)
1998	(80.039,29)	*	(27.862,29)	*	*	*	(3.698.911,57)

Fonte: Dados Brutos - Demonstrativo do Resultado do Exercício 1982/1998, VALCOOP.

(1) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

(2) Exclui ganho de capital e correção monetária.

(*) Prejuízo operacional.

(**) dados não disponíveis

A análise das Tabela 4.6a e 4.6b evidenciou a pouca capacidade na geração de sobras da VALCOOP. Para completar essa análise, observa-se a Tabela 4.7 onde estão apresentadas as sobras operacionais e as sobras a disposição da AGO, no período de 1980 a 1998.

A Lei nº 5.764 de 16/12/71 regulamenta a apropriação dos excedentes pelas cooperativas que, por sua vez estabelecem em seus estatutos a dedução das sobras. A referida legislação regulamenta a formação dos denominados "fundos indivisíveis", Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES)⁴⁹, e de Reserva. O Fundo de reserva destina-se a absorver perdas e atender Ao desenvolvimento da cooperativa; o FATES tem por objetivo prestar assistência aos associados e seus familiares sendo, em alguns casos, quando previsto no estatuto, destinado a funcionários.

Os fundos de reserva e o FATES, bem como outros que podem ser criados pela Assembléia Geral, são constituídos tendo como referencial as sobras líquidas do exercício. Portanto, quando ocorrem sobras, após as deduções de taxas para os fundos, é feito o rateio entre os associados em partes proporcionais aos serviços usufruídos na Cooperativa. Por outro lado, quando ocorrem perdas, as mesmas são cobertas com o saldo do fundo de reservas, porém se esse fundo for insuficiente para cobri-las, as mesmas serão rateadas entre os associados, também na razão direta dos serviços usufruídos.

Em leituras de relatórios anuais de atividade, foi possível apreender a preocupação da cooperativa em relação à geração das sobras; os argumentos eram de que, se

⁴⁹ 40% para o fundo de reserva e 5% para o FATES. Ao FATES é também incorporado o resultado de operações com não associados. Esse fundo não poderá ser utilizado para absorção de prejuízos da cooperativa. VALCOOP, Estatuto Social, (1999).

pequenas, estavam adaptadas as suas características de cooperativa primária e, de acordo com seus princípios filosóficos, *pois a mesma é somente prestadora de serviços se o resultado fosse maior significaria a penalização do associado com retenções superiores `aquelas necessárias para cobrir os seus custos* . VALCOOP, Relatório anual de atividades (1986, p. 30)

As sobras colocadas à disposição não necessitam ser totalmente distribuídas. A Assembléia poderá decidir por reter alguma parcela tendo-se em vista alguma finalidade específica. Verifica-se que as sobras colocadas à disposição da AGO da VALCOOP foram, em média, superiores a 40%, tendo ocorrido distribuições em muitos exercícios, conforme nota 3, na Tabela 4.7, bem como capitalização de uma parte na conta capital social. De 1984 a 1988 ocorreu geração de sobras, porém não foram distribuídas, pois, conforme já discutido, a sociedade estava em fase de recuperação e, conseqüentemente, dentro dos parâmetros estipulados pelo projeto técnico apresentado em Brasília e que pleiteou recursos ao amparo financeiro da denominada Circular 761 – BACEN. Através desse apoio financeiro, as dívidas de curto prazo foram transformadas em dívidas de longo prazo, tendo os cooperados assumido o débito através de assinatura de Notas Promissórias Rurais que, ao longo de cada exercício, eram amortizadas pelas sobras via integralização do capital subscrito.

TABELA 4.7 – Sobras operacionais líquidas e sobras à disposição dos associados nas A.G.O's, VALCOO, 1970/98.

(Em R\$)

ANO	SOBRAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS⁽¹⁾ (A)	SOBRAS A DISPOSIÇÃO DAS AGO's⁽²⁾ (B)	(B/A x 100)
1980	1.067.374,19	139.310,28	13,05 ⁽³⁾
1981	1.600.019,15	762.785,45	47,67 ⁽³⁾
1982	(7.248.634,65)	(5.393.655,67)	(74,40)
1983	(7.987.388,52)	(2.521.556,80)	(31,57)
1984	130.799,63	51.035,47	39,02
1985	1.181.569,28	276.722,28	23,42
1886	957.324,36	362.830,52	37,90
1987	477.683,01	178.863,62	37,44
1988	(76.709,58)	90.856,03	**
1989	201.953,37	82.998,97	41,09 ⁽³⁾
1990	2.824.515,17	1.401.349,13	49,61 ⁽³⁾
1991	417.242,92	193.316,79	46,33 ⁽³⁾
1992	1.179.819,68	584.274,51	49,52 ⁽³⁾
1993	1.766.447,69	726.537,15	41,12 ⁽³⁾
1994	(4.051.933,63)	(1.145.082,76)	(28,26)
1995	(5.101.273,46)	(5.073.007,30)	(99,45)
1996	(2.407.447,35)	(2.260.595,40)	(93,90)
1997	(3.970.821,06)	(3.626.854,00)	(91,34)
1998	(3.698.911,57)	(3.683.277,75)	(99,58)

Fonte: Dados Brutos - Demonstrativo do Resultado do Exercício 1980/1998, VALCOOP.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

(**)O resultado operacional foi negativo, porém o balanço apresentou sobras líquidas, pois de acordo com o Decreto- Lei 2.341/87, o resultado da correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido foi revertido para a conta de "Reservas de sobras Inflacionárias, nos termos da resolução nº 27 do CNC.

(1) Exclui ganho de capital e correção monetária.

(2) Sobras geradas durante os exercícios após as deduções legais e estatutárias e que foram colocadas a disposição das AGO'.

(3) Exercícios em que ocorreram distribuição de sobras.

Finalizando essa análise, apresenta-se a Tabela 4.8 que demonstra o faturamento bruto e a rentabilidade do capital próprio. A rentabilidade do capital próprio mostra a participação total das sobras operacionais produzidas pela VALCOOP em seu patrimônio líquido. Ela expressa o grau de retorno ou de lucratividade dos recursos próprios investidos, ou seja quanto a cooperativa obtém de lucro (sobras), para cada unidade de recursos próprios que investe. Os dados apresentados indicam rentabilidade baixa para a

VALCOOP sendo que, em muitos exercícios, ocorreram prejuízos. Os resultados da rentabilidade do capital próprio reforçam as análises anteriores, quanto ao capital de terceiros, capital próprio e à capacidade de geração de sobras, durante o período analisado, denotando a pouca rentabilidade e até a incapacidade da sua geração, como é o caso do período 94 a 98. Cabe ressaltar o comportamento do faturamento bruto que, na década de 80, apresenta algumas oscilações positivas e expressivas e, na década de 90, tendência ao declínio a cada exercício.

TABELA 4.8 – Faturamento bruto e rentabilidade do capital próprio, VALCOOP, 1980/98.

(Em R\$)

<i>ANO</i>	<i>Faturamento bruto</i>	<i>Sobras operacionais líquidas (A)</i>	<i>Patrimônio líquido (B)</i>	<i>Rentabilidade do capital próprio (A/B x 100)</i>
1980	4.875.642,41	1.067.374,19	7.234.203,23	14,75
1981	7.338.379,40	1.600.019,15	12.806.576,63	12,49
1982	12.262.045,96	(7.248.634,65)	5.884.356,16	(123,18)
1983	85.138.077,20	(7.987.388,52)	9.788.503,50	(81,59)
1984	51.073.706,60	130.799,63	18.700.356,98	0,70
1985	88.338.069,60	1.181.569,28	17.999.873,96	6,56
1986	102.970.398,60	957.324,36	17.000.614,76	5,63
1987	64.160.125,33	477.683,01	14.724.576,33	3,24
1988	73.846.338,80	(76.709,58)	14.043.177,05	(0,55)
1989	47.792.910,44	201.953,37	15.947.785,91	1,27
1990	44.671.571,91	2.824.515,17	10.206.084,20	27,67
1991	46.445.604,00	417.242,92	13.198.922,69	3,16
1992	44.843.275,40	1.179.819,68	11.603.184,61	10,17
1993	65.617.467,49	1.776.447,69	14.160.846,98	12,54
1994	62.315.706,30	(4.051.933,63)	2.924.390,86	(31,25)
1995	57.522.399,75	(5.101.273,46)	25.699.771,13	(19,84)
1996	56.532.709,50	(2.407.447,35)	26.373.203,54	(9,13)
1997	52.252.401,33	(3.970.821,06)	24.003.983,70	(16,54)
1998	46.298.984,77	(3.698.911,57)	15.291.596,54	(24,19)

Fonte: Dados Brutos – Balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício 1980/1998, VALCOOP.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo índice Geral de Preço- FGV, base novembro de 1999 = 100.

A análise dos dados, apresentados à luz dos fatos internos, permite observar a angústia sentida pela cooperativa diante de um ambiente de mudanças e a sua dificuldade

em adaptar-se a elas. Em particular, os planos econômicos foram momentos de grande insegurança, e também de expectativa, conforme relato em atas.

Após perder 35% de seu poder aquisitivo no ano de 1989, o segmento produtivo agrícola esperava um início de recuperação em 1990, em razão da presença de um novo governo. Tal, porém foi uma expectativa frustrada. /.../ as medidas econômicas trouxeram prejuízos para a agricultura, pois além do confisco dos ativos financeiros, os preços dos insumos subiram, enquanto o valor da venda dos produtos agrícolas da safra de verão decresceram. /.../ a safra do trigo, que não é mais monopólio do governo sofreu grandes dificuldades na comercialização, ficando evidenciado o desrespeito dos órgãos governamentais para a agricultura. (VALCOOP, ATA 32ª AGO, 02/03/91).

Além do impacto provocado pelos planos econômicos, constata-se ao final dos anos 80 um novo cenário completamente desconhecido pelo meio cooperativista. Segundo BIALOSKORKI NETO (1998, p. 173) esse cenário é composto por *nova situação política e econômica. O processo de abertura comercial do país, a globalização e a posterior crise no nível de emprego. Essas mudanças afetaram diretamente a eficiência das cooperativas.* Internamente a VALCOOP sentiu algumas mudanças que foram transcritas da seguinte forma:

O mundo sofreu transformações radicais, sendo rompidos dogmas predominantes. A sociedade brasileira, por sua vez, também pediu mudanças, as quais timidamente, foram, efetivadas /.../. A economia agrícola teve um de seus piores desempenhos com a elevação dos custos de produção e a conseqüente baixa dos preços dos produtos agrícolas, aliado a falta de recursos financeiros em tempo hábil (VALCOOP, ATA 34ª AGO, 03/03/92).

A leitura de atas indica que, em muitos momentos, foram discutidos os rumos da cooperativa em ter permanecido como comercializadora e o seu fraco poder de auto-sustentação. Os argumentos eram de que precisavam sair do estágio primário e partir para um processo de transformação de produtos agrícolas. Porém, as discussões ocorreram em

momentos em que a ação do Estado nas suas chamadas funções tradicionais de política de preços mínimos e de crédito, já era tímida e nesse, momento, a VALCOOP se encontrava com um endividamento que não permitia assumir mais capital de terceiros ao custo que o mercado estava oferecendo.

4.1.5 - Perfil atual da VALCOOP

Atualmente, a área de atuação dessa cooperativa abrange 9 municípios do norte do Paraná: Assaí, Ibiporã, Jataizinho, Londrina, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, Sertanópolis, São Jerônimo da Serra e Tamarana, com 10 entrepostos de atendimento direto ao produtor. A sede está localizada em Londrina e predominam pequenos e médios produtores, totalizando 5.727 associados e gera 143 empregos diretos. A capacidade nominal de secagem de grãos é de 491 toneladas e a capacidade de armazenagem de grãos é de 127.600 toneladas. Da produção de grãos recebida é efetuado o teste de germinação que, quando apresenta níveis satisfatórios, é destinado para sementes, no ano de 1998 foram produzidas 33.701, sacas de sementes de trigo, 20.596 sacas de soja, ambos os produtos das mais diversas variedades.

Em face aos resultados negativos apresentados nos exercícios de 1994, 1995, 1996, 1997 e 1998, a Cooperativa, através na 42ª AGO, de 30.03.1999, discutiu sobre a solicitação, junto ao RECCOP, de recursos para quitação de dívidas com o sistema financeiro, pagamento de tributos e capital de giro. Para candidatar-se a esse recurso a cooperativa elaborou Plano de Desenvolvimento, composto por: projeto de reestruturação, com demonstração da viabilidade técnica e econômico-financeira; b) projeto de capitalização; c) projeto de profissionalização da gestão cooperativa; d) projeto de

organização e profissionalização dos cooperados; e) projeto de monitoramento do plano de desenvolvimento da cooperativa; f) projeto de investimentos. Como parte do cumprimento de algumas metas para se candidatar ao benefício constava a incorporação da - Cooperativa Agrária dos Cotonicultores de Jataizinho Ltda. (CACOJAL), o que ocorreu em AGO de 07.08.99, oportunidade em que o ativo e passivo foram transferidos para a VALCOOP. Através dessa incorporação, renegociou-se e reduziu-se o seu endividamento, via transferência de parte dos imóveis como pagamento de dívidas a agentes financeiros. Com essa incorporação os cooperados irão continuar a receber atendimento, pois nas instalações da CACOJAL passou a funcionar um entreposto da VALCOOP, com incremento nas atividades comerciais. Além da incorporação da CACOJAL, a VALCOOP, também, promoveu alterações em seu Estatuto Social, visando atender a solicitação de ajuda junto ao Programa RECOOP. Dentre as alterações, constata-se a autorização que a cooperativa concede ao livre acesso de técnicos do Governo Federal.

*A Cooperativa contratará auditoria externa, participará do processo autogestionário pelo Sistema OCB, bem como permitirá o **livre acesso de técnicos designados pelo Governo Federal** para acompanhar, auditar e verificar o cumprimento do que for estabelecido no projeto de habilitação ao RECOOP. (VALCOOP, Estatuto Social, 1999, art. 63), (grifo nosso).*

A alteração do Estatuto Social foi uma das exigências para que a Cooperativa pudesse se candidatar aos benefícios do RECOOP.

4.2 – Capitalização e crescimento da COROL

4.2.1 – Histórico

Em trinta de outubro de 1963 foi fundada por 25 produtores, sendo a maioria cafeicultores a Cooperativa dos Cafeicultores de Rolândia Ltda⁵⁰. O sonho inicial desses cafeicultores era a implantação de uma usina de açúcar⁵¹. Porém, no momento que dariam início ao projeto, o Governo Federal introduziu mudanças nas linhas de crédito, passando a incentivar menos a produção de açúcar e mais o cultivo do café. Dessa forma, dado o apoio oficial do IBC, esse grupo de cafeicultores fundou uma cooperativa de café. O objetivo inicial da cooperativa era beneficiamento, padronização, comercialização e exportação, bem como fornecimento de insumos e assistência técnica aos produtores de café, cultura predominante na região naquela época. O primeiro escritório foi modestamente instalado em uma casa de madeira e, já no primeiro ano de existência, adquiriu duas máquinas de beneficiamento, sendo que uma delas era ambulante e atendia cooperados em suas propriedades.

Com a crise na economia cafeeira e a erradicação dos cafezais na região, a cooperativa buscou a diversificação passando, também, a receber algodão, instalando uma fábrica de beneficiamento, para atender associados e produtores da região⁵². Porém, *em 1972, um incêndio de grandes proporções no armazém destrói 7 mil fardos de algodão e muda os rumos da história*. COROL (1998, s.p.). A partir daí, a cooperativa passou a receber outros

⁵⁰ O primeiro Presidente da COROL foi o Sr. Ciro Bolivar, tendo permanecido no cargo durante 11 anos.

⁵¹ O sonho de implantação da usina de açúcar só foi concretizado na década de 90, com a criação junto a destilaria de álcool da COROL, aquela que no projeto embrionário, na década de 60, foi denominada de Usina Terra Roxa.

⁵² A partir dos anos 70 constata-se a presença de profissionais específicos, voltados para a assistência agrônômica e veterinária.

produtos agrícolas e, para atender adequadamente os produtores, ampliou a mão de obra especializada bem como iniciou a aquisição de máquinas para a patrulha mecanizada⁵³, montou uma oficina mecânica, criou viveiros de mudas de árvores frutíferas, portanto empreendendo profundas transformações.

A forte geada ocorrida em 1975 contribuiu para agravar ainda mais situação dos cafezais, e a cooperativa construiu o seu primeiro silo graneleiro, buscando ampliar os locais de recebimento da soja, produto que passou a se sobressair no Paraná. Em 1978, inauguraram-se os dois primeiros entrepostos em Sabáudia e Jaguapitã. Até o final dos anos 70, além da soja, intensificou-se a diversificação, recebendo, também, milho e trigo.

Em 1980, a COROL se diversificou e construiu a destilaria de álcool, criou também a cooperativa de crédito (CREDICOROL), que entrou em atividade no ano seguinte; a central de transportes (TRANSCOROL); e fundou o seu primeiro supermercado. Continuou expandindo sua capacidade de recebimento e secagem de grãos, ampliando o graneleiro, e instalou o secador da Fábrica de ração. Dada a expansão da cultura do algodão, foi instalada uma nova unidade de beneficiamento desse produto, bem como uma unidade de beneficiamento de arroz.

Em 1983 a destilaria da cooperativa já produzia mais de 20 mil litros de álcool dos tipos anidro e hidratado. Visando o escoamento dessa produção, nesse mesmo ano foram instalados junto aos entrepostos bombas para o fornecimento de combustíveis. Dentre as metas alcançadas pela cooperativa naquele ano, destaca-se o aumento da capacidade de

⁵³ Atualmente, a patrulha mecanizada é formada por um conjunto de máquinas composto por pás –carregadeira, moto niveladora, tratores, carregadeiras de cana, empilhadeiras, colhedores de cana e caminhão muncck.

recebimento através da instalação de silos, a montagem de secadores, sede própria para os entrepostos de Jaguapitã e Pitangueiras e, ainda, a inauguração, em 30 de outubro de 1983, da Fábrica de ração animal, com produção de 27 tipos de diferentes rações. No ano seguinte, a cooperativa continuou se expandindo e construiu silos verticais nos entrepostos de Cambé, Jaguapitã, Sabaudia. Além da comercialização do álcool, os postos foram ampliados e passaram a comercializar gasolina e diesel. Adquiriu ainda, em conjunto com outras cooperativas, um complexo industrial de leite. Além de toda reestruturação física a cooperativa passou por um processo de reestruturação organizacional.

Até o fim da década de 80, a cooperativa continuou ampliando sua capacidade de recebimento e secagem de grãos, bem como instalou supermercados nos entrepostos de Arapongas, Sabaudia, Jaguapitã e Cambé. No ano de 1985, implantou uma fábrica de farinha de mandioca, além de produção, empacotamento e distribuição de canjica e fubá.

Conforme os relatórios de atividade da cooperativa é possível observar toda a estrutura que foi montada visando o recebimento e armazenagem dos produtos *in natura*. Todavia, além das atividades normais de uma cooperativa comercializadora de grãos, que buscou constantemente ampliar o seu potencial nessa área, a COROL inovou verticalizando suas atividades durante toda a década de 80 e, a cada ano, agregou diversas agroindústrias.⁵⁴

No ano de 1990 foram implantados os pomares de citrus. O projeto havia sido elaborado em 1988, visando à instalação de uma fábrica de sucos de laranja. Para a implantação dessa indústria é necessário que os pomares estejam produzindo 4 milhões de

⁵⁴ Destaca-se a racionalidade da cooperativa ao utilizar fontes de energia alternativa como, por exemplo, a substituição de lenha por bagaço de cana.

caixas de 40,8 Kg de laranjas, o que está previsto para o ano 2002. A indústria atuará em três segmentos: suco pronto para beber, suco concentrado para exportação e, ainda, a comercialização da laranja *in natura*. Atualmente, toda a produção de laranjas é recebida, empacotada e comercializada pela cooperativa.

Ainda no ano de 1990 a COROL, em conjunto com oito cooperativas do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, fundou uma Companhia exportadora e importadora, denominada atualmente de Exportação e Importação das Cooperativas Brasileira (EXIMCOOP S/A) com sede em SP, que opera no complexo soja.

4.2.2 - Evolução do ativo imobilizado

O imobilizado técnico, financeiro e total da COROL, está apresentado na Tabela 4.9, que demonstra a variação anual no período compreendido entre 1970 a 1998. A cooperativa permaneceu como receptora e comercializadora de grãos até 1979, o que refletiu num crescimento médio de 8,6% ao ano, com aumentos expressivos de 32,45% em 1971 e 8,85% em 1978, que podem ser explicados por ampliações de instalações administrativa e recebimento, departamento técnico e construção de graneleiro, ampliações típicas desse tipo de atividade. Após 1979, constata-se muitas transformações, pois a cooperativa começa a se direcionar para a instalação de agroindústrias, sendo o primeiro projeto, conforme Ata de AGE de 9/9//79, a implantação da destilaria de álcool, cujo objetivo foi o de buscar a diversificação e possibilidade de agregação de valores. A implantação da destilaria e instalações de silos verticais refletiram no imobilizado com aumento de 70,19% em 1980 e 185,28% em 1981, respectivamente.

A partir do ano de 1982, são agregados de forma lenta, mas contínua, equipamentos e instalações, que vão se refletindo no imobilizado com aumentos discretos, considerando-se as depreciações. Para se ter uma visão desse processo de implantação de novas atividades e incremento, observa-se que, em 1986, foi implantada a usina de beneficiamento de algodão; em 1988, a fábrica de ração e sais minerais; em 1989, a torrefadora de café. Dessa forma, pode-se constatar a cautela e o planejamento adotado para a entrada em atividade de cada nova unidade produtiva. Cabe destaque a implantação junto à destilaria de álcool, da usina de açúcar em 1991, bem como implantação de novas instalações do supermercado e aquisições de novos terrenos, refletindo no imobilizado com um aumento de 35,74% naquele ano. Em 1994, foi implantada a fecularia de mandioca e está sendo montado um projeto para a fabricação de amidos modificados junto à mesma.

O imobilizado financeiro se traduz em pequenas participações em outras cooperativas, inexistindo em alguns exercícios. Ao final do ano de 1994 passa a representar mais de 6% do total, refletindo, principalmente, as participações de 20,96% na EXIMCOOP, 20,68%, na CENTRALNORTE e 6,53% na COCEAL.⁵⁵

⁵⁵ CENTRALNORTE - Cooperativa Central do Norte e COCEAL – Cooperativa Central de Algodão.

TABELA 4.9 – Imobilizado técnico, financeiro e total real, variação percentual no total e anual, COROL, 1970/98.

(Em R\$)*

<i>ANO</i>	<i>IMOBILIZADO TÉCNICO</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>IMOBILIZADO FINANCEIRO</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>IMOBILIZADO TOTAL</i>	<i>Δ % NAUAL</i>
1970	1.091.860,60	99,94	749,95	0,06	1.092.610,55	0,0
1971	1.447.143,20	100	0,0	0,0	1.447.143,20	32,45
1972	**	**	**	**	**	-
1973	**	**	**	**	**	-
1974	**	**	**	**	**	-
1975	7.308.677,50	99,00	73.623,41	1,00	7.382.300,91	-
1976	7.035.439,42	99,05	67.909,00	0,95	7.103.348,42	(3,78)
1977	6.917.887,67	97,33	189.743,95	2,67	7.107.631,62	0,06
1978	7.472.273,05	96,58	264.235,23	3,42	7.736.508,28	8,85
1979	6.935.840,11	92,53	559.593,79	7,47	7.495.433,90	(3,12)
1980	12.756.264,08	100	**	**	12.756.264,08	70,19
1981	36.390.935,19	100	**	**	36.390.935,19	185,28
1982	37.892.469,52	100	0,0	0,0	37.892.469,52	4,13
1983	29.780.879,53	97,29	828.664,43	2,71	30.609.543,97	(19,21)
1984	32.560.949,00	95,70	1.464.052,66	4,30	34.025.001,66	11,16
1985	29.486.467,18	93,67	1.990.849,48	6,33	31.477.316,66	(7,49)
1986	32.767.038,69	96,17	1.303.552,61	3,83	34.070.591,30	8,24
1987	35.021.527,03	96,34	1.330.067,10	3,66	36.351.594,13	6,69
1988	33.980.677,11	96,04	1.398.696,19	3,96	35.379.373,30	(2,67)
1989	37.325.338,13	96,39	1.397.530,89	3,61	38.722.869,02	9,45
1990	31.599.696,97	97,88	682.242,30	2,12	32.281.939,27	(16,63)
1991	42.275.617,44	96,47	1.545.705,13	3,53	43.821.322,57	35,74
1992	36.436.568,51	96,52	1.313.694,86	3,48	37.750.263,37	(13,85)
1993	45.073.432,40	96,22	1.771.983,68	3,78	46.845.416,08	24,09
1994	36.829.358,55	97,05	1.118.876,42	2,95	37.948.234,97	(18,99)
1995	38.472.005,66	93,61	2.623.792,15	6,39	41.095.797,81	8,29
1996	32.929.471,86	93,16	2.417.543,06	6,84	35.347.014,92	(13,99)
1997	31.695.914,43	93,31	2.272.283,37	6,69	33.968.197,80	(3,90)
1998	30.240.466,12	92,39	2.489.472,57	7,61	32.729.938,69	(3,64)

Fonte: Dados Brutos - Balanço Patrimonial, 1970-71 e 75/1998, COROL.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

(**) Dados não disponíveis.

4.2.3 - Autocapitalização e endividamento

Após a análise do crescimento da COROL, cabe examinar as fontes dos recursos que financiaram esses investimentos. Conforme já discutido, os recursos para investimentos podem ter origem em capital próprio ou ainda de terceiros.

Para análise do capital próprio, apresenta-se a Tabela 4.10 onde estão demonstrados o capital social integralizado,⁵⁶ reservas e patrimônio líquido no período 1970/1998. A partir dos dados apresentados, observa-se que o capital social integralizado apresenta um crescimento discreto até 1984, quando então aumenta 480%, voltando posteriormente a apresentar comportamento mais equilibrado com aumento de 53%, em média, até o final do período. Cabe ressaltar o enorme esforço da cooperativa nesse item e que pode ser constatado nas atas de AGO, onde está relatado o rigoroso tratamento àqueles que desviaram a produção e o enorme esforço para capitalização das sobras, como fonte de sustentação ao crescimento da sociedade.

Um dos períodos de maior investimento foi, também, o de maior esforço na constituição de reservas que se mantiveram acima de 55% até 1987, momento em que, além de outras estruturas de recebimento da cooperativa, houve um direcionamento para a montagem de estruturas agroindustriais. Posteriormente, as reservas caem, se mantendo acima de 40% até o final do período analisado. Os dados anteriores evidenciaram que uma grande parcela das fontes de financiamento dos investimentos realizados pela COROL teve origem

⁵⁶ O capital social não têm limite quanto ao máximo, porém não podendo ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Para o cooperado o capital social deverá ser proporcional a 1.0% do valor total anual de suas operações com a cooperativa, sendo que sobre a parte integralizada do capital a cooperativa distribui juros de até 6%^{aa} e para efeito de aumento de capital serão retidos do líquido da produção, 1%. COROL, Estatuto Social, (1998).

em seus recursos internos, via capital social integralizado pelos associados e fundos de reserva.

TABELA 4.10 – Patrimônio líquido, capital social integralizado e reservas, variação percentual no total e variação anual, COROL, 1970/98.

(Em R\$)*

<i>ANO</i>	<i>CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>RESERVAS</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>	<i>Δ% ANUAL</i>
1970	603.583,76	94,23	36.973,48	5,77	640.557,24	0,0
1971	836.045,66	67,32	405.750,82	32,68	1.241.796,48	93,86
1972	**	**	**	**	**	-
1973	**	**	**	**	**	-
1974	**	**	**	**	**	-
1975	836.213,33	36,02	1.485.711,89	63,98	2.321.925,23	-
1976	1.387.280,12	45,24	1.678.246,28	54,76	3.065.526,40	32,02
1977	1.681.251,82	42,19	2.302.989,47	57,80	3.984.241,29	29,96
1978	1.818.355,07	30,17	4.209.570,69	69,83	6.027.925,76	51,29
1979	1.762.770,47	23,66	5.686.785,33	76,34	7.449.555,80	23,58
1980	3.582.450,55	37,33	6.014.607,98	62,67	9.597.058,53	28,83
1981	3.782.522,49	18,00	17.235.950,68	82,00	21.018.473,17	119,00
1982	2.856.115,83	9,03	28.745.664,13	90,97	31.601.779,96	50,35
1983	1.556.044,90	3,65	41.094.010,22	96,35	42.650.055,12	34,96
1984	2.330.066,70	5,21	42.352.771,04	94,79	44.682.837,74	4,77
1985	13.530.650,40	31,37	29.596.450,88	68,63	43.127.101,28	(3,48)
1986	18.912.077,68	37,03	32.159.444,19	62,97	51.071.521,87	18,42
1987	20.248.582,28	44,21	25.556.904,44	55,79	45.805.486,72	(10,31)
1988	21.927.119,05	53,49	19.065.801,00	46,51	40.992.920,05	(10,50)
1989	23.390.689,83	55,36	18.860.842,56	44,64	42.251.532,39	3,07
1990	11.746.691,16	61,05	7.496.257,02	38,95	19.242.948,18	(54,45)
1991	24.549.566,47	54,22	20.731.880,96	45,78	45.281.447,43	135,31
1992	20.491.516,44	53,58	17.757.301,12	46,42	38.248.818,56	(1,53)
1993	24.441.013,50	49,27	25.168.280,39	50,73	49.609.293,89	29,70
1994	16.105.170,31	50,85	15.566.840,55	49,15	31.672.010,86	(36,16)
1995	16.508.817,20	47,60	18.175.279,42	52,40	34.684.096,62	9,51
1996	21.437.069,29	56,44	16.543.502,45	43,56	37.980.571,74	9,50
1997	20.406.372,26	57,81	14.894.345,97	42,19	35.300.718,23	(7,05)
1998	20.719.068,90	58,81	14.511.390,20	41,19	35.230.459,10	(0,20)

Fonte: Dados Brutos - Balanço Patrimonial, 1970-71 - 75/1998, COROL.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

** Dados não disponíveis.

Para complementar essa análise, a Tabela 4.11 apresenta a evolução do exigível circulante, longo prazo e total da COROL, bem como a variação anual no período de

1970 a 1998. Salta aos olhos o aumento do endividamento, principalmente no período de 1978 a 1981. Uma análise mais atenta juntamente com a leitura de atas de AGE indica investimentos em estrutura de recebimento, secagem, limpeza e armazenamento, instalação de entrepostos, dentre outros de menores proporções. Porém, quando a cooperativa inicia atividades agroindustriais, o endividamento cresce de maneira significativa como se verifica, principalmente, nos anos de 1979, com aumentos de 86,37%, e 1980 com 105,94%. A leitura da ata de AGE de 9/9/79, indica nesse período, a implantação da destilaria de álcool, cujas instalações foram financiadas da seguinte forma: 80% pelo PROALCOOL e 20% por cotas partes dos associados, financiadas pelo Banco do Brasil. De fato, observa-se um aumento de 103,23% no capital social integralizado no ano de 1980.

Registra-se quedas no endividamento a partir de 1982 até 1984, voltando a crescer em 1985 e, de forma expressiva, em 1986, exibindo um aumento de 130,79% nesse ano. Esse aumento reflete os investimentos realizados para a implantação da usina de beneficiamento de algodão. Posteriormente, constata-se aumentos de 88,96%, em 1989 referente, principalmente, a implantação da torrefadora de café.

O trabalho menciona apenas os investimentos mais relevantes. Porém, cabe lembrar a importância dos investimentos que, normalmente, são realizados para melhoria e manutenção da estrutura comercial e agroindustrial que, ao longo do período vão sendo adaptadas para viabilizar o melhor atendimento às atividades comerciais e industriais. Esses investimentos, muito embora em menores proporções, refletem no imobilizado, mas não foram analisados destacadamente.

Um dos períodos de maior crescimento foi, também, o de maior endividamento, 1975 a 1982, em que se constatou a significativa participação de capital de terceiros. Como já se observou, a cooperativa agregou novas unidades no período 1970 a 1994 e a cada nova unidade que vai sendo implantada constata-se o aumento do capital de terceiros, revelando a sua importância.

O grau de endividamento, circulante, longo prazo e total no período 1970 a 1998 estão apresentados na Tabela 4.12. Esse indicador demonstra o coeficiente do capital de terceiros em relação ao capital próprio, evidenciando o endividamento nos anos de 1970 e 1971, pois para cada R\$ 1,00 de capital próprio a cooperativa possui R\$ 7,70 e R\$ 16,51 de capital de terceiros, respectivamente. A tendência ao endividamento elevado se mantém até o ano de 1981 e, a partir daí, vai caindo até 1989, quando começa a elevar-se gradativamente até o ano de 1998, atingindo o maior grau, nos últimos anos, ou seja 2,02, sendo que esse endividamento dos últimos anos está concentrado, em maiores proporções, no circulante. O comportamento apresentado ao longo do período evidencia que a cooperativa cresceu alicerçada com recursos de terceiros, adquirindo, principalmente, após 82, certa capacidade de autocalcapitalização que lhe conferiu estabilidade. A partir de 1992, o capital de terceiros passou a ter peso maior na composição patrimonial da cooperativa.

TABELA 4.11 – Exigível circulante, longo prazo e total, percentual no total e variação anual, COROL, 1970/98.

(Em R\$)*

<i>ANO</i>	<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>EXIGÍVEL TOTAL</i>	<i>Δ % ANUAL</i>
1970	0.0	0,0	4.929.905,89	100	4.929.905,89	0,0
1971	0.0	0,0	20.506.419,78	100	20.506.419,78	315,95
1972	**	**	**	**	**	-
1973	**	**	**	**	**	-
1974	**	**	**	**	**	-
1975	1.820.583,47	16,87	8.968.227,40	83,13	10.788.810,87	-
1976	2.819.227,38	28,61	7.033.214,07	71,39	9.852.441,45	(8,67)
1977	3.072.447,83	36,59	5.324.793,23	63,41	8.397.241,06	(14,77)
1978	13.489.856,25	86,20	2.160.098,20	13,80	15.649.954,45	86,37
1979	15.372.555,99	47,69	16.857.860,93	52,31	32.230.416,92	105,94
1980	24.907.931,39	69,12	11.128.867,94	30,88	36.036.799,33	11,81
1981	30.921.488,81	59,09	21.405.013,16	40,90	52.326.501,96	45,20
1982	19.993.591,60	56,85	15.173.288,22	43,15	35.166.879,82	(32,79)
1983	18.165.175,75	72,21	6.991.809,96	27,79	25.156.985,71	(28,46)
1984	19.255.090,88	83,57	3.784.569,60	16,42	23.039.660,48	(8,41)
1985	15.607.802,40	91,31	1.485.224,35	8,69	17.093.026,79	25,81
1986	36.974.946,18	93,73	2.474.712,60	6,27	39.449.658,78	13,79
1987	32.476.857,57	89,62	3.763.004,76	10,38	36.239.862,33	(8,14)
1988	14.557.058,89	80,71	3.479.520,58	19,29	18.036.579,47	(50,23)
1989	29.597.771,41	86,84	4.484.915,66	13,16	34.082.687,07	88,96
1990	39.208.472,79	90,77	3.988.401,98	9,23	43.196.874,77	26,74
1991	35.395.653,00	90,75	3.605.481,02	9,25	39.001.134,02	(9,71)
1992	40.404.222,52	97,51	1.033.238,56	2,49	41.437.461,08	6,25
1993	57.471.024,51	83,71	11.185.631,44	16,29	68.656.655,95	65,69
1994	39.934.433,50	85,86	6.578.592,21	14,14	46.513.025,71	(32,25)
1995	43.008.763,22	74,54	14.686.661,66	25,45	57.695.424,88	24,04
1996	40.970.375,70	80,70	9.799.453,98	19,30	50.769.829,68	(12,00)
1997	55.391.240,51	84,84	9.894.979,28	15,16	65.286.219,79	28,59
1998	63.958.418,84	89,64	7.390.095,48	10,36	71.348.514,32	9,29

Fonte: Dados brutos – Balanço Patrimonial, 1970-71 - 75/1998, COROL.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

(**) Dados não disponíveis.

TABELA 4.12 - Grau de endividamento, circulante, longo prazo e total, COROL, 1970/98.

(Em R\$)*

ANO	PASSIVO CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	EXIGÍVEL TOTAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	GRAU DE ENDIVIDAMENTO		
					Circ. (A/D)	L.P. (B/D)	Total (C/D)
	(A)	(B)	(C = A+B)	(D)			
1970	0,0	4.929.905,89	4.929.905,89	640.557,24	0,0	7,70	7,70
1971	0,0	20.506.419,78	20.506.419,78	1.241.796,48	0,0	16,51	16,51
1972	**	**	**	**	-	-	-
1973	**	**	**	**	-	-	-
1974	**	**	**	**	-	-	-
1975	1.820.583,47	8.968.227,40	10.788.810,87	2.321.925,23	0,78	3,86	4,64
1976	2.819.227,38	7.033.214,07	9.852.441,45	3.065.526,40	0,91	2,29	3,21
1977	3.072.447,83	5.324.793,23	8.397.241,06	3.984.241,29	0,77	1,34	2,11
1978	13.489.856,25	2.160.098,20	15.649.954,45	6.027.925,76	2,24	0,36	2,60
1979	15.372.555,99	16.857.860,93	32.230.416,92	7.449.555,80	2,06	2,26	4,32
1980	24.907.931,39	11.128.867,94	36.036.799,33	9.597.058,53	2,59	1,16	3,75
1981	30.921.488,81	21.405.013,16	52.326.501,96	21.018.473,17	1,47	1,02	2,49
1982	19.993.591,60	15.173.288,22	35.166.879,82	31.601.779,90	0,63	0,48	1,11
1983	18.165.175,75	6.991.809,96	25.156.985,71	42.650.055,12	0,42	0,17	0,59
1984	19.255.090,88	3.784.569,60	23.039.660,48	44.682.837,74	0,43	0,08	0,51
1985	15.607.802,40	1.485.224,35	17.093.026,79	43.127.101,28	0,36	0,03	0,39
1986	36.974.946,18	2.474.712,60	39.449.658,78	51.071.521,87	0,72	0,05	0,77
1987	32.476.857,57	3.763.004,76	36.239.862,33	45.805.486,72	0,71	0,08	0,79
1988	14.557.058,89	3.479.520,58	18.036.579,47	40.992.920,05	0,35	0,08	0,43
1989	29.597.771,41	4.484.915,66	34.082.687,07	42.251.532,39	0,70	0,11	0,81
1990	39.208.472,79	3.988.401,98	43.196.874,77	19.242.948,18	2,04	0,21	2,25
1991	35.395.653,00	3.605.481,02	39.001.134,02	45.281.447,43	0,78	0,08	0,86
1992	40.404.222,52	1.033.238,56	41.437.461,08	38.248.817,56	1,06	0,03	1,09
1993	57.471.024,51	11.185.631,44	68.656.655,95	49.609.293,89	1,16	0,22	1,38
1994	39.934.433,50	6.578.592,21	46.513.025,71	31.672.010,86	1,26	0,21	1,47
1995	43.008.763,22	14.686.661,66	57.695.424,88	34.684.096,62	1,24	0,42	1,10
1996	40.970.375,70	9.799.453,98	50.769.829,68	37.980.571,74	1,08	0,02	1,34
1997	55.391.240,51	9.894.979,28	65.286.219,79	35.300.718,23	1,57	0,28	1,85
1998	63.958.418,84	7.390.095,48	71.348.514,32	35.230.459,10	1,81	0,21	2,02

Fonte: Dados brutos – Balanço Patrimonial, 1970-71 - 75/1998, COROL.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

(**) Dados não disponíveis.

Torna-se muito importante buscar respostas para identificar quais produtos ao longo do período estudado foram os mais expressivos na composição da receita total e, também, quais foram os que mais contribuíram na composição da receita operacional líquida.

4.2.4 - A geração de sobras operacionais

A Tabela 4.13 apresenta a participação percentual de produtos agrícolas selecionados no período 1970 a 1998, na receita total. Cabe ressaltar os muitos produtos que normalmente são recebidos pela cooperativa, que embora não representem grandes participações relativas, exercem um papel social à medida em que conferem ao associado o escoamento e comercialização dos mesmos. O trabalho destaca somente os produtos agrícolas, industrializados e serviços que, ao longo do período, tiveram maiores proporções. Salienta, também, alguns produtos industrializados de menores proporções por eles estarem vinculados a projetos de expansão futura. Os serviços em destaque são aqueles que alicerçam outros setores e que possibilitam a visualização da dimensão da cooperativa.

Conforme já relatado, dada a ocorrência de um incêndio no armazém, o algodão deixou de ser recebido até o ano de 1982, sendo que em 1983 esse produto apresenta uma pequena participação que posteriormente, foi crescendo até alcançar a sua maior expressão em 1992, com participação relativa de 13,43% e, a partir daí, começou a decrescer até chegar a representações inexpressivas de 0,14% em 1997 e 0,31% em 1998. O café perdeu importância relativa, apresentando, em média, 9,6% até 1990 e a partir daí 5,53%. Cabe lembrar que esse produto deu origem à implantação da cooperativa e sua participação relativa inexpressiva nos anos 1970 e 1971 está estreitamente ligada à dificuldade de comercialização naqueles anos, portanto, perdendo em percentual relativo para o algodão. A soja apresentou uma participação relativa de grande expressividade durante o período 75-93, com 15% da receita total em média e, a partir daí, com mais de 20%, alcançando a maior expressão em 1997 28,63%. O trigo, durante o período 85 a 90, participou da receita total bruta com 18%, em média, tendo representatividade ao longo do período sempre superior a

6%, sendo que sua maior expressividade ocorreu em 1977, 27,65% de participação relativa na receita total. O milho apresentou-se instável, revelando as maiores oscilações, com participação média de 7,4%. Na composição da receita total, os produtos agrícolas apresentaram-se estáveis, com cerca de 50%, em média, de 1975 a 1998. Porém, na composição da receita total da COROL, fizeram parte também os produtos industrializados e os serviços, que serão demonstrados a seguir.

TABELA 4.13 - Participação relativa das receitas operacionais de produtos agrícolas selecionados na receita total bruta, COROL, 1970/98.

							(em %)	
ANO	SOJA	TRIGO	MILHO	CAFÉ	ALGODÃO	TOTAL AGRÍCOLA	OUTROS ⁽¹⁾	
1970	-	-	-	4	96	100	-	
1971	-	-	-	4	96	100	-	
1972	-	-	-	*	*	*	-	
1973	-	-	-	*	*	*	-	
1974	-	-	-	*	*	*	-	
1975	14,41	8,64	-	17,33	-	40,38	59,62	
1976	19,14	23,63	0,97	13,33	-	57,07	42,93	
1977	8,90	27,65	1,10	4,28	-	41,93	58,07	
1978	4,90	10,51	2,39	7,37	-	25,17	74,83	
1979	*	*	*	*	-	*	-	
1980	23,35	13,50	11,65	7,42	-	55,92	43,97	
1981	24,87	8,80	7,20	11,76	-	52,63	42,02	
1982	17,52	8,20	12,75	16,33	-	54,80	33,82	
1983	17,33	10,53	11,37	5,91	0,46	45,60	32,30	
1984	21,72	6,39	5,80	14,46	1,17	49,54	28,40	
1985	14,94	20,93	10,47	10,08	0,54	56,96	22,84	
1986	11,52	21,76	5,39	4,80	5,89	49,36	30,92	
1987	10,06	19,66	9,91	6,91	8,04	54,58	28,71	
1988	12,83	20,59	6,63	9,24	7,88	57,17	25,38	
1989	10,55	19,38	4,41	5,58	8,52	48,44	30,46	
1990	13,85	8,18	4,98	3,61	8,88	39,50	39,27	
1991	16,29	10,00	6,84	9,63	7,27	50,03	27,22	
1992	11,13	8,86	9,59	3,53	13,43	46,54	18,72	
1993	17,78	16,53	6,06	7,13	1,56	49,06	17,58	
1994	21,41	7,95	7,06	4,52	2,91	43,85	23,25	
1995	25,26	8,63	7,93	5,12	5,20	52,14	17,15	
1996	25,40	6,49	10,06	3,60	2,37	47,92	19,42	
1997	28,63	6,74	9,29	6,82	0,14	51,62	17,69	
1998	26,48	12,43	11,95	3,90	0,31	55,07	19,88	

Fonte: Dados brutos – Demonstrativo do Resultado do Exercício, 1970-71 - 75/1998, COROL.

(1) Arroz, leite, insumos, sementes, Departamento Técnico e Veterinário, além de produtos não discriminados. Exclui o total da agroindústria e serviços.

(*) Dados não disponíveis.

A Tabela 4.14 apresenta a participação relativa de produtos agroindustrializados e serviços selecionados no período de 1983 a 1998. A agroindústria iniciou com participação tímida de 0,11% em 1980, representada pela destilaria, que cresceu gradativamente, atingindo a maior expressividade em 1994, 32,95%. No período de 83 a 1997, a destilaria⁵⁷ representou, em média, participação relativa de 15%. A participação fábrica de rações e concentrados, apesar de manter a média de 2,48%, considerada inexpressiva, foi estável ao longo do período. O posto de abastecimento iniciou em 1985 com participação inferior a 1% e foi crescendo até alcançar a sua maior participação em 1998, 3,09%. O supermercado também foi um setor que apresentou aumentos gradativos ao longo do período, com mais de 5% da receita total, em 1994, atingindo em 1998, 6,18%. A torrefadora de café representou, em média, 4,3% na receita total no período de 1992 a 1998. Apesar de participação relativamente inexpressiva, a fecularia de mandioca foi incluída por ser alvo de projetos de ampliações futuras.

A participação dos produtos agrícolas, agroindustrializados e serviços revela a sua importância na composição relativa da receita total, mas não revela a capacidade na geração de sobras para a cooperativa, que é, de fato, o que interessa nesta parte da análise, ou seja, buscar, dentre as atividades da cooperativa, quais foram as que propiciaram a geração de excedentes e o "quantum" desses excedentes. As sobras ou resultados operacionais de uma cooperativa são os excedentes oriundos de suas atividades comerciais, industriais ou ainda de prestação de serviços. Os excedentes devem ser entendidos como a diferença entre as receitas operacionais e as despesas operacionais nos vários setores da cooperativa.

Buscando portanto, evidenciar as origens das sobras e o seu "quantum" apresenta-se as Tabelas 4.15a, 4.15b e 4.15c, que demonstram, respectivamente, a evolução

⁵⁷ A partir de 1992, foi instalada junto à destilaria a fábrica de açúcar.

das sobras operacionais líquida por produtos agrícolas selecionados, produtos agroindustrializados e serviços, no período de 1983 a 1998.

Os dados apresentados evidenciaram a importância das atividades agroindustriais na geração de sobras pois, a partir de 1983, as sobras oriundas desse setor passam a representar, em média, 56% da sobra operacional total, sendo que o principal setor responsável pela sua geração foi a destilaria, com 46%, em média, das sobras operacionais líquidas de 1983 a 1997. Quanto as sobras líquidas oriundas de produtos agrícolas constata-se que oscilaram muito e perderam valor relativo após a implantação da agroindústria, destacando-se a soja, trigo e algodão como os principais responsáveis por sua geração. É relevante, também, a participação do algodão no período de 1987 a 1990.

A análise comparativa entre a participação relativa na receita total bruta e a sobra operacional líquida indica que os produtos agrícolas participaram com volume maior, mas contribuíram com menor parcela na receita operacional líquida. Comportamento oposto a este foi verificado para os produtos agroindustrializados e serviços que mostraram menor participação relativa na receita total bruta e maior poder na geração de sobras operacionais líquidas.

TABELA 4.14 – Participação relativa das receitas operacionais brutas de serviços e produtos agroindustrializados selecionados, COROL, 1980/98.

(em %)

<i>ANO</i>	<i>Destilaria</i>	<i>Transportes Patrulha Mecanizada</i>	<i>Rações e Concentrados</i>	<i>Posto De Abastecimento</i>	<i>Supermercado</i>	<i>Torrefadora de Café</i>	<i>Fecularia de Mandioca</i>	<i>Total da Agroindústria</i>
1980	0,11	-	-	-	-	-	-	0,11
1981	3,35	-	-	-	-	-	-	3,35
1982	11,38	-	-	-	-	-	-	11,38
1983	20,83	1,27	-	-	-	-	-	22,10
1984	18,75	0,54	2,77	-	-	-	-	22,06
1985	13,47	1,68	2,63	0,59	1,83	-	-	20,20
1986	13,21	1,49	2,79	0,57	1,66	-	-	19,72
1987	11,38	1,76	1,37	0,51	1,69	-	-	16,71
1988	10,77	1,25	1,74	0,35	3,34	-	-	17,45
1989	13,87	1,14	1,31	0,36	4,42	-	-	21,10
1990	11,76	1,74	2,68	0,76	4,29	*	-	21,23
1991	13,94	1,99	2,19	0,93	3,70	**	-	22,75
1992 ⁽¹⁾	23,47	2,56	1,87	0,65	3,24	2,95	-	34,74
1993	22,72	2,24	1,89	0,65	2,62	3,24	-	33,36
1994	13,63	3,76	2,21	0,71	5,59	6,68	0,32	32,90
1995	11,57	2,60	2,66	1,55	5,44	5,73	1,06	30,61
1996	16,86	1,57	2,12	1,92	5,41	3,58	1,20	32,66
1997	14,08	1,51	1,97	2,72	5,86	4,02	0,53	30,69
1998	8,34	1,29	1,68	3,09	6,18	3,93	0,54	25,05

Fonte: Dados Brutos - Demonstrativo do Resultado do Exercício, 1980/1998, COROL.

(*) Percentual não representativo.

(**) Prejuízo.

(1) A partir de 1992, Usina de açúcar e álcool.

TABELA 4.15a - Sobras operacionais líquidas por produtos agrícolas selecionados, participação percentual na sobra operacional do exercício, COROL, 1983/98.

(Em R\$)*

<i>ANO</i>	<i>SOJA</i>	<i>%</i>	<i>TRIGO</i>	<i>%</i>	<i>CAFÉ</i>	<i>%</i>	<i>MILHO</i>	<i>%</i>	<i>ALGODÃO</i>	<i>%</i>	<i>% TOTAL DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS</i>
1983	596.909,26	8,30	65.795,32	0,91	20.088,75	0,27	421.551,29	5,86	75.977,57	1,06	16,40
1984	81.800,90	1,98	8.087,50	0,19	26.326,59	0,63	36.885,38	0,89	1.783,12	0,04	3,73
1985	53.894,78	1,11	79.280,71	1,63	43.595,86	0,90	169.485,42	3,49	878,81	0,01	7,14
1986	103.588,26	1,71	430.294,48	7,12	13.057,11	0,21	283.545,30	4,71	776.253,65	12,86	26,61
1987	496.454,41	7,38	95.465,01	1,42	102.298,09	1,52	608.417,37	9,04	1.193.301,65	17,74	37,10
1988	69.870,29	1,89	17.421,18	0,47	130.392,05	3,53	124.333,15	3,36	1.062.066,42	28,73	37,98
1989	21.516,50	0,81	59.567,59	2,26	92.119,46	3,49	160.526,25	6,08	644.220,75	24,41	37,05
1990	52.400,96	26,81	129.635,62	66,33	19.301,05	9,87	17.636,91	9,02	94.601,88	48,40	160,43
1991	14.401,25	12,14	90.295,02	76,13	13.934,88	11,79	3.068,30	2,59	12.399,94	10,45	113,11
1992	42.928,27	3,35	243.158,01	18,97	38.800,15	3,03	151.539,85	11,82	329.865,76	25,73	62,90
1993	292.404,26	15,56	585.085,75	31,14	62.023,83	3,30	170.095,12	9,05	24.428,92	1,30	60,35
1994	23.379,00	4,91	52.582,81	11,05	26.151,55	5,49	83.463,35	17,54	62.191,62	13,07	52,06
1995	62.341,11	13,16	30.694,74	6,48	67.146,56	14,18	34.369,56	7,26	62.404,86	13,18	54,26
1996	15.693,48	5,24	32.893,28	10,97	14.948,32	4,99	9.690,97	3,23	(120.010,04)	**	(15,61)
1997	56.388,02	**	32.556,14	**	21.903,70	**	38.814,21	**	(43.712,20)	**	27,34
1998	240.285,38	**	134.135,99	**	44.103,01	**	144.162,92	**	(31.946,08)	**	1.483,38

Fonte: Dados Brutos Demonstrativo do Resultado do Exercício, 1983/1998, COROL.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

(**) Resultado operacional negativo.

TABELA 4.15b – Sobras operacionais líquidas por produtos agroindustrializados e serviços prestados selecionados, COROL, 1983/98.

(Em R\$*

ANO	Destilaria	%	Transportes Patrulha Mecanizada	%	Fábrica de Rações e Sais Minerais	%	Posto de Abastecimento	%	Supermercado	%
1983	1.944.696,19	27,03	42.015,68	0,58	8.688,87	0,12	-	-	-	-
1984	3.507.574,58	84,89	3.663,36	0,09	13.440,41	0,32	-	-	-	-
1985	2.701.386,55	55,68	100.648,52	2,07	8.447,31	0,17	9.784,54	0,20	69.351,38	1,43
1986	1.819.927,36	30,15	27.843,47	0,46	221.629,73	3,67	19.673,93	0,33	67.819,39	1,12
1987	909.860,84	13,53	55.068,18	0,82	3.216,90	0,05	42.058,90	0,63	100.188,67	1,49
1988	1.723.490,96	46,62	142,96	0,01	3.294,87	0,09	4.492,59	0,12	57.752,74	1,56
1989	413.211,47	15,66	3.170,02	0,12	15.012,84	0,57	17.207,86	0,65	109.684,15	4,15
1990	94.134,17	48,16	1.649,64	0,84	15.066,31	7,71	3.662,40	1,87	27.165,57	13,89
1991	58.210,55	49,07	2.165,95	1,83	1.957,68	1,65	1.790,84	1,51	1.878,88	1,58
1992⁽¹⁾	406.063,13	31,68	19.840,10	1,54	8.523,22	0,66	3.779,34	0,29	10.562,01	0,82
1993	554.639,80	29,52	62.488,65	3,32	14.742,26	0,78	6.941,36	0,37	13.501,51	0,72
1994	113.260,30	23,81	70.908,38	14,90	13.681,08	2,87	5.231,72	1,11	5.662,01	1,19
1995	80.409,58	16,98	92.785,08	19,59	38.949,64	8,23	47.853,19	10,11	39.017,97	8,24
1996	313.964,72	104,76	9.753,97	3,26	9.783,24	3,27	24.568,90	8,20	14.544,09	4,85
1997	473.825,65	**	21.369,38	**	10.300,12	**	36.319,22	**	28.952,06	**
1998	(427.061,34)	**	21.635,44	**	33.719,67	**	95.366,81	**	104.364,57	**

Fonte: Dados Brutos - Demonstrativo do Resultado do Exercício, 1983/1998 COROL.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

(1) A partir de 1992, Usina de açúcar e álcool.

TABELA 4.15c - Sobras operacionais líquidas por produtos agroindustrializados e serviços prestados selecionados, COROL, 1983/98.

(Em R\$)*								
ANO	Torrefadora de Café	%	Fecularia de Mandioca	%	% da Agroindústria e Serviços	% dos Produtos Agrícolas	Outros	Sobra Operacional Líquida ⁽¹⁾
1983	-	-	-	-	27,73	16,40	55,87	7.194.180,78
1984	-	-	-	-	85,30	3,73	10,97	4.131.658,57
1985	-	-	-	-	59,55	7,14	33,31	4.851.162,40
1986	-	-	-	-	35,73	26,61	37,66	6.037.016,69
1987	-	-	-	-	16,52	37,10	46,37	6.725.777,52
1988	-	-	-	-	48,40	37,98	13,62	3.696.957,96
1989	276,78	0,01	-	-	21,16	37,05	41,79	2.638.852,30
1990	(112.839,46)	(57,71)	-	-	14,74	160,43	(75,17)	195.442,46
1991	(7.608,01)	(6,41)	-	-	49,23	113,11	(62,74)	118.610,86
1992	29.999,72	2,34	-	-	37,33	62,90	(0,23)	1.281.844,43
1993	56.086,51	2,98	-	-	37,69	60,35	1,96	1.879.090,95
1994	63.315,98	13,31	4.527,96	0,95	58,14	52,08	(10,22)	475.711,87
1995	57.187,22	12,07	5.403,58	1,15	76,37	54,26	(30,63)	473.509,52
1996	5.229,83	1,75	5.443,24	1,83	127,92	(15,61)	(12,31)	299.707,64
1997	13.235,57	**	9.467,80	**	**	**	**	(387.488,40)
1998	72.873,05	**	(293.911,35)	**	**	**	**	(35.778,75)

Fonte: Dados Brutos – Demonstrativo do Resultado do Exercício, 1983/1998, COROL.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – FGV, base novembro de 1999 = 100.

(1) Sobras ou prejuízos oriundos de produtos agrícolas, produtos agroindustrializados e serviços. Exclui correção monetária e ganhos de capital.

As sobras operacionais apresentam-se elevadas no período de 1979 a 1989, com média de R\$ 3.862.617,93, e, a partir daí, decrescem para, posteriormente, apresentar aumentos em 1992 e 1993; e após o ano de 1993, apresentam tendência à queda até se tornarem negativas, conforme mostra a Tabela 4.16 que, também, demonstra as sobras⁵⁸ a disposição da AGO"s de 1975 a 1998. Inicialmente, as sobras colocadas à disposição representam 50% das sobras operacionais. Posteriormente, no período de 1978 a 1982, caem e a partir daí se mantêm até 1987, para depois apresentar muitas oscilações.

⁵⁸ Das sobras verificadas são deduzidas as seguintes taxas: a) 10% para fundo de reserva; b) 15% para fundo de assistência técnica e educacional e social – FATES; c) 10% para fundo de desenvolvimento. COROL, Estatuto Social, (1999).

TABELA 4.16 – Sobras operacionais líquidas e sobras a disposição nas AGO's, COROL, 1975/98.

(Em R\$)*

ANO	<i>Sobras operacionais líquidas⁽¹⁾</i>	<i>Sobras a disposição da AGO⁽²⁾</i>	(B/A x 100)
	(A)	(B)	
1975	380.930,66	190.465,34	50,00
1976	850.060,42	425.030,21	50,00
1977	1.432.846,82	716.423,35	50,00
1978 ⁽³⁾	71.692,94	9.394,92	13,10
1979	1.690.311,67	449.023,61	26,56
1980	3.272.409,40	1.237.980,30	37,83
1981	1.370.794,29	635.806,96	46,38
1982	879.681,17	323.856,73	36,81
1983	7.194.180,78	3.597.090,39	50,00
1984	4.131.658,57	2.065.829,28	50,00
1985	4.851.162,40	2.378.357,76	49,02
1986	6.037.016,69	2.601.043,29	43,08
1987	6.725.777,52	3.340.786,77	49,67
1988	3.696.957,96	1.195.075,86	32,32
1989	2.638.852,30	790.337,56	29,95
1990	195.442,46	123.303,20	63,08
1991 ⁽⁴⁾	118.610,86	651.580,30	549,34
1992	1.281.844,43	808.875,92	63,10
1993	1.879.090,95	1.114.263,12	59,30
1994	475.711,87	436.789,41	91,81
1995	473.509,52	364.600,69	76,99
1996	299.707,64	355.758,63	118,70
1997	(387.488,40)	135.237,57	**
1998	(35.778,75)	134.367,39	**

Fonte: Dados brutos – Demonstrativo do Resultado do Exercício, 1975/1998, COROL.

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro de 1999 = 100.

(**) O resultado operacional do exercício foi negativo.

(1) Exclui ganho de capital e correção monetária.

(2) Sobras geradas durante os exercícios após as deduções legais e estatutárias e que foram colocadas a disposição das AGO's, para decisão de distribuição ou incorporação ao capital social.

(3) O ano de 1978 foi um ano de frustração de safras.

(4) Situação atípica oriunda de legislação ligada a planos de estabilização econômica.

A Tabela 4.17 apresenta a evolução do faturamento bruto e da rentabilidade do capital próprio no período 1970/1998. Observa-se que, a partir dos anos 90, há tendência desfavorável, muito embora a cooperativa tenha apresentado resultados positivos até 1996. Esses resultados foram decrescentes, indicando perda de potencial na geração de excedentes;

por outro lado, nota-se os esforços internos pela busca de resultados via aumento do faturamento bruto que, no início da década de 90, decresceu para, posteriormente, aumentar e, no ano de 1998, apresentar o maior valor real dessa série. A rentabilidade do capital próprio se mantém em cerca de 15% até 1989; decrescendo a partir desse ano, até tornar-se negativa nos anos de 97 e 98.

TABELA 4.17 - Faturamento bruto e rentabilidade do capital próprio, COROL, 1970/98.

(EmR\$)*

<i>ANO</i>	<i>Faturamento bruto</i>	<i>Sobras operacionais líquidas^(*) (A)</i>	<i>Patrimônio líquido^(*) (B)</i>	<i>Rentabilidade do capital próprio (A/B x 100)</i>
1970	**	102.716,90	640.557,24	16,03
1971	**	248.587,23	1.241.796,48	20,02
1972	**	**	**	-
1973	**	**	**	-
1974	**	**	**	-
1975	2.274.418,49	380.930,66	2.321.925,23	16,41
1976	3.121.496,42	850.060,42	3.065.526,40	27,73
1977	4.584.490,28	1.432.846,82	3.984.241,29	35,96
1978	3.692.717,26	71.692,94	6.027.925,76	1,19
1979	4.470.270,89	1.690.311,67	7.449.555,80	22,69
1980	**	3.272.409,40	9.597.058,53	34,09
1981	**	1.370.794,29	21.018.473,17	6,52
1982	13.387.872,29	879.681,17	31.601.779,96	2,78
1983	91.690.150,20	7.194.180,78	42.650.055,12	16,87
1984	109.187.987,50	4.131.658,57	44.682.837,74	9,25
1985	134.415.407,60	4.851.162,40	43.127.101,28	11,25
1986	184.141.499,10	6.037.016,69	51.071.521,87	11,82
1987	136.355.820,50	6.725.777,52	45.805.486,72	14,68
1988	110.708.893,80	3.696.957,96	40.992.920,05	9,02
1989	81.499.827,06	2.638.852,30	42.251.532,39	6,25
1990	83.538.631,60	195.442,46	19.242.948,18	1,01
1991	79.167.105,00	118.610,86	45.281.447,43	0,26
1992	73.865.805,40	1.281.844,43	38.248.817,56	3,35
1993	90.515.339,43	1.879.090,95	49.609.293,89	3,79
1994	88.487.468,55	475.711,87	31.672.010,86	1,50
1995	137.225.270,00	473.509,52	34.684.096,62	1,36
1996	139.325.672,40	299.707,64	37.980.571,74	0,79
1997	188.435.547,70	(387.488,40)	35.300.718,23	(1,09)
1998	210.980.774,50	(35.778,75)	35.230.459,10	(0,10)

Fonte: Dados brutos – Balção Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício, COROL 1970/1998

(*) Os valores reais foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - FGV, base novembro de 1999 = 100.

(**) Dados não disponíveis.

4.2.5 – Perfil atual

Atualmente, a COROL possui 10 entrepostos, nos municípios de Rolândia, Arapongas, Cambé, Sabaúdia, Jaguapitã e Pitangueiras. Sua área de ação é uma das mais diversificadas do Estado, com produção de café, cana-de-açúcar, arroz, feijão, soja, milho, trigo, algodão, mandioca, laranja, abacaxi e horticultura. Possui, ainda, 5 supermercados localizados em Rolândia, Sabaúdia, Cambé, Jaguapitã e Pitangueiras. No setor industrial, ela produz açúcar cristal, álcool hidratado carburante, álcool anidro, rações, sais minerais, café torrado e moído, fécula de mandioca e levedura desidratada, gerando 997 empregos diretos. No segmento industrial destacam-se: 1) **torrefadora de café**: Industrializa o café recebido dos associados. Porém, quando a produção dos associados não é suficiente para suprir a demanda, a cooperativa adquire de outros produtores. Os tipos de café produzidos são: Café torrado em grãos; café torrado e moído nos padrões Tradicional e Sabor Forte embalados em 500g e 250g em almofadas e a vácuo. Também produz um tipo de café mais popular, o Café Arapongas, em embalagens de 500g e 250 g.; 2) **fábrica de ração**: a maior parte da ração produzida é destinada a bovinos de corte e de leite, porém produz também rações para suínos, caprinos, peixes, coelhos e ovinos. Como matéria prima para fabricação, utiliza-se: milho, levedura, trigoilho, farinha de arroz, carne, ossos, farelo de trigo e soja. A produção diária é de 60 toneladas, ensacadas e a granel, essa última representando a maior proporção da produção e armazenada em silos verticais, dado o menor custo; 3) **usina de açúcar e álcool**: a usina⁵⁹ divide-se em produção de álcool e açúcar. O álcool produzido pela usina está dividido em dois tipos: o anidro, que é misturado à gasolina, e o hidratado, que é utilizado como combustível de automóveis. Com capacidade atual de moagem 4.400 toneladas/dia,

⁵⁹ Subprodutos da cana: bagaço da cana e levedura, destinados ao consumo animal; vinhaça, torta de filtro e fuligem, destinados a fertilização e irrigação dos canaviais.

fabrica-se cerca de 4.500 sacas de açúcar de 50kg e 180.000 litros de álcool por dia. A produção é sazonal e dura cerca de 6 meses, de junho a outubro. Às vezes, por causa da chuva, pode prolongar-se até novembro ou dezembro. A energia utilizado na destilaria é gerada na própria usina pela queima do bagaço da cana em caldeiras que, através do vapor, aciona as turbinas de energia elétrica. O açúcar produzido pela COROL é comercializado em embalagens de 2 e 5 kg, sendo, também, comum, dependendo da empresa compradora, a solicitação de sacas de 50 kg ou, ainda em "big bags", com capacidade para aproximadamente 1.020 kg. Além de atender o mercado doméstico, parte da produção é exportada; 4) **fecularia de mandioca**: a fécula de mandioca⁶⁰ é um produto sazonal (a produção nessa região vai de junho a outubro), cuja matéria prima, a mandioca é altamente dependente das condições climáticas para que se possa efetuar a colheita para o processo de industrialização. A COROL comercializa a fécula em embalagens de 25 e 50 Kg. Está sendo estudada a viabilidade econômica para a implantação de produção de amidos modificados junto à fecularia.

O sementeiro produz sementes de soja e trigo. O produto recebido é classificado e, se apresentar índice de germinação, passará por várias análises e, se estiver apto ao plantio, será destinado como semente; caso isso não ocorra, será destinado à indústria. Para o produtor, o benefício de se produzir sementes é muito maior dado o valor adicional na comercialização. Em 1999, foram produzidas 49.609 sacas de sementes de trigo e 84.348 sacas de sementes de soja, ambas das mais diversas variedades.

⁶⁰ A fécula de mandioca é utilizada para fabricação de muitos produtos tais como: batom, botões de roupa, embutidos, indústria de papel etc.

O suporte tecnológico aos produtores, desde o plantio até a colheita, é feito por uma equipe formada por agrônomos e técnicos agrícolas da cooperativa. Esses profissionais se mantêm atualizados através dos Centros de Pesquisa, sendo que, freqüentemente, são realizadas palestras para cooperados, que atualmente somam 3.380 com predominância de mini e pequenos produtores.

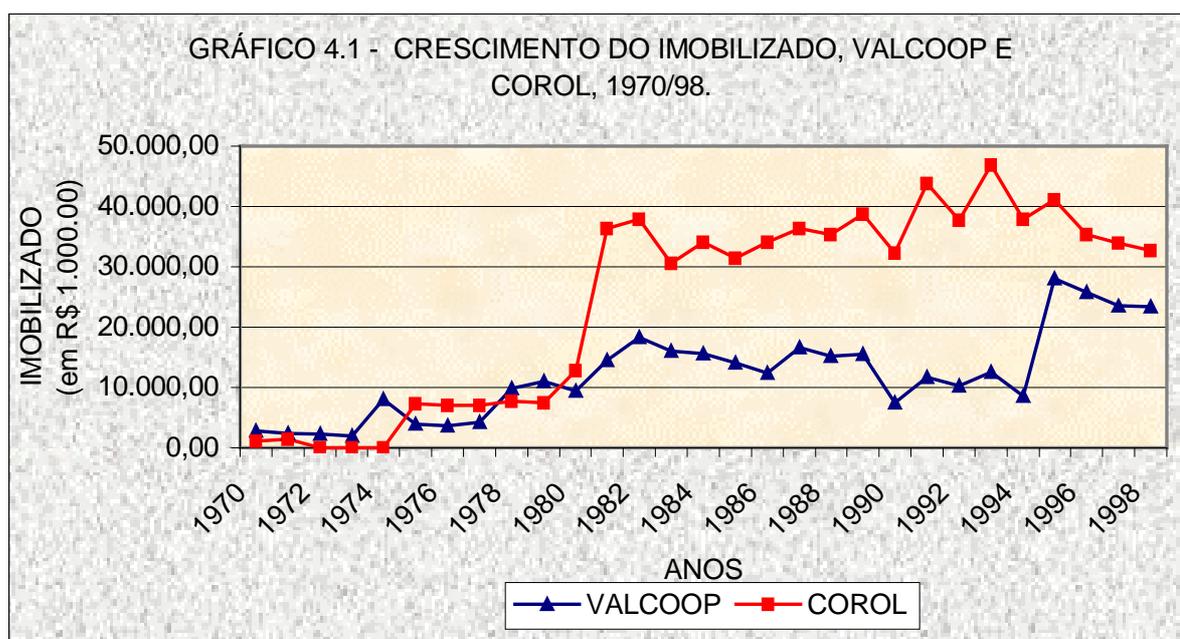
Em AGE realizada em 23.11.98 foi aprovada a adesão da cooperativa ao RECOOP e, também, a reformulação do Estatuto Social, visando readequação para se candidatar a esse recurso. Dentre outras alterações destaca-se a obrigatoriedade do item sobre o acesso de técnicos do Governo Federal, transcrito com a seguinte redação: *a cooperativa permitirá o livre acesso de técnicos designados pelo Governo Federal para acompanhar, auditar e verificar o cumprimento do que for estabelecido no Programa.* COROL, Estatuto Social, (1999, p. 18).

A COROL foi classificada como 21º cooperativa no Ranking das Cooperativas Brasileiras, que mensurou as 50 maiores do *agribusiness* no ano de 1998. RANKING DAS COOPERATIVAS, (1998).

4.3– Trajetórias da VALCOOP e da COROL

Neste tópico traça-se uma análise comparativa entre os indicadores de capitalização e crescimento da VALCOOP e COROL, com o objetivo de evidenciar as trajetórias que cada uma dessas cooperativas percorreu no período 1970 a 1998.

O crescimento do imobilizado da VALCOOP e COROL está apresentado no Gráfico 4.1. Observa-se que, apesar dessas duas cooperativas estarem localizadas na mesma região e terem a mesma origem, ou seja, a economia cafeeira, e exibirem portes semelhantes nos anos 70, na década de 80 apresentam performance completamente distintas. O crescimento do imobilizado da COROL, no período de 70 a 82, foi muito superior ao da VALCOOP, o que a tornou estruturalmente maior. Através do comportamento do crescimento observado nesse gráfico, torna-se possível distinguir dois períodos para essas cooperativas o primeiro compreendido entre 1970 a 1982 e o segundo de 1983 a 1998 .



Fonte: Tabelas 4.1 , 4.9.

Ainda, através do Gráfico 4.1, é possível distinguir que ocorreu crescimento significativo até aproximadamente 1982. Essa análise pode ser reforçada com os dados apresentados na Tabela 4.18, que demonstra a taxa geométrica de crescimento do imobilizado, capital próprio e capital de terceiros da VALCOOP e COROL no período de 1970 a 1982, que se sugere denominar de expansão. No período de 1983 a 1998, cujo crescimento foi de menores proporções, denomina-se de recessão. No período de expansão, a taxa geométrica de crescimento do imobilizado da COROL foi de 35%, enquanto que a da VALCOOP foi de 21%. Por outro lado, no período de recessão a COROL cresceu à taxa de 0,9%, enquanto a VALCOOP 2%.

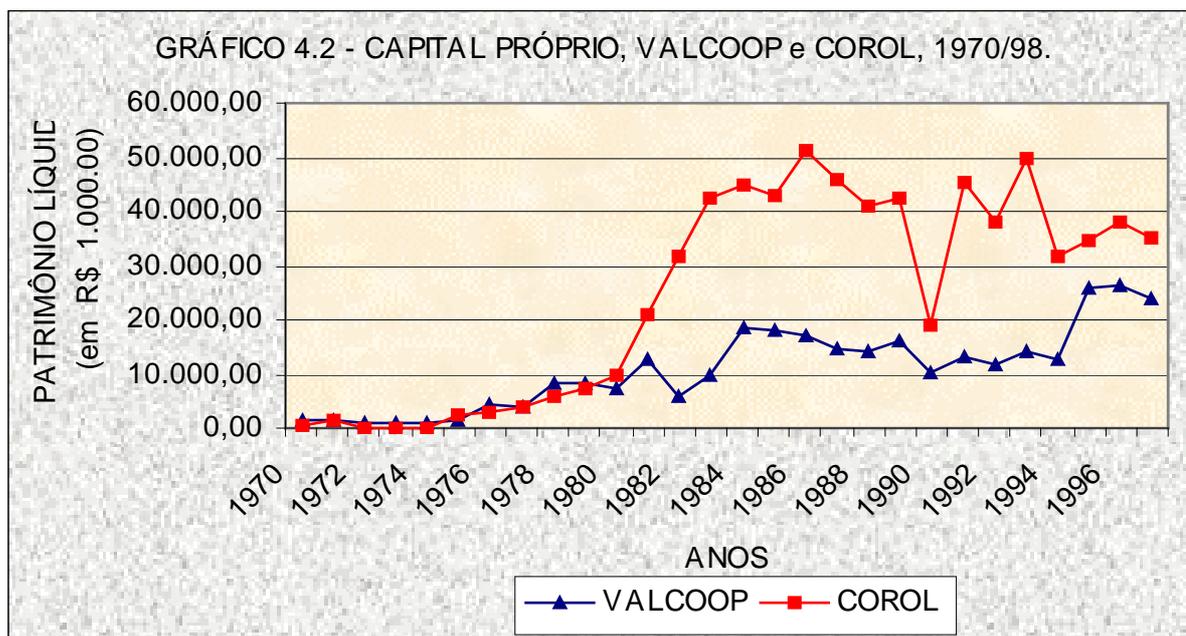
TABELA 4.18 – Taxa geométrica de crescimento do imobilizado, capital próprio e de terceiros, VALCOOP e COROL.

(em percentual)

Período	VALCOOP			COROL		
	Imobilizado	Capital próprio	Capital de terceiros	Imobilizado	Capital próprio	Capital de terceiros
70-82	21	20	16	35	45	21
83-98	2	0.8	7	0.9	0.9	7

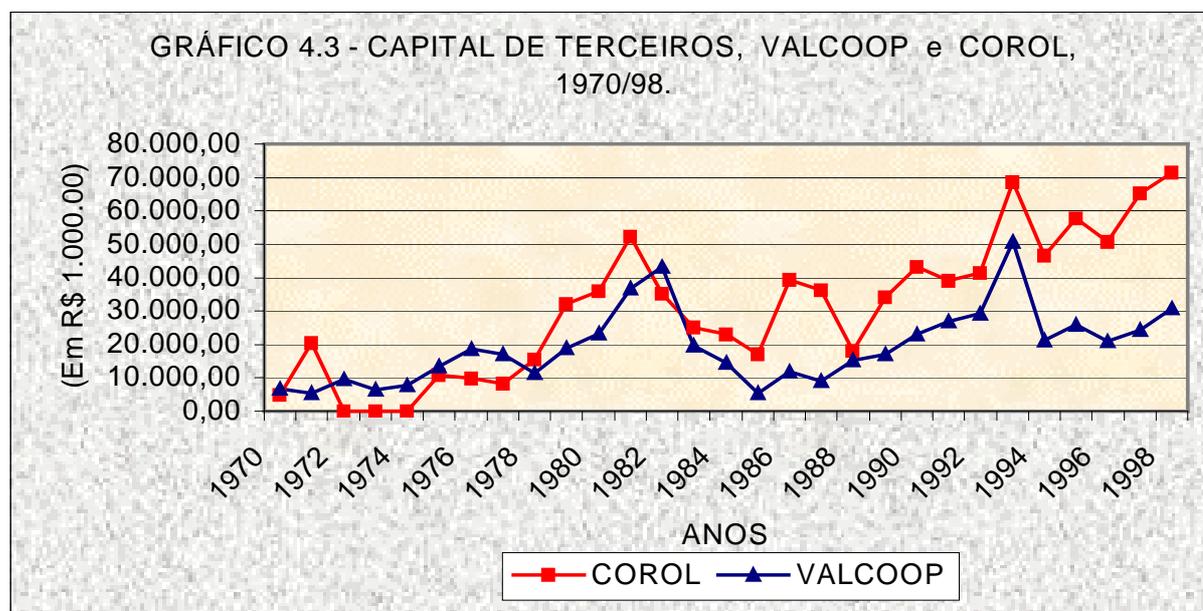
Fonte: Tabelas 4.1, 4.2, 4.3, 4.9, 4.10 e 4.11.

O crescimento foi financiado com capital próprio e capital de terceiros. O capital próprio da VALCOOP e COROL está representado no Gráfico 4.2. Observa-se que, no período de expansão, o capital próprio da COROL apresentou a mesma tendência de crescimento expressivo do imobilizado, indicado pela taxa geométrica de 45%. A VALCOOP também apresentou a mesma tendência, porém com taxa geométrica de crescimento de 20%. No período de recessão, o capital próprio da COROL apresentou a taxa geométrica de crescimento de 0,9%, enquanto que a VALCOOP, 0,8%.



Fonte: Tabelas 4.2 e 4.10.

Sabe-se que parte dos recursos que financiaram os ativos fixos tiveram origem no capital de terceiros. O capital de terceiros para a VALCOOP e COROL está apresentado no Gráfico 4.3,



Fonte: Tabelas 4.3 e 4.11.

que evidencia a mesma tendência para as duas cooperativas com expressividade no período de expansão, indicando taxa geométrica de crescimento de 21% e 16%, respectivamente, para a

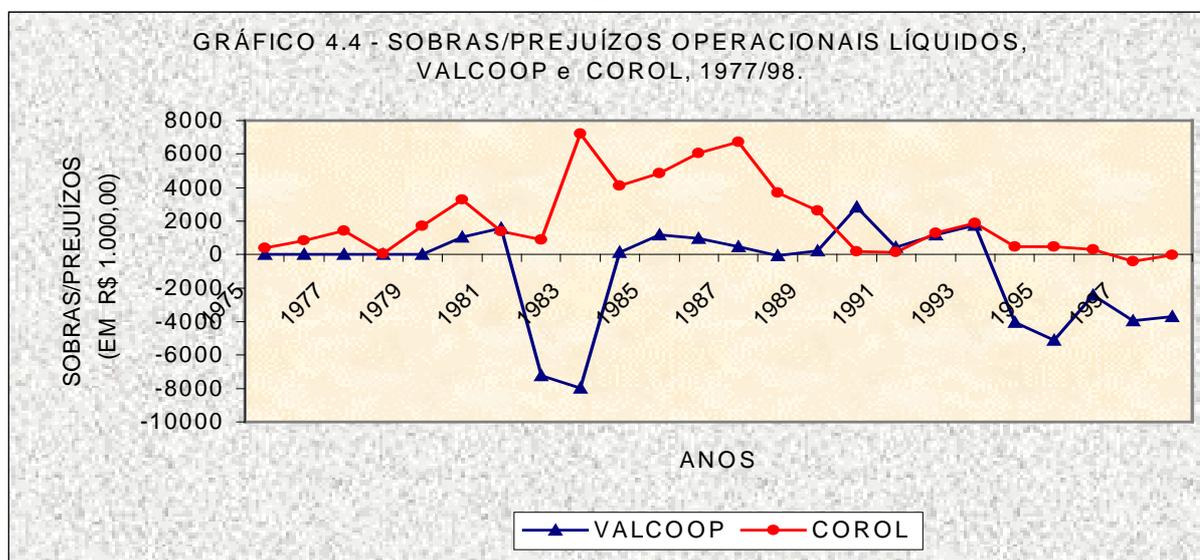
COROL e VALCOOP, e taxa geométrica de crescimento de 7% para ambas e mesma tendência no período de recessão.

Uma análise atenta aos Gráficos 4.1, 4.2 e 4.3 sugere que a COROL optou internamente por uma determinada estratégia ao empreender a diversificação de suas atividades através da montagem de agroindústrias, e isso tornou-a estruturalmente maior do que a VALCOOP. Porém, ao optar por essa estratégia, e o aumento da demanda por capital, levou a COROL a um esforço interno para gerar parte desse capital. Por outro lado, verifica-se que houve participação significativa de capital de terceiros. Todavia, as análises indicam que o aporte de capital de terceiros demandado para promover as inversões foi tomado em condições favoráveis. E essas condições ocorreram até, aproximadamente, 1982. Cabe citar o caso da implantação da destilaria que ocorreu com 80% de recursos do PROALCOOL e 20% com subscrição de NPRs. Outro fator importante, que merece destaque, é a estrutura de recebimento, secagem e armazenamento e as melhorias, que foram empreendidas nesse período. Em suma, ocorreram internamente ações que conduziram a esse crescimento apresentado. Os dados revelam, ainda, que houve cautela em não se promover crescimento apenas com recursos de terceiros.

Muito embora a VALCOOP tivesse buscado alguma diversificação, os projetos não prosperaram. Visualiza-se muita instabilidade no comportamento das variáveis analisadas. Não se constatou fatores endógenos que imprimissem um caráter duradouro, mas elementos que se diluíram, não conferindo comportamento sólido a longo prazo. O capital de terceiros apresenta-se expressivo para uma cooperativa de porte comercial. Outro fator que deve ser lembrado é que em momentos de recursos mais favoráveis essa cooperativa passava

por problemas internos e, dessa forma, não aproveitou os recursos disponíveis no mercado para direcioná-la rumo a projetos mais ousados de longo prazo.

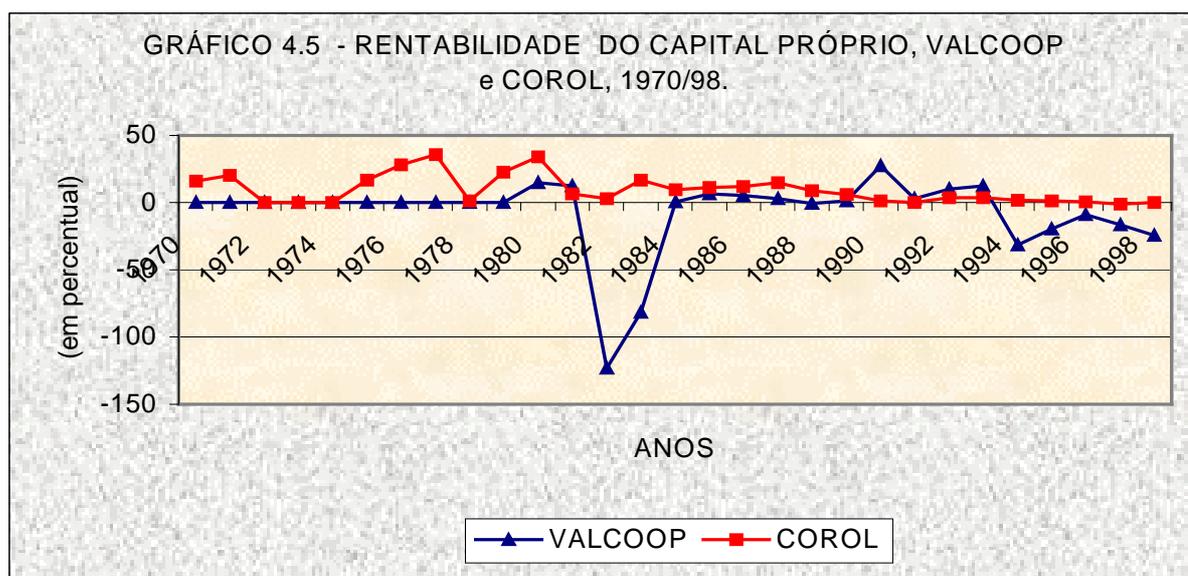
O Gráfico 4.4 apresenta as sobras operacionais da VALCOOP e COROL. A COROL, no período de maior crescimento do imobilizado, apresentou, também, o maior crescimento do capital próprio e, por sua vez, gerou sobras relativamente superiores aos demais anos. Uma das razões do crescimento do capital próprio nesse período se deve às incorporações das sobras por opção das AGO's. A VALCOOP gerou poucas sobras, porém foram muitos os exercícios em que as AGO's deliberaram pela distribuição das mesmas, cabendo lembrar que essa cooperativa esteve sob orientação da resolução 761 do BACEN no período de 1984 a 1988 e que, por determinação dessa resolução, todas as sobras geradas deveriam ser incorporadas.



Fonte: Tabelas 4.7 e 4.16.

A rentabilidade do capital próprio da VALCOOP e COROL está apresentada no Gráfico 4.5. Constata-se nele um comportamento semelhante entre ambas, com acentuada queda nos anos 90. A COROL, exceto no ano de 1978, que foi um ano de frustração de safras, apresentou para os demais anos, rentabilidade positiva de 1975 até 96,

muito embora em alguns anos com valores inexpressivos. A análise da rentabilidade do capital próprio da VALCOOP reforça todas as análises anteriores em relação ao comportamento instável, com momentos de rentabilidade e com momentos de resultados negativos.



Fonte: Tabelas 4.8 e 4.17.

Para evidenciar a importância dos recursos próprios para a VALCOOP e COROL introduziu-se o coeficiente de autocalcapitalização, obtido a partir da relação patrimônio líquido/imobilizado que, de acordo com DELGADO (1983, p. 69) *é um indicador do montante de recursos próprios aplicados para financiar cada unidade investida em ativo fixo*. Ou seja, permite observar o montante de recursos próprios aplicados para financiar cada unidade investida no imobilizado, sendo que o imobilizado se constitui na variável fundamental para viabilizar as atividades produtivas, comerciais e de prestação de serviços da cooperativa. Os coeficientes de autocalcapitalização da VALCOOP e COROL, no período 1970 a 1998, estão apresentados na Tabela 4.19. Com base nesses dados, é possível observar que a COROL foi uma cooperativa que cresceu com considerável participação de capital de

terceiros de 1970 até 1982, pois o coeficiente foi de 0,65 em média⁶¹. A partir de 1983 e até 1993 essa tendência mudou e o coeficiente passou a representar 1,20, em média, indicando que os recursos próprios nos investimentos em ativos fixos aumentaram 84%, em média. Nos anos de 1994 e 1995, o coeficiente caiu para 0,86 e 0,84, respectivamente. No ano seguinte, esse coeficiente voltou a apresentar a mesma tendência observada a partir de 1983, ou seja, maior peso do capital próprio no imobilizado.

O coeficiente de autocalcapitalização da VALCOOP evidencia que o capital próprio financiou parte dos ativos fixos no período 1970 a 1973, representando a média de 0,53. A partir de 1974 até 1976, esse coeficiente se eleva, porém cabe ressaltar que os dados podem estar subestimando o capital de terceiros e superestimando o capital próprio, pois, conforme relatos anteriores, ocorreu a venda de grande parte do imobilizado e isso ocasionou um viés nessas variáveis. De 1977 a 1983, o coeficiente médio de autocalcapitalização foi de 0,71, o capital próprio financiou parte do imobilizado. Posteriormente, esse coeficiente apresenta muitas oscilações não sendo possível se estabelecer uma tendência.

Uma comparação entre o coeficiente de autocalcapitalização da VALCOOP e COROL revela as significativas diferenças no padrão de crescimento dessas duas cooperativas. A COROL, muito embora tenha apresentado dependência de capital de terceiros até 1983, revelou crescimento significativo do capital próprio, adquirindo, dessa forma, um determinado equilíbrio. Isso demonstra que a adoção de política racional de utilização de capital de terceiros e aumento de recursos próprios evidencia fatores endógenos determinados por uma opção de trajetória que primou pela captação de recursos externos em

⁶¹ Numa linguagem contábil significa que para cada R\$ 1,00 aplicado em ativos fixos o capital próprio financiou 0,65.

momentos favoráveis, e por enormes esforços internos de autocalcapitalização. Portanto, dado o seu dinamismo e essa opção aliada ao planejamento de longo prazo, essa cooperativa se diversificou e verticalizou e isso se constituiu num elemento favorável à geração de sobras. A VALCOOP, muito embora tenha permanecido como cooperativa comercializadora, pouco dinâmica, não tendo empreendido grandes investimentos em ativos fixos, revelou dependência de capital de terceiros e pequeno poder de autocalcapitalização.

TABELA 4.19 – Evolução do coeficiente de autocalcapitalização, VALCOOP e COROL, 1970/98.

<i>ANO</i>	<i>PL/I - VALCOOP</i>	<i>PL/I - COROL</i>
1970	0.53	0.58
1971	0.55	0.86
1972	0.52	*
1973	0.55	*
1974	1.51	*
1975	3.83	0.31
1976	1.22	0.43
1977	0.87	0.56
1978	0.83	0.80
1979	0.74	0.99
1980	0.76	0.72
1981	0.88	0.57
1982	0.32	0.83
1983	0.61	1.39
1984	1.20	1.31
1985	1.28	1.37
1986	1.37	1.50
1987	0.89	1.26
1988	0.92	1.16
1989	1.02	1.09
1990	1.37	1.06
1991	1.12	1.03
1992	1.13	1.01
1993	1.12	1.06
1994	0.34	0.83
1995	0.92	0.84
1996	1.02	1.07
1997	1.02	1.03
1998	0.65	1.07

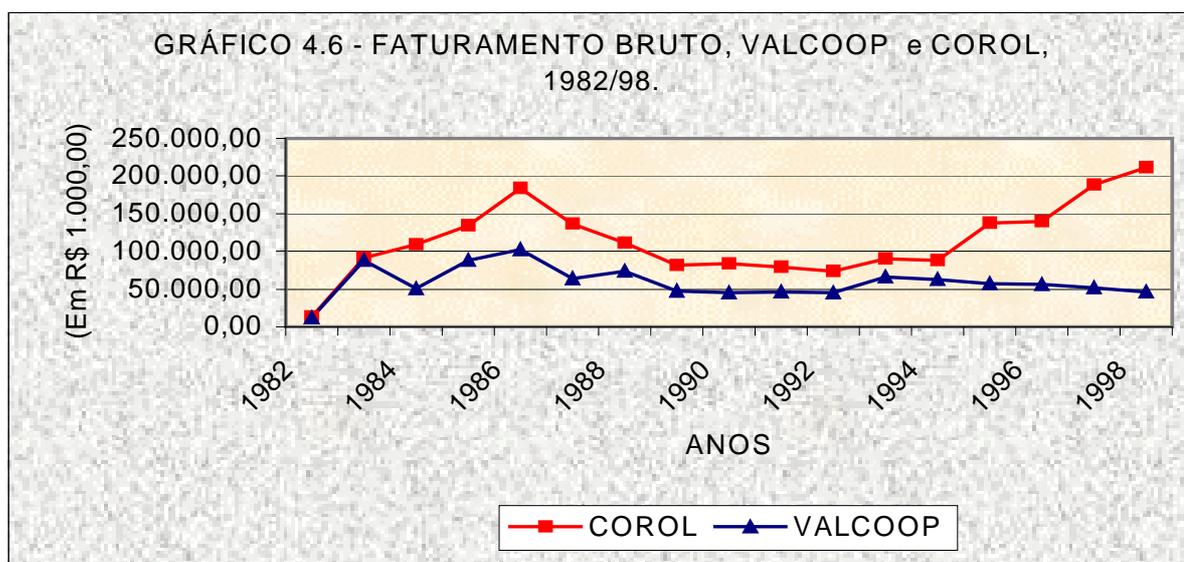
Fonte: Dados Brutos – Balanço Patrimonial, VALCOOP, 1970/1998 e COROL 1970/71 e 1975/98.

(*) Dados não disponíveis

A partir do comportamento das variáveis contábeis apresentadas neste tópico, e considerando as discussões do capítulo 2, é possível inferir sobre o crédito rural subsidiado, um instrumento largamente utilizado pelo Estado a partir da década de 60 para concretização dos objetivos propostos na modernização tecnológica da agricultura. A presença de elevada participação de capital de terceiros, principalmente no período 70 a 82, indica que as duas cooperativas estavam absorvendo esses recursos. Conforme já ressaltado, algumas cooperativas visualizaram internamente os riscos desse crédito que, inicialmente, foi amplo e subsidiado e que, posteriormente, dada a crise econômica que se estabeleceu no país, passou a ser menos abundante e, conseqüentemente, com taxa de juros que foram sendo elevadas cada vez mais. A COROL foi cautelosa utilizando esses recursos em momentos mais favoráveis. Porém, a VALCOOP, dada a estrutura de cooperativa comercializadora e o montante de crédito absorvido, principalmente, até 1982, revelou falta de cautela e planejamento a longo prazo para utilização desse instrumento pois, quando os recursos se tornaram escassos e as taxas de juros se elevaram, essa cooperativa ficou impossibilitada de fazer novos investimentos. Dado seu porte de comercializadora, essa cooperativa gerou poucos excedentes, o que limitou o aumento de seus recursos próprios, se tornando vulnerável. Uma análise atenta evidencia a importância do período de 1984 a 1993. Os dados demonstram a existência de sobras e rentabilidade do capital próprio positiva (ver Gráficos 4.4 e 4.5), além dos outros indicadores, que demonstram certa estabilidade. Porém, ao longo do período não se autosustentaram. Cabe destacar, conforme já relatado, que essa cooperativa absorveu tardiamente o processo de modernização tecnológica, pois no início dos anos 70 ela passava por crises, tendo praticamente vendido todo o seu imobilizado. Quando se recuperou já era, praticamente, final da década de 70, o que sugere que os maiores benefícios dos créditos abundantes e subsidiados não foram aproveitados.

Cabe ressaltar que ao longo do texto foi discutido sobre a geração de sobras e destacada sua importância, através das retenções, para formar o aporte de capital próprio. A VALCOOP e a COROL têm seu quadro de associados formado de pequenos e médios produtores, fator limitante do aumento do capital social. Diante disso, cabe à geração de sobras e as retenções oriundas destas suprir esta lacuna. Porém, as cooperativas, como princípio doutrinário, não têm como finalidade maior a busca de sobras. Todavia a não existência das mesmas torna-se um fator preocupante, indicando risco e ineficiência operacional. Por outro lado, sobras exageradamente elevadas podem ser indicativo de expropriação dos cooperados. Esse é um dos pontos frágeis desse tipo de associação e largamente discutido na literatura atual, face ao ambiente competitivo no qual as cooperativas estão inseridas e que demandam um aporte de capital cada vez maior. Este trabalho não teve a pretensão de buscar respostas para essa questão nas cooperativas em estudo, porém tornou-se clara a existência desse conflito nas mesmas.

Finalmente, inclui-se nessa análise o faturamento bruto da VALCOOP e COROL que está demonstrado no Gráfico 4.6. Conforme já observado, esta série difere das demais, porém, apesar das lacunas existentes, é possível apreender os padrões semelhantes dessa variável nessas duas cooperativas no início da década de 80. Todavia, com a instalação da agroindústria, a COROL passou a apresentar um perfil diferenciado com volume maior no faturamento bruto resultante da agregação de valores. No período de 1983 a 1998, o faturamento bruto da COROL apresentou taxa geométrica de crescimento de 2%. O faturamento bruto da VALCOOP cresceu no início dos anos 1980. A partir de 1987, apresentou poucas oscilações e declinou após 1994. A taxa geométrica de crescimento no período de 83 a 98 reforça essa análise indicando queda de 3%.



Fonte: Tabelas 4.8 e 4.17.

CONCLUSÃO

O ambiente dinâmico das economias capitalistas conforme a abordagem teórica shumpeteriana, tem como elemento central as inovações tecnológicas, que são empreendidas pelo desejo de colocar-se em vantagem e, dessa forma obter maior lucro, originando desse fator a concorrência.

Nesse ambiente de concorrência, as unidades produtoras buscam a estratégia capaz de lhes conferir o maior poder de mercado e, conseqüentemente, maior lucratividade. Os neo-shumpeterianos, evolucionistas destacam o aspecto interno das firmas que desenvolvem competências ao longo de sua trajetória através de aprendizado tácito. Dessa forma, as experiências adquiridas são de fundamental importância na acumulação dessas competências para enfrentar fatores adversos. Essa é a experiência das grandes empresas capitalistas.

As cooperativas inseridas nesse contexto concorrencial também buscam maior competitividade e para isso têm promovido profundas transformações. No Estado do Paraná, as transformações mais significativas ocorreram a partir da década de 70, quando se estruturaram como cooperativas agropecuárias receptoras de cereais e, nesse primeiro momento, foram as responsáveis pela organização e fornecimento de tecnologia e matérias-primas das culturas vinculadas à modernização tecnológica da agricultura, sendo dessa forma as responsáveis pela mudança na estrutura produtiva.

O Estado, fomentou a introdução da modernização tecnológica na agricultura via cooperativismo agropecuário, pelo alcance e a credibilidade das cooperativas

junto a base agrícola. Para o Estado, naquele momento, o desempenho da agricultura, através do aumento de produção representava a estabilidade interna e externa da economia, por essa razão destinou créditos abundantes e subsidiados ao setor agrícola, sendo que o mesmo teve uma relação estreita com as cooperativas que, dentro do processo, executavam importantes tarefas.

O cooperativismo, por um lado, foi privilegiado através dos créditos que criaram uma situação favorável internamente, porém artificial. Por outro foi utilizado de forma autoritária através de intervenções de órgãos cooperativistas estatais.

O ingresso das cooperativas na agroindústria também ocorreu como resposta ao estímulo estatal. Mas, o mercado agroindustrial é competitivo e a permanência no mesmo requer constantes investimentos em tecnologia e portanto demanda um aporte crescente de capital. As cooperativas revelam diferenças significativas em relação às empresas capitalistas, o que as coloca em desvantagem. A cooperativa, ao verticalizar suas atividades, passa a ostentar a complexidade organizacional de uma empresa capitalista. Esse fato provoca um distanciamento do quadro social. Sua base tende a ser mais tradicional do que as empresas capitalistas e é formada, na maioria das vezes, por indivíduos com traços culturais que dificultam a compreensão do ambiente concorrencial capitalista. Diante disso, constata-se a redução da identidade do associado com a cooperativa, bem como limita a participação dele em cargos executivos na mesma. Outro fator limitante refere-se à obtenção do capital para continuar crescendo e, conseqüentemente, manter-se competitiva. Essa necessidade crescente de capital se esbarra nos princípios doutrinários, pois as cooperativas não têm o lucro como objetivo primeiro. Desse antagonismo nasce uma especificidade única enquanto associação de pessoas com interesses nem sempre convergentes com as necessidades da unidade produtora.

O interesse estatal na agricultura foi momentâneo, e, a partir de 82, os créditos destinados a esse setor se tornaram escassos. A retração creditícia refletiu negativamente na base agrícola e, nas cooperativas agropecuárias, que ficaram impossibilitadas de manter o mesmo crescimento da década anterior. A partir daí, desdobra-se um cenário de mudanças, marcado pela autogestão e a abertura da economia. Diante dessas mudanças as cooperativas foram ficando cada vez mais expostas às adversidades.

O cooperativismo agropecuário saiu de um ambiente em que era privilegiado e passou para um ambiente completamente diferente, ficando exposto à concorrência do mercado. Diante desse novo ambiente, observou-se um quadro crítico de impossibilidade de auto-sustentação. Por um lado, as cooperativas agropecuárias dependentes unicamente das atividades primárias padeceram pela própria natureza dessa atividade, pois a agricultura por si só é uma atividade de risco. Por outro, as cooperativas detentoras de agroindústrias se defrontaram, cada vez mais, com dilemas concorrenciais do mercado oligopolizado, dominante nesse setor. Para concorrer dependem de novos investimentos, principalmente em tecnologia, o que se constitui num dos principais ativos dentro do contexto concorrencial atual, mas que apresenta custo mais elevado.

Diante desse dilema, parece não haver espaço para as cooperativas agropecuárias atualmente. Cabem algumas reflexões, sem pretensão de encontrar respostas. Será que o poder público esperava que as cooperativas fossem capazes de absorver as mudanças e se transformarem em centros dinâmicos de acumulação de capital? Que rapidamente, de suas bases, formadas na maioria por agricultores com baixo nível de escolaridade, surgissem indivíduos capazes de compreender o fenômeno das mudanças

oriundas do capitalismo e com capacidade para empreender estratégias que suprimissem esse quadro recessivo que foi se agravando?

Os resultados encontrados neste estudo permitem discutir os esforços e as dificuldades sentidas diante de tantas mudanças, bem como a busca por alternativas em ambas as cooperativas. Esses resultados evidenciaram a fragilidade desse tipo de associação, pois a cooperativa comercializadora sofreu pelo fraco poder de acumulação e, como ressalta IPARDES (1983)⁶² citado por DELGADO (1983, p. 87), *pequenas cooperativas são cooperativas em crise permanente, com reduzida capacidade de consolidação comercial*. As mesmas apresentam um quadro de círculo vicioso, pois geram poucos excedentes e, para aumentá-los, aumentam os encargos sobre os associados, o que os afugenta, fator esse que as deixa cada vez mais vulneráveis. Mas, no outro extremo, encontramos as cooperativas detentoras de estruturas agroindustriais, que se defrontam com dilemas ligados ao aspecto concorrencial.

As discussões acima apontam na direção de que não há um caminho seguro que as cooperativas agropecuárias possam trilhar, que as conduza a interesses convergentes com seus associados. Mas a manutenção dessas estruturas é de relevada importância pelo papel econômico e social que representam junto à base produtiva rural. Diante disso, políticas institucionais de longo prazo, tal como ocorre em países desenvolvidos, poderiam constituir-se em fator favorável ao cooperativismo agropecuário.

⁶² IPARDES. *Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativo nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense* (um estudo de caso). Curitiba, 1983.

O estudo de caso que analisou a trajetória de duas cooperativas agropecuárias paranaenses reforça as argumentações sobre a dificuldade de sobrevivência do cooperativismo no ambiente capitalista com a ausência de um projeto institucional de longo prazo direcionado ao setor agrícola.

A VALCOOP e a COROL, a partir dos anos 70 promoveram transformações em suas estruturas através da busca por novas alternativas operacionais, caracterizando, dessa forma, um processo de inovação, que pode ser explicado pela teoria schumpeteriana. Isso demonstra a adoção da oportunidade oferecida pelo paradigma da revolução verde. A VALCOOP transformou-se numa cooperativa receptora de cereais, diversificou suas atividades e permaneceu como comercializadora. A COROL, além das atividades comerciais, verticalizou e passou a atuar, também, no mercado agroindustrial.

Essas transformações profundas caracterizam o primeiro momento, em que as cooperativas estavam sob a tutela do Estado e contavam com maior volume de recursos creditícios. Observam-se, nesse momento, resultados operacionais positivos para a COROL. Para a VALCOOP os resultados, também, foram positivos, exceto no ano de 1982.

Em meados da década de 80, quando a ação do Estado em direção à agricultura se tornou menos intensa, principalmente, pela redução do volume de crédito rural, verificou-se ainda, a aprovação da autogestão para as cooperativas e a abertura da economia. A VALCOOP e a COROL apresentaram crescimento tímido e resultados operacionais que, inicialmente, são positivos e que vão declinando até tornarem-se negativos em ambas.

A partir do exposto, constata-se que houve dois momentos distintos para essas cooperativas. Um em que estavam sob a tutela do Estado, contando com recursos oficiais abundantes, e outro, sem a presença do Estado, com escassez de recursos. No momento de recursos fartos e sob a tutela do Estado, ambas apresentaram trajetória ascendente, poder de geração de sobras e rentabilidade positiva do capital próprio. Porém, no período sem a presença do Estado, observaram-se trajetória descendente e dificuldade de geração de sobras. Ambas apresentaram a mesma tendência, porém, o quadro decadente mais intenso foi verificado na cooperativa menos dinâmica, que permaneceu como comercializadora.

A COROL apresentou-se, ao longo de sua trajetória, como uma cooperativa inovadora. Esse fator esteve ligado à sua capacitação dinâmica administrativa, conferida pelo poder decisório, através de projetos de longo prazo, que constituiu-se num fator determinante de sua estabilidade. Na VALCOOP não se constataram projetos de longo prazo, mas planejamentos que se diluíram a cada mudança de Diretoria, o que se traduziu no seu comportamento desequilibrado.

Dentre as inovações empreendidas pela COROL, ressalta-se a importância da opção pela agroindústria, principalmente a destilaria, que se constituiu num fator favorável à geração de sobras operacionais.

Conclui-se que a cooperativa mais dinâmica no aspecto schumpeteriano e, portanto, mais inovadora, apresentou-se mais estável, desenvolveu capacidade maior de auto-sustentação. Porém, diante do cenário concorrencial dominante atualmente que, demanda investimentos crescentes, principalmente em tecnologia, e da sua dificuldade na obtenção de

capital, principalmente capital de terceiros, dado o seu custo, essa cooperativa não promoveu inovações no sentido de torná-la competitiva com as empresas capitalistas atuais. Por essa razão os seus resultados operacionais foram se tornando declinantes, evidenciando que, somente com os seus recursos não conseguirá se adaptar à esse novo perfil exigido das unidades produtoras. Dessa forma, observa-se que políticas institucionais podem se constituir em elemento favorável à manutenção do cooperativismo agropecuário. Pelo fato desse estudo de caso ter sido realizado em duas cooperativas, somente, é importante que outras investigações sejam feitas para ampliar a discussão dos resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACARPA- Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná/OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná, **10 Anos de cooperativismo paranaense - 1976/86**, Curitiba, ACARPA/OCEPAR, 1987.
- ALMEIDA, Marcelo C. **Curso básico de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. **Contabilidade intermediária: de acordo com as novas exigências do MEC para o Curso de Ciências Contábeis**. São Paulo: Atlas, 1996.
- ALVES, E. Função importante de equilíbrio: Cooperativismo está em busca de uma identidade própria diante das necessidades e desafios do novo milênio. **Folha de Londrina**, Londrina, 1 jul. 2000, Folha Rural, p. 5.
- ATUALIZAÇÃO ATIVOS, **Suma Econômica**, Tama, SP., p. 16, Dezembro, 1999.
- BACHA, J.C. C e ROCHA, M.T. O comportamento da agropecuária brasileira, no período de 1987 a 1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília. v. 36 n. 1, p. 35-59, 1998.
- BAPTISTA, Margarida, O enfoque Neo-Schumpeteriano da firma. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25, **Anais**. Brasília. ANPEC, 1997, v. 2, p. 1236-1255.
- BARROS, J.R. Mendonça. Políticas e desenvolvimento agrícola no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 10, **Anais**. Águas de São Pedro. ANPEC, dez. 1982. p. 187-222.
- BENETTI, M.D., Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA E FECOTRIGO 1957/1980. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 5, 1985.
- BIALOSKORSKI NETO, S., **Ensaio em cooperativismo**. Piracicaba: 1998 Apostila do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ. (Série didática n. 121).
- CAMARA, M. R. G. **A Indústria Farmacêutica: grupos estratégicos, tecnologia e regulamentação; a experiência brasileira em debate**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado) – FEA/USP.
- CARVALHO, Luiz C. Pereira de. Agricultura e desenvolvimento econômico, In: MONTORO FILHO, André F. et al. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 545 – 551.
- CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- COROL - Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda. **35 anos da COROL**, 1998.
- _____. **Atas das assembleias geral ordinária e extraordinária, 1970 a 1998**.

- _____. **Balço patrimonial: 1970 - 1971 e de 1975 a 1998.**
- _____. **Demonstrativo do resultado do exercício: 1970 –1971 e de 1975 a 1998.**
- _____. **Estatuto Social**, (vários anos)
- _____. **Relatório anual de atividades**, 1980 a 1992.
- CRUZ, H. N. da. Observações sobre a mudança tecnológica em Schumpeter. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 433-448, set/dez. 1988.
- DELGADO, N. G., capitalização e crescimento de uma grande cooperativa do Paraná: O caso da COCAMAR - 1969-8. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 4, n.1, p. 65-89, abr., 1983.
- EMATER/Pr./OCEPAR. **Banco de Dados Cooperativista: agropecuário, crédito e eletrificação**. Curitiba. 1998.
- EXIMCOOP - Exportadora de Cooperativas Brasileiras, recebido em 04.02.2000. E-mail: Luiz_C_Scaglione@EXIMCOOP.com.
- FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: CONCITEC. IPARDES, 1988.
- FLEURY, M.T.L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**, São Paulo: Global, 1983.
- FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova Lei das S.A, Lei nº 6.404, de 15.12.1976**. São Paulo: Atlas, 1989.
- FREEMAN, C. Inovação e ciclos longos de desenvolvimento econômico **Ensaio FEE**, Porto Alegre: v. 5, n. 1, p. 5-20, 1984.
- GADELHA, C. A. Grabois. paradigmas tecnológicos: estratégias empresariais e mudança estrutural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 22, **Anais**, Brasília, ANPEC, 1994, 59-76.
- GUIMARÃES, E. A. **Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- IPARDES - Fundação Edison Vieira, **Cooperativas de produção agropecuária do Estado do Paraná, diagnóstico e análises**. Curitiba. 1974. Vol. I.
- _____. **Agroindústria e cooperativas no Paraná**. Curitiba: 1985a.
- _____. **Cooperativas e agroindústrias: estratégia de desenvolvimento e reflexos estruturais**. Curitiba, 1985b.
- KATZ, Cláudio. Evolução e revolução na tecnologia. In: **Neoliberalismo ou crise do capital**. São Paulo: Xamã, 1995. p. 19-47.

KOSLOVSKI, João Paulo. **Autogestão nas cooperativas: liberdade com responsabilidade**, Curitiba: OCEPAR, 1991.

_____. **Recoop - vitória ou reconhecimento?** organização das cooperativas brasileiras. Consultado na INTERNET, em 13 de outubro de 1999. <http://www.ocb.org.br/>.

KUPFER, David, Uma abordagem Neo-Schumpeteriana da competitividade industrial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1. p. 355-372, 1996.

LAUSCHNER, Roque. Agribusiness: cooperativa e produtor rural, **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 28 n. 80-81, jan./jun. 1993 (série cooperativismo 33 – 34).

LEITE, Sérgio Pereira. Políticas públicas, padrão de financiamento e agricultura no Brasil (1980-1996). **Debates CPDA**, Rio de Janeiro, n. 8. Maio, 1999.

LIEBHARDT, M. E., **O sistema cooperativo agrícola brasileiro**: comercialização, integração vertical e crédito. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1982 (Coleção Análise e Pesquisa).

LIMA, L. M. de, Histórico do Cooperativismo no Paraná, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: BADEP, n. 43 p. 39-66, julho/agosto de 1974.

LUGNANI, Antonio C. **Inovações tecnológicas e desenvolvimento na agricultura brasileira**: o caso da EMBRAPA e a pesquisa com soja nos anos 80. São Paulo, 1995 Tese. (Doutorado em História Econômica) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.

MARANDOLA, M. Eduvirge e RODRIGUES, R. Lott, Cooperativismo agropecuário no Paraná: evolução X doutrina, **In: Concurso paranaense sobre cooperativismo, 3: OCEPAR/OCB**, Curitiba, 1990, p. 101-122 (série cooperativismo).

MEDEIROS, Natalino H. **A competição Schumpeteriana e a organização cooperativa**: o caso da "COCAMAR". São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Economia), - FEA/USP.

_____. **O cooperativismo agrícola e a (sua) fragilidade estrutural** (texto para discussão n. 40), UEM, 1998.

MIRANDA, C. H. T., Aposta na modernização. **Agroanalysis - Revista mensal de Economia Agrícola**, FGV, SP, v. 18, n. 12, dez. 1998. p. 26-27

MUELLER, Charles C., Evolução e características do setor público agrícola no Brasil – as bases de seu modesto desempenho. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 26, n. 3 p. 241-274, jul./set. 1988.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do cooperativismo brasileiro**. Brasília: OCB, 1997.

_____. **Cooperativismo no mundo**. OCB. Consultado na INTERNET, em 13 de outubro de 1999a. <http://www.ocb.org.br/>

_____. **RECOOP – O que é e como vai funcionar**, OCB, Consultado na INTERNET, em 13 de outubro de 1999b. <http://www.ocb.org.br/>.

_____. **Documentos temáticos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO. XI, Anais, Brasília, OCB, 1999c. p. 31-81.

_____. **Cooperativas e cooperados do Paraná - 1997**. OCB. Consultado na INTERNET, em 10 de janeiro de 2000. . <http://www.ocb.org.br/>

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ, **Cooperativismo e agroindústria no Paraná**. Curitiba. OCEPAR. 1986.

_____. **Cooperativismo e agroindústria no Paraná**. Curitiba. OCEPAR. 1990.

_____. **Cooperativas: caminhos macroeconômicos para as cooperativas paranaenses – desafios e oportunidades**. Curitiba. OCEPAR. 1996.

PARTICIPAÇÃO DECISIVA. **Agroanalysis: Revista Mensal de Economia Agrícola**, FGV, SP. v. 18. n. 12, p. 22-25, Dez. 98.

PEREIRA, L.B. e LUGNANI, A. C. Novos rumos da agricultura paranaense na década de 80. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 351-378, set./dez. 1991.

PEREIRA, Laércio B. O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 115-133, abr./jun.1992.

_____.A análise da estrutura produtiva e do desempenho da agroindústria paranaense; período 1970-85. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 31-49, nov/dez.1995.

PÉREZ, Carlota. Câmbio técnico: restructuración competitiva y reforma institucional en los países en desarrollo. **El Trimestre Económico**, México, v. 59, n.1, p. 23-64, 1992.

PINHO, D. B. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico, In: **A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Friedrich Naumann, 1974.

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977

POSSAS, M.L. Em direção a um paradigma microdinâmico: A abordagem neoschumpeteriana. In: J. AMADEO, Edward (org). **Ensaio sobre economia e história do pensamento econômico**. São Paulo. Marco Zero. 1989. p. 157-177.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981

RANKING DAS COOPERATIVAS. **Agroanalysis: Revista Mensal de Economia Agrícola**. FGV, SP. v. 18, n. 10, p. 35, out. 1998.

- RICKEN, J. Roberto. O universo das cooperativas: origem, evolução e perspectivas, **In: Concurso paranaense sobre cooperativismo, 3: OCEPAR/OCB**. Curitiba, 1990, p. 123-167 (série cooperativismo).
- SCHENEIDER, J. O. Democracia participação e autonomia cooperativa. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 26, n. 29/30, 1991 (série cooperativismo).
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1984.
- _____. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (série os economistas.)
- SHIKIDA, P.F. Assis, BACHA, Carlos J. Caetano. Notas sobre o modelo Schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento. **Teoria e Evidência. Econômica**, Passo Fundo. v. 5 n. 10, p. 107-126. maio, 1988.
- SILVA, J.Graziano A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna. **Rev. de Economia e Sociologia Rural**. Brasília. v. 27. n. 3, p. 309-325. Jul./ago./set. 1989.
- SINDICATO e OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **A importância das cooperativas no desenvolvimento rural do Paraná**. Curitiba. S.E. 1997, Release para imprensa.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1999.
- VALCOOP – Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi Ltda. **36 anos de cooperativismo**. Londrina, 1992.
- _____. **Atas das assembleias geral ordinária e extraordinária: 1970 a 1998**.
- _____. **Balanco patrimonial: 1970 a 1998**.
- _____. **Demonstrativo do resultado do exercício: 1970 a 1998**.
- _____. **Estatuto Social**. (vários anos)
- _____. **Relatório anual de atividades: 1982 a 1998**.
- TAVARES, M.A.Rodrigues, **Cooperativismo no norte do Paraná: estudo de caso (abordagem econômica)** Relatório de Pesquisa. Londrina, CNPq/UDEL. 1985.